

POR UM FUTURO
CHEIO DE POSSIBILIDADES.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03	Regulamento do Plano PAI I	18
<i>Felicidade é fazer o que quiser.</i>		Planos de Benefícios	18
<i>Liberdade é ter essa opção.</i>		Evolução da Cota	21
PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA	04	Concessão de Benefícios	21
		Educação Previdenciária e Financeira	21
		Custos Previdenciais	23
MISSÃO, VISÃO E VALORES	05		
		GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	24
		<i>Escolher o equilíbrio.</i>	
GESTÃO CORPORATIVA	06	Cenário Econômico	25
<i>Escolher com quem contar.</i>		Política de Investimentos	25
Perfil	07	Estratégias de Investimentos	26
Públicos de Interesse	08	Desempenho dos Investimentos	26
Governança Corporativa	09	Performance por Carteira	27
Reconhecimento	10	Investimento por Planos de Benefícios	30
		Investimento com Gestão Terceirizada	33
		Investimentos Responsáveis	34
GESTÃO ESTRATÉGICA	11	Custos dos Investimentos	35
<i>Escolher os melhores caminhos.</i>			
Modelo de Gestão	12	GESTÃO ADMINISTRATIVA	36
Planejamento Estratégico	13	<i>Escolher o melhor custo-benefício.</i>	
Comunicação e Relacionamento	13	Treinamento	37
Gerenciamento de Riscos	15	Certificação	37
		Programa de Pró-equidade	37
		Despesas Administrativas	37
GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	17		
<i>Escolher a tranquilidade.</i>		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
Regulamento do Plano CV	18	<i>Escolher ser transparente.</i>	

APRESENTAÇÃO

FELICIDADE É FAZER O QUE QUISER. LIBERDADE É TER ESSA OPÇÃO.

Este relatório tem o objetivo de apresentar o desempenho do Infraprev em 2016. O conceito criativo foi inspirado na sua missão. A ideia é reforçar a importância do futuro e da qualidade de vida dos seus participantes, além do compromisso de ser transparente a todo momento, principalmente na prestação de contas.

A proposta criativa valoriza as escolhas de felicidade dos participantes, em vários estágios da vida. Reforça também o principal benefício de uma aposentadoria tranquila, de poderem aproveitar seu tempo do jeito que preferirem. E com o Infraprev, podem investir na aposentadoria para terem essa liberdade no futuro.

Para transmitir que liberdade é ter opções, diferentes escolhas da vida são ilustradas em cada capítulo com relatos dos próprios participantes ativos e aposentados.

”

Felicidade é um estado de espírito, alcançado em diversos momentos da vida. Pode ser quando estamos em família e amigos, com colegas de trabalho, quando atingimos algum objetivo, ou, simplesmente, quando acordamos pela manhã e olhamos pela janela e vemos um sol lindo despontar no céu. Meu momento de relaxar é quando pratico algum esporte, principalmente futebol, atividade que faço semanalmente há pelo menos 30 anos e que também me proporciona muita felicidade.”

Gustavo Almeida Rodrigues
Brasília - DF

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Infraprev começou 2016 em nova sede, à Avenida Chile, nº 230, 18º andar, no Centro do Rio de Janeiro. Na nova sede as áreas técnicas ficaram mais integradas, pois o Instituto ocupa um único andar, propiciando também maior racionalidade dos custos operacionais.

Foi também o ano da comunicação e uso da nova marca do Infraprev, idealizada em 2015, que reflete as transformações que o Instituto está promovendo, um símbolo mais moderno e próximo dos participantes. Ao contrário do que se imagina, uma marca é mais do que um nome e um logotipo, ela é a representação de uma organização viva, formada por pessoas que interagem entre si e com os demais públicos de interesse. É o DNA de uma organização, sua essência, suas características únicas, exclusivas, que a diferem das demais organizações.

Partindo dessas premissas, a gestão dos relacionamentos de uma marca torna-se extremamente relevante para a formação de uma imagem e reputação positivas. Como o mundo evolui, as pessoas e as empresas evoluem, as marcas também devem evoluir.

Com o Infraprev também é assim. Da fundação em 1982 até hoje, ampliamos os nossos negócios e a nossa forma de ver o mundo. Por isso que em 2016, para representar um novo momento, a marca do Infraprev evoluiu para refletir as transformações que estamos promovendo.

O Infraprev trabalha para ser percebido como uma instituição do segmento de previdência privada moderna, inovadora e sólida que, por meio de práticas de gestão seguras e transparentes, promove a confiança de seus patrocinadores e participantes frente aos novos desafios do mercado, gerando crescimento sustentável e garantindo a solidez econômico-financeira dos seus investimentos.

O ano foi desafiador na perspectiva financeira. Com a economia instável em 2016, foi preciso ter pulso forte e repensar os negócios para superar a crise. A estratégia de investimentos do Infraprev foi conservadora, em função das incertezas do cenário político e econômico.

Os investimentos do Infraprev foram influenciados pelo ambiente crítico do ano e ainda houve o impacto da performance desfavorável de duas aplicações em fundos de investimentos em participações realizadas, à época, em cenários positivos.

No curto prazo a meta atuarial de 13,30% ficou acima da rentabilidade de 4,4%. Mas o resultado no longo prazo garante a cobertura dos compromissos previdenciários. Considerando os últimos 15 anos, a rentabilidade alcançou 606,26% para uma meta atuarial de 534,02%. Comparada ao CDI, indicador do mercado financeiro, que atingiu 561,50%, também está superior. O Instituto encerrou o ano com patrimônio de R\$ 3.066 bilhões.

Em 2016, o Infraprev precisou manter a alocação em classes de ativos de maior liquidez frente ao cenário atual do patrocinador-fundador, a Infraero, de desligamento de empregados por meio dos programas de Incentivo à Transferência e à Aposentadoria (PDITA) e de Desligamento Incentivado a Pedido (DIN).

Para administração dos recursos dos participantes, o Instituto leva em consideração os cenários interno e externo, as ameaças e as melhores oportunidades do mercado. Por isso está a 34 anos cumprindo com a sua missão previdenciária.



“

O simples fato de estar vivo, de ter amigos com quem se pode contar, de estar casado há 40 anos, tudo isso é felicidade. Eu tenho uma qualidade de vida em Balneário, que eu até nem sonhava. Tenho a natureza ao meu redor e amigos. Isso é uma satisfação muito grande. Eu e meu grupo de amigos, a maioria aposentados, contribuímos uns com os outros e nos sentimos e somos próximos. Jogamos bocha, dominó e às sextas-feiras fazemos um conagraçamento com direito a peixe frito na praia. Em uma certa idade da vida, percebemos que é importante se apoiar e não ficar brigando, discutindo, pois é pura perda de tempo.”

Carlos Alberto Noer (aposentado)
Camboriú- SC

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão:

Administrar planos de previdência complementar com eficiência e transparência, contribuindo para a qualidade de vida dos participantes, agregando valor à política de recursos humanos dos patrocinadores e ao fortalecimento dos instituidores.

Visão:

Ser reconhecido como um fundo de pensão inovador, competitivo e cada vez mais comprometido com os participantes, patrocinadores, instituidores e sociedade, com base nos princípios de sustentabilidade.

Valores:

- Excelência na gestão do patrimônio dos planos de benefícios previdenciários.
- Cordialidade no tratamento dos participantes.
- Transparência das informações sobre a gestão dos planos de benefícios previdenciários.
- Prevalência dos interesses do Infraprev no processo decisório.
- Comprometimento com a diversidade, gênero e raças.
- Ambiente participativo, justo, ético e probo.
- Reconhecimento da contribuição individual e de grupo.
- Comprometimento com os princípios de sustentabilidade.
- Portfólio de investimentos com foco em empresas socialmente responsáveis.
- Inovação em todos os níveis do Infraprev.

ESCOLHER COM QUEM CONTAR.



“

No tempo livre, procuro curtir ao máximo minha família. Fazemos sempre o que gostamos, evitando cair na mesmice: passeios à praça, visita a casa de nossos pais, um banho de rio, um dia na chácara, um jantar com amigos. Não poderia deixar de fora, é claro, a boa e velha pescaria nas mais variadas opções de rios e lagos do Tocantins. Tenho infinitas combinações de lugares e companheiros de pesca. Família e amigos são a companhia perfeita para quem quer se manter sempre feliz e acolhido. Felicidade é ter equilíbrio e buscar sempre a variedade em diferentes âmbitos.”

Arthur Alencar de Almeida
Palmas - TO

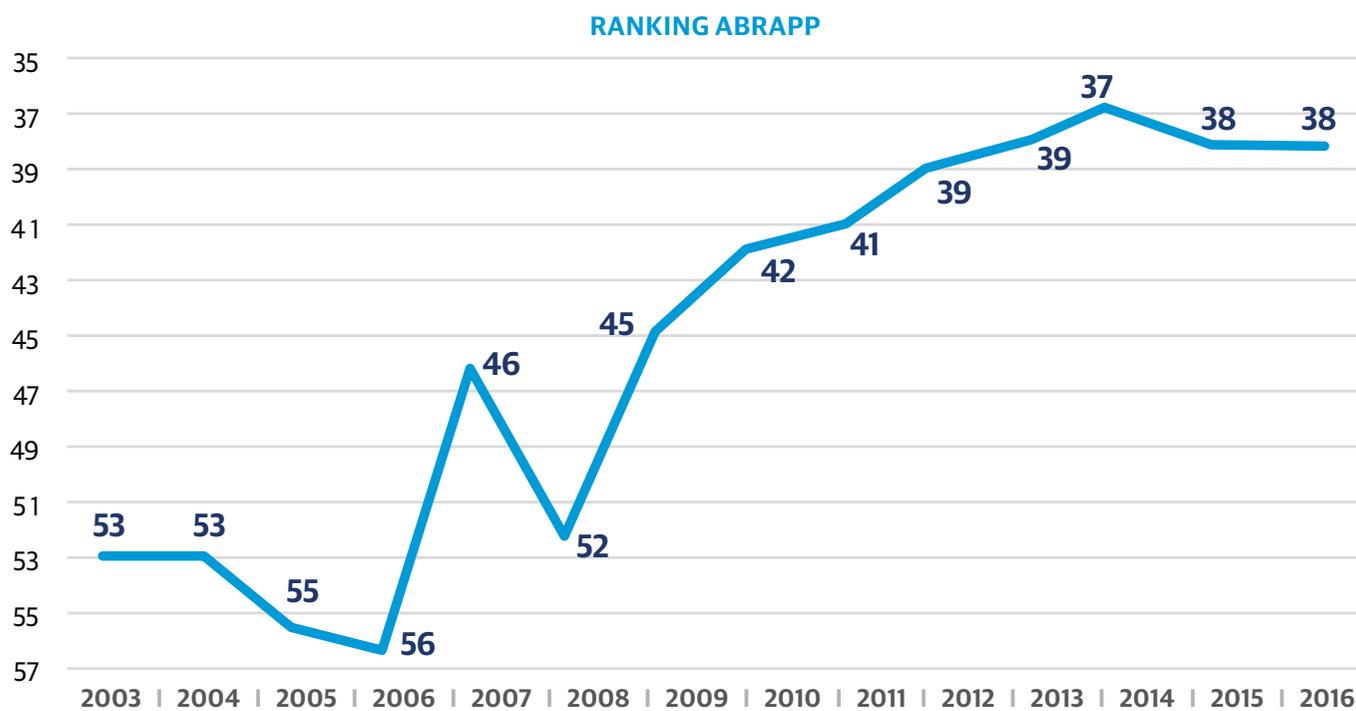
PERFIL

O Infraprev tem experiência de 34 anos no mercado de previdência privada. Foi criado pela Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), patrocinador fundador, em 1982, como ferramenta de recursos humanos, que possibilita uma renda adicional a aposentadoria do INSS, além de dar proteção aos familiares.

Tem ainda como patrocinadores, além do próprio Instituto, a Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S/A e Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A. Como instituidor, a Associação Nacional de Empregados da Infraero (Anei) possui plano de previdência para os familiares de seus associados.

O Instituto fechou 2016 com 13.721 participantes ativos e assistidos, com patrimônio de R\$ 3.066 bilhões.

É reconhecido no mercado de previdência privada por sua competente gestão econômico-financeira dos recursos dos participantes. No ranking de patrimônio dos fundos de pensão da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) o Instituto passou da 53ª posição em 2003 para a 39ª posição em 2016, entre 260 entidades.



O Instituto tem um modelo de governança corporativa consolidado e segue rigoroso processo técnico de análise e decisão de investimentos, alinhado às normas e legislações do setor de previdência privada.

Em 2016

Ranking Abrapp

38ª posição

Patrocinadores

5

Instituidor

1

Os principais públicos de interesse são os relacionados diretamente ao negócio do Infraprev. Compreendem os participantes, beneficiários, patrocinadores, instituidores e órgãos reguladores e fiscalizadores. No entanto, o Instituto está em contato com uma diversidade de públicos. A seguir a lista com o grau de interferência.

PÚBLICO DE INTERESSE DO INFRAPREV		
ALTA INTERFERÊNCIA	MÉDIA INTERFERÊNCIA	BAIXA INTERFERÊNCIA
Participantes/Beneficiários	Abrapp	CVM
Patrocinadores	Sindicatos	BACEN
Instituidor	Imprensa	Corretoras
Conselhos	Consultorias de Risco	Escritórios Jurídicos
Empregados		Receita Federal
Previc		Consultorias Macroeconômicas
SPPC		Órgãos Certificadores
CNPC		
DEST		
Consultorias Atuariais		
Gestores Externos		
Custodiantes		

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
SPPC	Secretaria de Políticas de Previdência Complementar
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
BACEN	Banco Central do Brasil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
CONSULTORIAS ATUARIAIS	Analisam um conjunto de hipóteses (financeiras, econômicas, demográficas e de expectativa de vida) e definem a metodologia para o cálculo dos benefícios a serem pagos e das contribuições que deverão ser efetuadas aos planos.
CONSULTORIAS DE RISCO	Auxiliam no planejamento, organização, direção e controle dos riscos em uma organização.
CONSULTORIAS MACROECONÔMICAS	Analisam a determinação e o comportamento da renda, produtos, níveis de preços, emprego, desemprego, estoque de moeda, taxa de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.
CUSTODIANTES	São bancos responsáveis por guardar os ativos financeiros de seus clientes e tratar de todas as operações relacionadas à posse.
FUNDOS DE INVESTIMENTO	São um tipo de aplicação financeira que reúne recursos de um conjunto de investidores (cotistas), com o objetivo de obter lucro com investimentos em títulos e valores mobiliários, nas cotas de outros fundos ou de bens imobiliários.
GESTORES EXTERNOS	São representados por instituições financeiras e profissionais responsáveis pela gestão dos recursos financeiros de um fundo de investimentos, conforme estabelecido em regulamento próprio.
ÓRGÃOS CERTIFICADORES	Órgãos com autoridade legal ou moral, que emitem declarações formais de credibilidade quanto à qualificação de um profissional, produto ou serviço.

O Conselho Deliberativo (CONDE), a Diretoria Executiva (DIREX) e o Conselho Fiscal (CONFI) são os órgãos estatutários que atuam para garantir a atividade fim do Infraprev que é o pagamento dos benefícios previdenciários aos participantes ativos e assistidos.

CONSELHO DELIBERATIVO (CONDE) - é o órgão máximo do Infraprev, responsável pelas políticas e pelas estratégias gerais do Instituto, bem como a sua revisão periódica. A sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração. Tem mandato de quatro anos e possui oito membros, quatro titulares e quatro suplentes, sendo dois titulares e dois suplentes indicados pelo patrocinador-fundador e dois titulares e dois suplentes eleitos pelos participantes e assistidos do Instituto.

TITULAR	SUPLENTE	MANDATO	REPRESENTAÇÃO
Flávio Rodrigues Presidente	Joel Alves Ramires	19/05/2015 até 18/05/2019	Indicado pela Infraero
Paulo Cesar Pacheco de Lima	*	28/03/2016 até 07/04/2017	Indicado pela Infraero
Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias	Alex Fabiano Oliveira da Costa	19/05/2015 até 18/05/2019	Eleitos pelos participantes
José Francisco Marinho Freire	Aramis da Silva Gomes	08/04/2013 até 07/04/2017	Eleitos pelos assistidos

(referência dezembro/2016)

* Ausência de suplente, devido ao pedido de saída de conselheiro por motivo particular.

DIRETORIA EXECUTIVA (DIREX) - é o órgão responsável pela administração do Infraprev e possui três diretorias, com mandado de três anos. A DIREX deve exercer suas atribuições em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo. A comunicação a conselheiros, patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos está entre as suas principais atribuições, destacando-se que as informações devem ser prestadas de forma regular e imediata. A transparência da gestão agrega valor ao trabalho realizado e tem impacto positivo nos resultados dos planos de benefícios. Os diretores são indicados pelo Conselho Deliberativo e aprovados pelo patrocinador-fundador e têm mandato de três anos.

DIRETOR	CARGO	MANDATO
Miguel Alexandre da Conceição David	Diretor-Superintendente	24/06/2016 até 17/07/2017
Mauricio Ravizzini Monteiro	Diretor de Administração e Finanças	24/06/2014 até 17/07/2017
Ana Lúcia Esteves	Diretora de Benefícios	24/06/2016 até 17/07/2017

(referência dezembro/2016)

CONSELHO FISCAL (CONFI) - é o órgão de controle interno do Infraprev, que tem a responsabilidade de elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O CONFI faz o controle da gestão da entidade, alerta sobre qualquer desvio, sugere e indica providências para a melhoria da gestão, além de emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais do Instituto. É composto por oito membros, quatro titulares e quatro suplentes, sendo dois titulares e dois suplentes indicados pelo patrocinador e dois titulares e dois suplentes eleitos pelos participantes e assistidos do Instituto.

TITULAR	SUPLENTE	MANDATO	REPRESENTAÇÃO
Ánete Viana Damasceno Presidente	Bruno Tavares Basseto	19/05/2015 até 18/05/2019	Eleitos pelos participantes
Cristiane Dias Silva	Dourival Pereira dos Santos	19/05/2015 até 18/05/2019	Indicado pela Infraero
Wagner Cunha Machado	Edson Antonio Cavalcante	08/04/2013 até 07/04/2017	Indicados pela Infraero
Vera Lúcia Lima Paulino	Jurandyr Machado da Cunha	08/04/2013 até 07/04/2017	Eleitos pelos assistidos

(referência dezembro/2016)

Os órgãos contam com o apoio dos seguintes comitês.

COMITÊ DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS	COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS	COMITÊ DE ÉTICA	COMITÊ DE PRODUTOS	COMITÊ DE PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO RAÇA E DIVERSIDADE
Apóia a DIREX nas diretrizes de gestão dos investimentos	Dá suporte a DIREX nas análises de riscos corporativos e de investimentos	Apóia os órgãos estatutários no cumprimento do Código de Ética e Conduta do Infraprev	Analisa propostas de adesão de novos patrocinadores e instituidores e elabora estudo de viabilidade	Desenvolve ações visando alcançar a equidade de gênero, raça e diversidade no ambiente de trabalho.

Nesse ambiente de profunda competitividade não basta ser bom é preciso ser excelente. É preciso inovar e surpreender e superar as expectativas dos clientes. É com este espírito e nesta direção que as transformações estão se desenvolvendo no Infraprev e outras que ainda acontecerão aos longos dos anos.

Esse trabalho vem sendo percebido pelo mercado por meio das premiações e certificados recebidos pelo Instituto.

ANO	PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Certificado de Empresa Cidadã - Conselho Regional de Contabilidade do RJ • 3º lugar no 13º Prêmio ABRASCA de Relatório Anual - categoria Organização Não Empresarial
2012	<ul style="list-style-type: none"> • 1º lugar no 14º Prêmio ABRASCA de Relatório Anual - categoria Organização Não Empresarial • Prêmio de Certificado de Sustentabilidade na categoria Governança Corporativa - 3ª Edição IBEF • 3º lugar no concurso de sites Peixe Grande categoria Voto Popular, no quesito Agência
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça - Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres • Certificado de Sustentabilidade - 4ª Edição Prêmio IBEF
2014	<ul style="list-style-type: none"> • 1º lugar no 16º Prêmio ABRASCA de Relatório Anual - categoria Organização Não Empresarial • Certificado de Sustentabilidade - 5ª Edição Prêmio IBEF • Certificado de Empresa Cidadã - Conselho Regional de Contabilidade do RJ
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça - Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres • 1º Prêmio Abrapp de Sustentabilidade • Certificado de Empresa Cidadã - Conselho Regional de Contabilidade do RJ

ESCOLHER OS MELHORES CAMINHOS.



”

Felicidade é poder estar ao lado de familiares e amigos queridos e me dedicar a atividades que me dão prazer. Graças a minha preocupação com o futuro, consegui criar condições favoráveis para uma aposentadoria tranquila, me dedicando a viagens e artes plásticas, que sempre foram minhas paixões. Procurei economizar, durante o tempo em que trabalhei e contribuí com 15% de meu salário para o plano de previdência, me preparando para esta fase da vida. Minha rotina inclui viajar pelo Brasil e pelo mundo. Fazer aquarela com alguns artistas que estudaram comigo arquitetura.”

Mônica Azambuja (aposentada)
Rio de Janeiro - RJ

MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão do Infraprev baseia-se na Liderança Estratégica e no Foco no Cliente através de quatro perspectivas fundamentais - Previdencial, Econômico-Financeira, Administrativa e Sustentabilidade. O modelo visa integrar todas as ações da empresa para a geração de valor e de resultados para seus participantes, patrocinadores e instituidor, com a finalidade de impulsionar uma cultura organizacional mais moderna e comprometida com a sua missão institucional.



GESTÃO ESTRATÉGICA

Em 2016

Visitas ao Portal Infraprev

153.753

Curtidores no Facebook

4.912

Atendimentos ao Participantes

24.759

Perspectiva Previdencial

Perspectiva Econômico-Financeira

Perspectiva Administrativa

Perspectiva Sustentabilidade

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é um processo sistemático e permanente para formulação das estratégias corporativas do Infraprev, que envolve todas as suas áreas decisórias, com ênfase para seguridade, finanças, gestão organizacional, comunicação e tecnologia de informação. O fundo de pensão é avaliado de modo integrado, levando em consideração os fatores associados aos ambientes interno e externo, tendo como base a missão, a visão de futuro e os meios para alcançá-la.

O Planejamento Estratégico compreende a análise racional das oportunidades oferecidas pelo mercado, os pontos fortes e oportunidades de melhoria da empresa e da escolha de projetos capazes de traduzir essas estratégias em ações efetivas.

A Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o corpo gerencial participam de revisão anual das metas e objetivos estratégicos do Infraprev, determinando ainda, quando necessário, a eventual atualização de missão, visão e valores.

Em 2016, o Planejamento Estratégico estava composto por 6 planos estratégicos e 15 planos táticos. Foi elaborado, conforme o modelo do *Balanced Scorecard*, sob quatro perspectivas - Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Aprimoramento.

MAPA ESTRATÉGICO DO INFRAPREV	
DIRETRIZ ESTRATÉGICA: PERENIDADE, EQUILÍBRIO E SEGURANÇA DO INFRAPREV E DE SEUS PARTICIPANTES	
PERSPECTIVAS	PLANOS ESTRATÉGICOS
Financeira	1. Aumentar a Produtividade, com adequação financeira do PGA, em função do PDITA e da Reestruturação da Infraero
	2. Otimizar a alocação dos recursos com o viés aos princípios de investimentos responsáveis (PRI)
Cliente	3. Ampliar a proteção previdenciária
	4. Captar novos participantes no âmbito das concessionárias e no mercado
Processos Internos	5. Agregar valor aos processos
Aprendizado e Aprimoramento	6. Desenvolver competências, soluções tecnológicas e estrutura organizacional para o novo posicionamento do Infraprev no mercado

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

GESTÃO ESTRATÉGICA

O Infraprev gradativamente vem ampliando os canais de comunicação com os participantes, o mercado e a sociedade. Entrou para as redes sociais com o objetivo de trabalhar a educação previdenciária e financeira e solidificar a marca, tornando-a mais conhecida, uma vez que desde 2010 é um fundo multipatrocinado. Está presente nas principais redes sociais: Facebook, Twitter e Youtube com a publicação de 7 vídeos.

No relacionamento com os participantes, há aprimoramento constante dos canais de atendimento e a realização de pesquisa de satisfação - que passou a ser aplicada de dois em dois anos - para ouvir o que eles têm a dizer sobre o Instituto e sobre as ações empreendidas. Os resultados têm ajudado a planejar as ações de acordo com as suas necessidades e de conformidade com a legislação dos fundos de pensão.

A comunicação em 2016 foi intensificada para prestar orientações aos participantes que se desligaram do patrocinador Infraero, em função de programas de incentivo à aposentadoria. Foram enviadas 78 newsletters, 106 mensagens por celular (SMS) e 60 matérias publicadas no portal. As ações contribuíram para os resultados de retenção de participantes apresentados na Perspectiva Previdenciária.

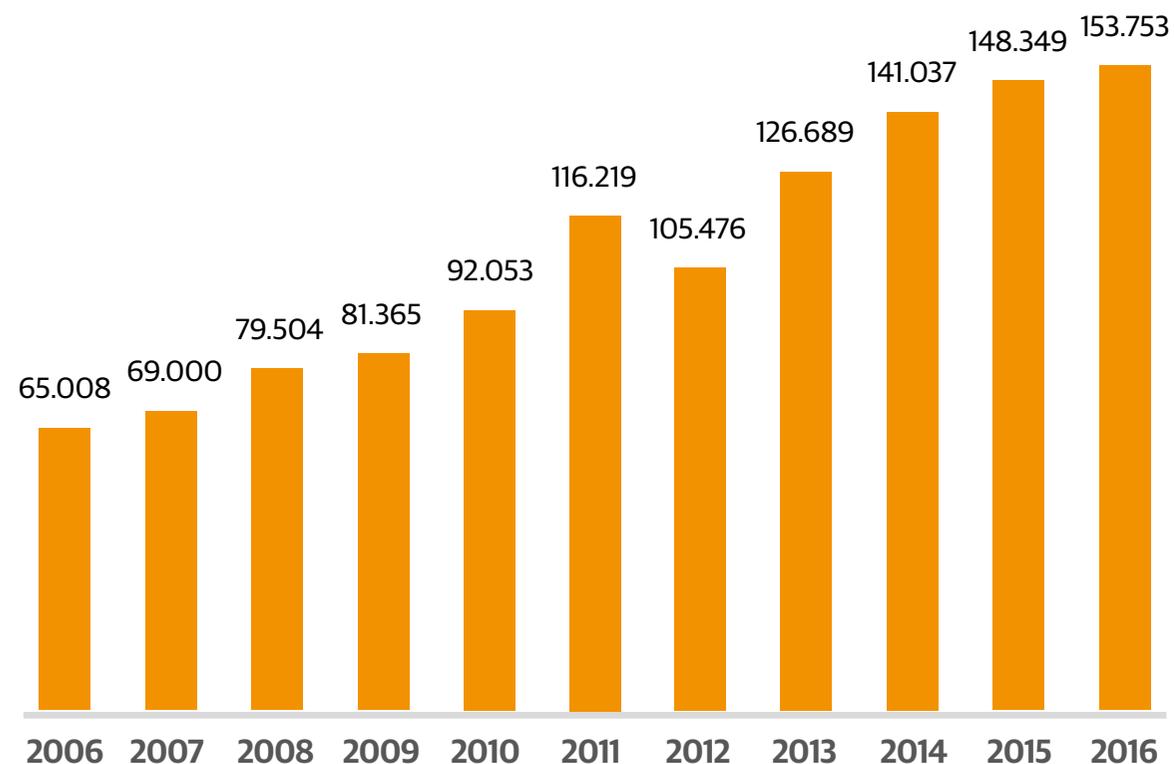
Portal Infraprev

O portal recebeu mais de 55 mil visitantes em 2016, o que representa um aumento de 15% em relação a 2015. O crescimento foi impulsionado pelos participantes inscritos no Programa de Incentivo à Transferência e à Aposentadoria (PDITA) da Infraero, que buscaram o portal para simular o valor do benefício e acessar o Painel Opções de Desligamento.

No ano, houve o registro de 153.753 visitas. Os itens mais procurados foram o Painel Opções de Desligamento, o simulador de empréstimo e de aposentadoria e o Lembrar minha senha. A quantidade total de páginas acessadas foi de 1.422 milhão. Cada usuário navegou em média dez páginas por visita.

A página do Instituto contém informações sobre gestão, planos de benefícios, investimentos, notícias, além das publicações (Jornal Futuro, regulamentos, estatutos, código de ética), política de investimentos, simuladores, dentre outros itens.

Visitas ao Portal



Redes Sociais

FACEBOOK - Há cinco anos o Infraprev utiliza a rede social para abordar temas que envolvem previdência, benefícios, datas comemorativas, educação financeira e saúde. Em 2016, as postagens publicadas atingiram 161.452 pessoas, o grande destaque do ano. Foram 135 postagens, 2.587 curtidas, 111 comentários e 83 compartilhamentos.

CURTIDORES	ALCANCE DE PESSOAS	NÚMERO DE POSTAGENS	ENTRADA NO FACEBOOK
4.912	161.452	135	06/06/2012

TWITTER - O Twitter trata de assuntos mais técnicos que envolvem economia, finanças pessoais e domésticas, além da integração das postagens vindas do Facebook. Encerrou o ano com 740 seguidores, pouco mais dos 707 em 2015, mas mostra ano a ano ser uma rede consistente com um público cativo. Foram publicados 8.761 tweets dos quais 48 compartilhados pelos usuários.

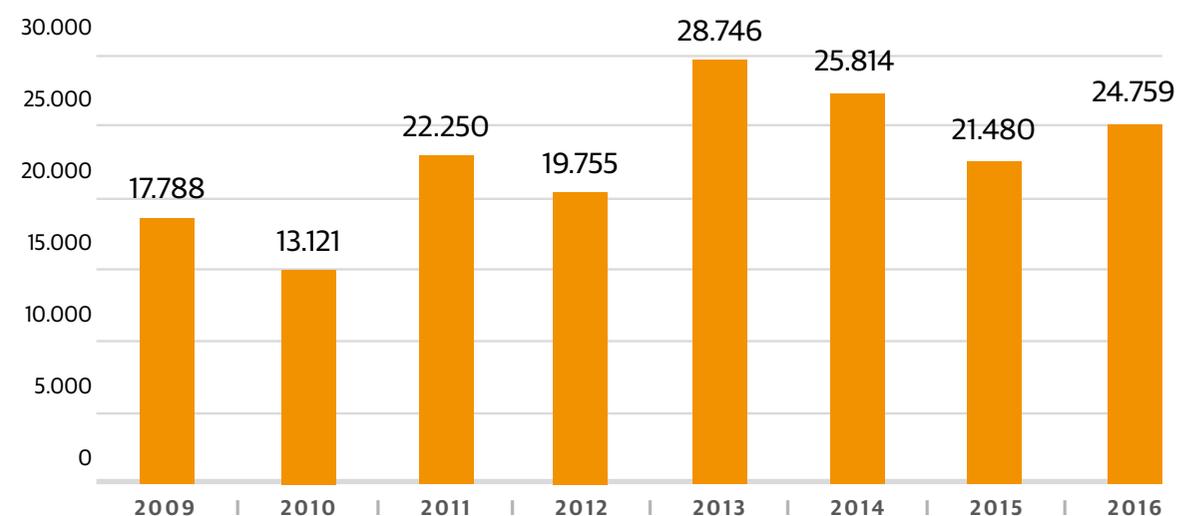
SEGUIDORES	NÚMERO DE TWEETS	ENTRADA NO TWITTER
740	8.761	25/02/2010

Atendimento ao Participante

Em 2016, foram realizados 24.759 atendimentos, registrando-se um aumento de 15% em relação a 2015. Devido à reestruturação administrativa do patrocinador Infraero, com os planos de demissão incentivada, os participantes procuraram mais os canais de relacionamento em busca de informações sobre as opções oferecidas pelos planos de benefícios, no caso de término do vínculo empregatício com o patrocinador.

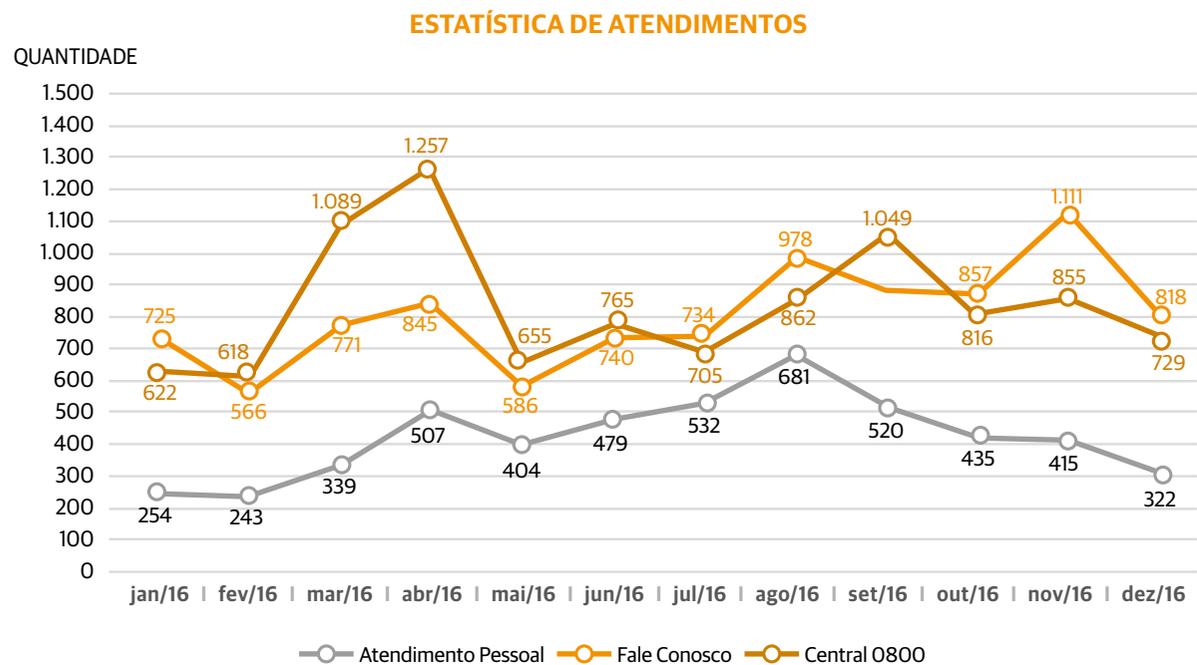
A equipe de atendimento efetuou diversas simulações de aposentadorias vitalícia e por prazo certo, para os participantes elegíveis, além de resgate e portabilidade. Essas informações foram encaminhadas por e-mail com esclarecimentos específicos sobre os benefícios assegurados pelos planos.

TOTAL DE ATENDIMENTOS EFETUADOS



Canais de Relacionamento

O canal mais utilizado no ano pelos participantes foi o telefone (0800) com 40,48%. Em seguida, o atendimento por e-mail com 38,80% e por último o atendimento pessoal 20,72%. No entanto, a partir de junho de 2016, os participantes usaram mais o e-mail. Desde 2009, foi a primeira vez, em um semestre, que o número total de atendimentos registrados por e-mail superou as solicitações efetuadas para o 0800.

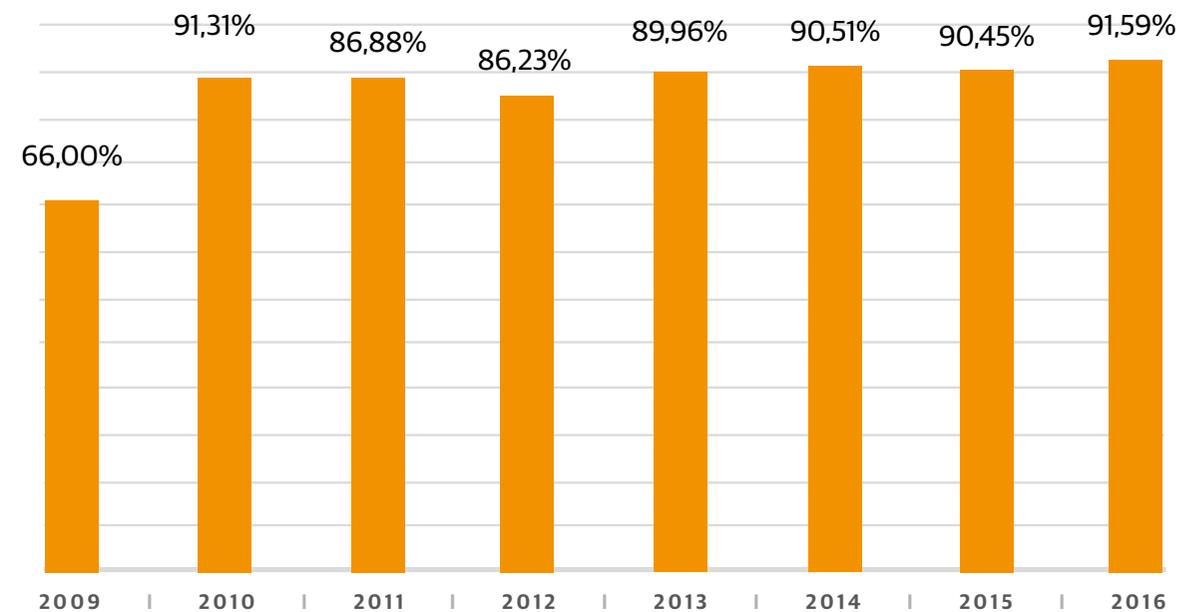


E-MAIL - Fale Conosco e atendimento@ - 98% dos 9.606 e-mails recebidos foram respondidos no prazo de até dois dias úteis. Os assuntos mais solicitados foram simulações de aposentadoria e resgate, esclarecimentos a respeito dos benefícios do Plano CV, solicitação de senha para acesso ao Autoatendimento no portal e saldo devedor de empréstimo.

ATENDIMENTO PESSOAL - Realizado na sede do Infraprev e nas unidades aeroportuárias, foram registrados 5.131 atendimentos. Requerimento de aposentadoria, empréstimo e auxílio-doença foram os serviços com maior demanda.

CENTRAL DE ATENDIMENTO (0800) - Das 10.022 ligações recebidas 91,59% foram resolvidas pelas atendentes no primeiro contato. Em 2009 o percentual de eficiência era de 66%.

ATENDIMENTOS SOLUCIONADOS NO 1º CONTATO



GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Infraprev realiza, anualmente, a revisão da sua matriz de riscos operacionais. Na análise dos processos internos em 2016, foi identificado mais um risco, que está na categoria "baixo". Para mitigar os 89 riscos encontrados em todas as gerências do Infraprev, foram desenvolvidos planos de ação que serão acompanhados e implementados em 2017.

O gerenciamento de riscos é uma atividade fundamental e permeia os processos e atividades do Infraprev. Esse trabalho é permanente e integra a cultura da organização, tendo uma área gestora que coordena as políticas e normas da empresa e visa avaliar a conformidade das atividades de gestão aos aspectos legais, normativos do Instituto.

Os riscos são levantados, mapeados e dispostos em matrizes criadas para o monitoramento e tratamento. Os riscos altos e/ou extremos e oportunidades de melhoria identificados nos processos são segregados e recebem tratamento específico em forma de planos de ação, os quais são realizados pelas áreas responsáveis e fazem parte de acompanhamento da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal em seu Relatório Semestral de Controles Internos.

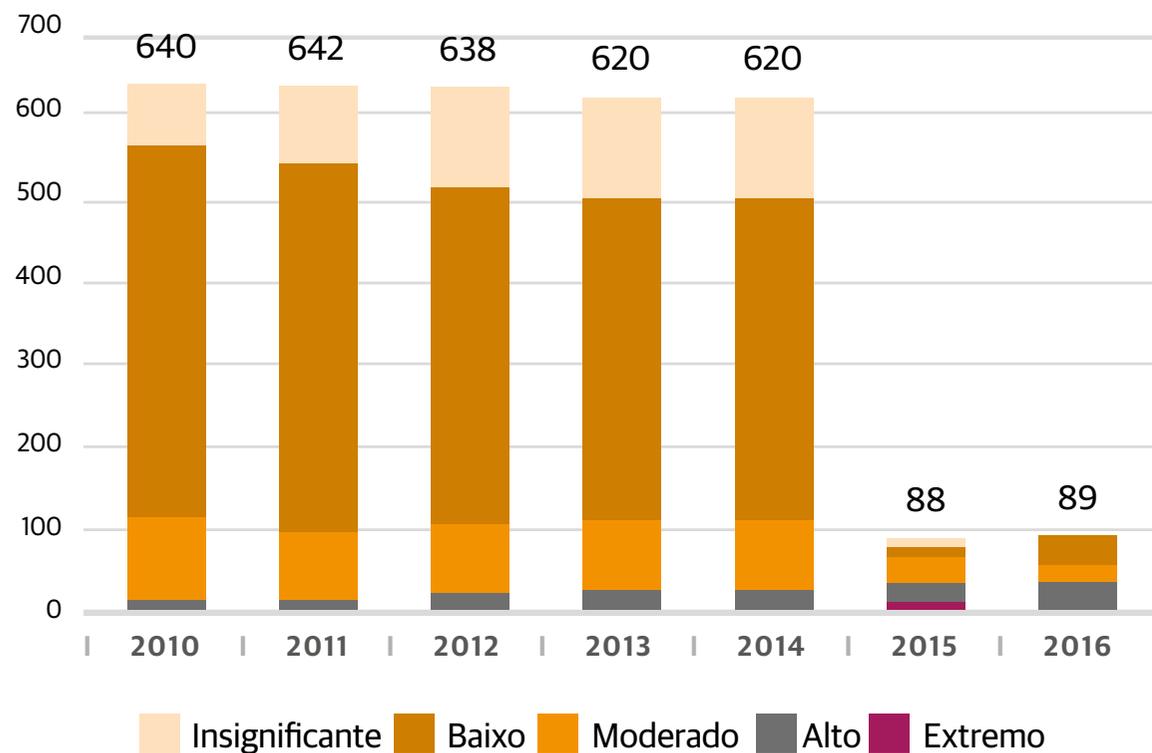
O Infraprev também identifica, avalia, controla e monitora os riscos de investimentos, que possam comprometer a realização dos objetivos do Instituto. O Comitê de Gestão de Riscos (CGR) é o órgão responsável pela supervisão e monitoramento dos riscos e da evolução das categorias, assim como das ações de mitigação e dos limites estabelecidos pela Política de Investimentos.

Em conformidade com a legislação vigente, a avaliação dos riscos de investimentos compreende as seguintes categorias: risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco legal, risco de liquidez, risco reputacional, risco sistêmico, risco socioambiental, além da segregação das funções de gestão, administração e custódia.

Os investimentos são verificados e monitorados de forma proativa desde sua aquisição, de acordo com o Guia de Melhores Práticas da Previc.

O risco atuarial, também identificado, avaliado e monitorado pelo Infraprev, é advindo de eventos que possam trazer impactos as provisões matemáticas do plano de benefícios como: mortalidade, entrada em invalidez, movimentos não previstos na taxa real de juros, descasamento de ativos e passivos, etc. O gerenciamento é feito para preservar a liquidez, solvência e equilíbrio dos planos de benefícios.

RISCOS OPERACIONAIS



Até pouco tempo, acreditava que a felicidade estava associada ao ter, conseguir, conquistar. Porém, com o passar do tempo, descobri que a verdadeira felicidade está nas coisas mais simples. Sou muito feliz quando recebo notícias de algum amigo ou amiga que está longe, mensagem com o título 'lembrei de você', com um café bem quentinho oferecido por um colega de trabalho em um dia frio, em poder estar perto da minha família nos dias de festa e também contar com ela naqueles dias em que pensamos que o mundo vai desabar. Enfim, a felicidade está ligada a quem você tem ao seu lado e não ao que você tem acumulado."

**Cíntia Pereira
Campinas - SP**



ESCOLHER A TRANQUILIDADE.

“

*Ter saúde e paz de espírito.
Viver bem o agora, sem remorsos ou pena do
que passou e sem criar expectativas imensas sobre
o que está por vir. É minha visão de felicidade.
E lógico, estar cercada de pessoas queridas. Pelo
planejamento financeiro que fiz durante o período de
trabalho, consigo hoje viver com qualidade, com menos
recursos para as necessidades básicas e algumas
complementares. Isso me permite desfrutar do dia a dia
com mais tranquilidade. E os outros valores poupados
proporcionam a realização de sonhos para essa fase da
vida: passeios, compras diferenciadas, presentes, etc.”*

**Lilian Ratto - (aposentada)
Brasília - DF**

REGULAMENTO DO PLANO CV

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou alterações no regulamento do Plano CV em 2016. A principal mudança foi a inclusão de possível contratação de seguro pelo Infraprev para cobertura de riscos atuariais para a concessão de aposentadoria por invalidez, pensão e pecúlio. Com alteração no regulamento, que está no artigo 53, o Instituto poderá contar no futuro, caso haja necessidade, de garantia adicional de uma seguradora, reduzindo assim os riscos atuariais e também financeiros.

O regulamento incluiu, ainda, nova regra para concessão de auxílio-doença para os participantes ativos já aposentados pelo INSS. Eliminou-se a indicação de perito por parte do Infraprev. A nova redação do artigo 71 agiliza o processo, que passa a considerar a comprovação da incapacidade de trabalho por documento emitido pelo patrocinador.

Outra mudança refere-se aos beneficiários dos participantes. No artigo 16, ficou permitido que o cônjuge ou companheiro receba pensão vitalícia do Infraprev, mesmo em caso de exclusão desses beneficiários pela Previdência Social.

Para evidenciar o cumprimento pelo patrocinador do princípio de paridade contributiva no Plano CV, foi incluído parágrafo 3º no artigo 32, reafirmando atenção ao limite legal.

O Benefício Previdenciário, antes sem um percentual fixado para a concessão de pensão pelo Infraprev, passou a ser definido como sendo 100% do valor do benefício do INSS. A alteração está no artigo 81, assim como no glossário no inciso V.

REGULAMENTO DO PLANO PAI I

O Infraprev enviou à Previc as alterações no regulamento do Plano Associativo Infraprev I (PAI I), aprovadas pelo Conselho Deliberativo. O objetivo das mudanças é atender a Resolução CNPC nº 23 de 2015, especificamente quanto ao resgate e à portabilidade em planos instituídos.

A principal alteração permite que o participante do plano Associativo Infraprev I, mais conhecido como Plano Anei, resgate parcialmente suas contribuições, sem que ocorra o cancelamento da inscrição. Para resgate de recursos muda o tempo mínimo de vínculo ao plano, que passa de seis

para 36 meses. Além disso, torna-se permitido a cada dois anos resgatar, até 20% do saldo de conta, desde que o participante tenha três anos de contribuição.

O novo regulamento autoriza, também, o resgate de recursos portados de outras entidades, abertas ou fechadas, sem o desligamento do plano. O mesmo passa a ser aceito para as contribuições esporádicas realizadas pelo participante, como aportes com 13º salário ou quando surge uma renda extra para aplicação.

Procedimentos e prazos para envio do Termo da Portabilidade para outras instituições também foram alterados.

O plano instituído permite a entrada de familiares de empregados da Infraero, desde que o empregado esteja inscrito na Associação Nacional de Empregados da Infraero (Anei). Nesse plano a contribuição é feita somente pelo participante.

PLANOS DE BENEFÍCIOS

O Infraprev administra o Plano de Contribuição Variável (Plano CV), com cerca de 95% dos participantes do Instituto, o Plano de Contribuição Definida (Plano PAI I), associativo, voltado aos familiares dos participantes e dois planos de Benefício Definido (BDI e BDII) fechados ao ingresso de novos participantes.

CATEGORIA DE PARTICIPANTE	PLANO CV	PLANO BDI	PLANO BDII	PAI I	TOTAL
Ativos	9.866	22	3	28	9.919
Assistidos	3.625	157	20	-	3.802
TOTAL	13.491	179	23	28	13.721

PLANO CV - O Plano CV encerrou o exercício de 2016 com déficit técnico acumulado de R\$ 154.150.527,46. A resolução CNPC nº 16/2014, introduziu a figura do ajuste de precificação como procedimento obrigatório para as avaliações atuariais a partir de 2015. O valor do ajuste pode ser acrescido ou deduzido do resultado, para fins de equacionamento. O cálculo do limite do déficit para equacionamento do Plano CV foi de aproximadamente R\$ 90 milhões. Considerando o déficit do plano (R\$ 154 milhões), e o ajuste de precificação (R\$ 82 milhões), o déficit foi reduzido para R\$ 72 milhões. Assim, o valor está dentro do limite, de forma que não será necessário elaborar um Plano de Equacionamento do Plano CV em 2017.

PLANO BD I SALDADO - O Plano I de Benefício Definido (Saldado) apresenta superávit técnico acumulado no encerramento de 2016 no montante de R\$ 9.346.405,40. O Plano encerrou o exercício mantendo a situação superavitária, entretanto em um patamar superior na última Avaliação Atuarial.

PLANO BDII - O Plano II de Benefício Definido apresenta superávit técnico acumulado em 2016 no montante de R\$ 2.260.411,91. O valor de excesso do Patrimônio de Cobertura do plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para a constituição da reserva de contingência, conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. O excedente foi utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano. Como é o terceiro ano seguido que há constituição de Reserva Especial, a legislação dispõe de procedimentos a fim de verificar qual o valor do superávit que deve ser distribuído. Considerando os procedimentos dispostos na legislação, o valor alocado na conta Fundo de Revisão de Plano correspondente a R\$ 561.472,13 deverá ser distribuído até o final do exercício de 2017.

PLANO PAI I - Não ocorreram variações significativas nas Provisões Matemáticas do Plano Associativo Infraprev I. Em 2016, não houve concessão de benefícios, dessa forma, não teve constituição de Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Em 2016

Participantes

13.721

Ativos

9.919

Assistidos

3.802

Beneficiários

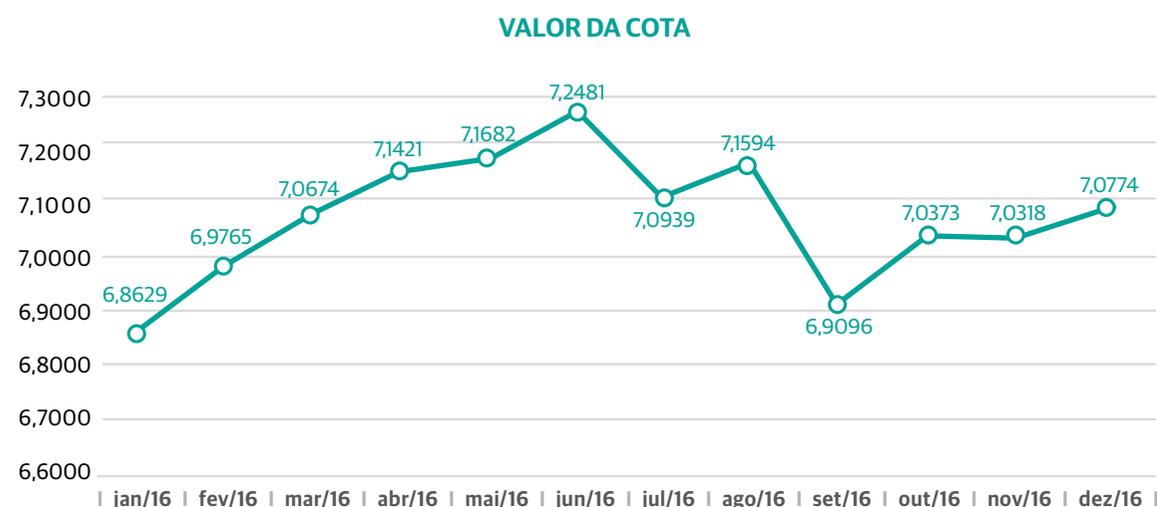
15.797



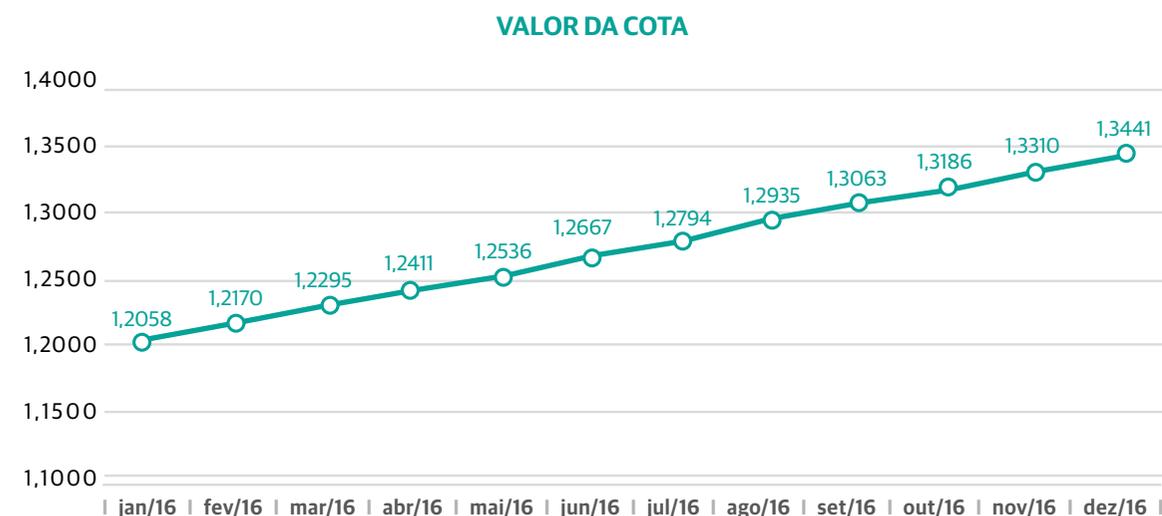
EVOLUÇÃO DA COTA

Os valores da cota são reajustados em função do desempenho dos investimentos (renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimos e investimentos estruturados). Para obter o valor da cota, o Infraprev considera o patrimônio do mês anterior, mais a rentabilidade dos investimentos e deduz custos administrativos e de investimentos.

Em 2016, a cota do Plano CV apresentou evolução positiva de 3,83%.

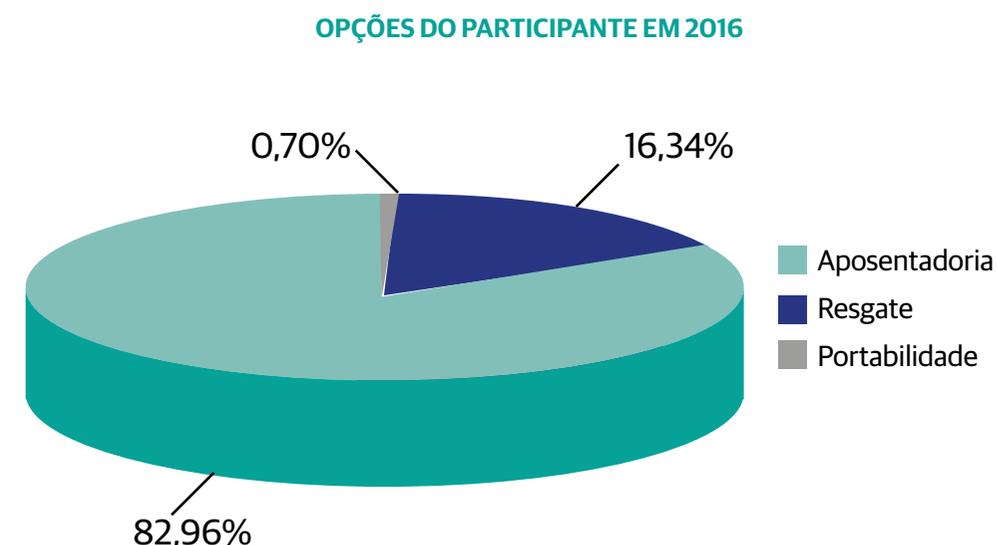


A cota do Plano PAI I teve crescimento de 12,52% em 2016.



CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

A aposentadoria no Infraprev foi a opção mais escolhida pelos participantes que já possuíam às condições para o benefício no Plano de Contribuição Variável (Plano CV) ao término do vínculo empregatício com a Infraero. Com base nos desligamentos efetuados em 2016, 82,96% optaram por receber o benefício pelo Instituto, sendo que 62,31% preferiram a renda vitalícia como forma de recebimento e 37,69% por renda certa. O resgate do saldo de conta do Infraprev foi escolhido por 16,34% dos participantes e a portabilidade para bancos ou seguradoras por apenas 0,70%.



EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FINANCEIRA

As orientações aos participantes que estavam próximos da aposentadoria foram um dos destaques do Programa de Educação Previdenciária e Financeira. O Infraprev disponibilizou em seu portal, www.infraprev.org.br, o hotsite 'O Futuro Chegou', com informações detalhadas sobre as opções de recebimento dos recursos de poupança por ocasião do desligamento do patrocinador Infraero. O objetivo foi permitir ao participante analisar e escolher, dentre as alternativas disponíveis (aposentadoria, resgate e portabilidade), aquela mais adequada a sua programação futura.

As informações e o simulador foram disponibilizados, principalmente, para auxiliar os empregados elegíveis ao Programa de Incentivo à Transferência e à Aposentadoria (PDITA) da Infraero, mas qualquer participante pode acessá-las. Além desses mecanismos, foram enviados aos participantes inscritos no PDITA, carta da Diretoria Executiva e folder dando orientações necessárias ao acesso às informações e dados. Foi criado, também, e-mail exclusivo para atendimento a esse grupo: atendimento@infraprev.org.br.

Hotsite 'O Futuro Chegou' - O hotsite - www.infraprev.org.br/ofuturochegou - com conteúdo enxuto e de fácil assimilação, traz o personagem Jorge, um participante fictício do Infraprev, que conta os motivos de ter optado pela aposentadoria. Por meio de três infográficos, ele faz um balanço e mostra as vantagens e desvantagens do resgate e da portabilidade. Em um ano foram 7.534 acessos, 13.176 visualizações de página, 4.677 visitantes e duração média de quatro minutos por acesso. O infográfico sobre aposentadoria foi o mais clicado em todos os meses do ano, totalizando 9.247 visualizações, seguido da portabilidade (1.501) e resgate (2.025).



Painel Opções de Desligamento - O hotsite 'O Futuro Chegou' permite acesso ao chamado Painel Opções de Desligamento, que fica em Autoatendimento. O painel é uma simulação em tela única dos valores que o participante poderá receber em caso de aposentadoria pelo Infraprev, resgate e portabilidade. A comparação contribui para que a escolha seja a mais acertada e que atenda o planejamento futuro. É um ambiente restrito que precisa de CPF e senha do portal. Foram computados 6.071 cliques nos botões do hotsite que levam para o painel Opções de Desligamento. Mas como é preciso de senha para visualização, o número total de acessos com êxito foi de 4.067. Em relação ao número de visitantes, 1.117 CPFs diferentes logaram no painel por meio do hotsite.

O Programa de Educação Previdenciária e Financeira estabeleceu 15 ações para serem realizadas em 2016 para participantes ativos, assistidos, empregados, conselheiros e sociedade. Desse total, 10 foram implementadas. Foram realizadas campanha de aumento de contribuição, palestras via vídeo webcast sobre resultados do Infraprev e sobre investimentos, campanha de previdência e finanças nas redes sociais, matérias sobre previdência, finanças e sustentabilidade no Jornal Futuro e mural e treinamento de conselheiros. A reformulação do espaço de Educação Previdenciária no portal será finalizada em 2017.

Campanha de aumento de contribuição - O Infraprev registrou 1.091 alterações no ano, sendo 67,64% voltadas para o aumento do percentual.

Palestras via internet - A palestra sobre resultados, realizada em 18/04 pelo diretor-superintendente à época, teve 411 acessos e 70 interações do público, com perguntas respondidas ao vivo e por e-mail. O objetivo foi prestar contas da administração dos planos. Outra apresentação, dessa vez presencial e com transmissão pela internet foi realizada em 19/10 pela Diretoria Executiva e equipe técnica. Teve como finalidade prestar esclarecimentos sobre os investimentos realizados no Instituto. A palestra teve 973 acessos e somente o público presente pode fazer perguntas. As apresentações estão no Canal de Vídeos do portal Infraprev.

Os custos com a administração dos planos de benefícios representam as despesas com pessoal, encargos, serviços técnicos, depreciações e outras despesas.

RUBRICAS	PLANO BD I	PLANO BD II	PLANO CV	PLANO PAI-1	TOTAL 2016
Pessoal e Encargos	185.746,21	99.147,19	6.365.799,10	57,19	6.650.749,69
Conselheiros	1.195,89	638,19	40.972,27	0,37	42.806,72
Dirigentes	26.319,29	14.054,61	902.234,04	5,78	942.613,72
Pessoal Próprio	157.464,96	84.045,09	5.396.343,87	50,89	5.637.904,81
Outras Despesas	766,07	409,30	26.248,92	0,15	27.424,44
Estagiários	766,07	409,30	26.248,92	0,15	27.424,44
Treinamento Congresso e Seminário	2.146,62	1.146,57	73.541,84	0,42	76.835,45
Viagens e Estadias	8.545,80	4.563,26	293.023,84	2,74	306.135,64
Serviços de Terceiros	83.815,88	53.993,70	1.734.186,60	10,05	1.872.006,23
Consultoria Atuarial - Específica	38.865,64	29.994,44	193.596,71	-	262.456,79
Auditoria Externa	2.934,65	1.566,11	100.561,86	0,90	105.063,52
Consultoria Jurídica - Comum	5.101,15	2.724,36	174.781,69	1,78	182.608,98
Assessoria Técnica	28.837,31	15.397,28	988.317,54	3,41	1.032.555,54
Processamento de Dados	6.016,87	3.210,97	206.275,41	2,67	215.505,92
Microfilmagem e digitalização	2.060,26	1.100,54	70.653,39	1,29	73.815,48
Despesas Gerais	79.151,72	42.272,35	2.712.989,29	173,79	2.834.587,15
Despesas Gerais Comuns	79.151,72	42.272,35	2.712.989,29	173,79	2.834.587,15
Depreciações e Amortizações	32.996,88	17.575,25	1.128.739,12	-	1.719.311,25
Tributos	17.331,77	9.253,76	593.829,80	4,58	620.419,91
Taffic	2.320,50	464,10	114.240,00	21,42	117.046,02
Outras Despesas	257,37	137,45	8.829,87	-	9.224,69
Total	412.312,75	228.553,63	13.025.179,46	270,19	13.666.316,91

ESCOLHER O EQUILÍBRIO.



”

A felicidade é um somatório de coisas em nossas vidas. Ter saúde é primordial para que possamos viajar e praticar esporte para melhora da qualidade de vida. Conquistar bens materiais também é muito bom. Mas a felicidade está nas pequenas coisas realizadas com amor. Como reunir familiares e amigos num papinho gostoso, sorrir com eles e relembrar momentos marcantes de nossas caminhadas. É ter a oportunidade de ajudar alguém e contribuir para a sua felicidade. Hoje aposentada, com estabilidade financeira, tenho mais tempo para a família e amigos. Brincar com meus netos renova a minha alma. São presentes de Deus na minha vida. É assim que defino ser feliz de verdade.”

Suely Caetano da Silva (aposentada)
Rio de Janeiro - RJ

Muitas mudanças econômico, social e político no Brasil marcaram 2016. O cenário político conturbado, aprofundamento da recessão econômica e fatores externos como Brexit e eleições nos EUA contribuíram para a alta volatilidade observada nos mercados.

No Brasil, a política foi marcada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, novo governo com o presidente Michel Temer, a continuação da operação Lava-Jato e a aprovação de importantes pacotes de reformas estruturais (como a PEC dos Gastos).

A inflação (medida pelo IPCA) terminou o ano em +6,29%, dentro da meta estipulada pelo Banco Central e bem abaixo do resultado em 2015 de +10,67%. A desaceleração da atividade econômica e o aumento da taxa de desemprego contribuíram para moderar a inflação e para a queda da taxa básica de juros do Brasil (SELIC).

Depois de três anos de quedas consecutivas acumulando desvalorização de 28,88%, o Ibovespa encerrou o ano com ganho de 39,05% aos 60.227 pontos, influenciado em grande parte, pela forte recuperação nos preços das duas principais commodities (petróleo e minério de ferro) e pelos programas de desinvestimentos anunciados e parcialmente executados durante o ano. Além disso, a atuação dos investidores estrangeiros com a compra de ativos que se encontravam bastante depreciados também determinou o rumo do mercado. Essa alta, ainda que expressiva, não retratou o comportamento da economia brasileira que encerrou 2016 com PIB negativo.

Do lado externo, o tão esperado aumento na taxa de juros americana que parecia assustar o mercado com uma possível saída de capital, aconteceu em dezembro e não teve efeito relevante sobre o mercado doméstico. Os números positivos da economia dos Estados Unidos favoreceram a decisão do Federal Reserve que aumentou a taxa em 0,25 ponto percentual. A preocupação maior ficou por conta da vitória de Donald Trump, com propostas bastantes polêmicas que poderão afetar o mercado em 2017.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para a elaboração das Políticas de Investimentos (PI) anuais são levadas em consideração premissas financeiras e atuariais. O documento contempla as metas de alocação e referencial de rentabilidade para cada segmento, bem como o cenário macroeconômico. A PI busca privilegiar

a sustentabilidade de resultados no longo prazo em detrimento da visão de curto prazo, ainda predominante no mercado financeiro.

Para cada plano de benefício há uma política de investimentos: CV, BDI, BDII, PAII e o Plano de Gestão Administrativo (PGA). O PGA engloba recursos administrativos do Infraprev.

A Política de Investimentos para a carteira do Plano CV em 2016 indicou pela elevação da participação em renda variável e manutenção dos demais segmentos nos níveis já investidos. Enquanto que em relação aos planos BDI Saldado, BDII e PAII não houve alterações significativas nas estratégias de investimentos, comparada ao ano anterior.

Para as políticas de investimentos de 2017, o Comitê de Investimentos do Instituto estabeleceu as premissas financeiras e atuariais, com base no Estudo de Asset Liability Management (ALM), que alinha ativo (investimentos) com o passivo (compromissos previdenciais).

O estudo de ALM considera as premissas atuariais, características da população de participantes, como: idade, salário, sexo, tempo de contribuição, tempo para aposentadoria, número e idade de dependentes. Além disso, o cenário econômico e a expectativa de taxa de juros também são analisados.

Com todos esses elementos, foi realizado pela consultoria financeira contratada o estudo de ALM que contrapõe ao fluxo das obrigações previdenciais (passivo atuarial) às melhores composições de carteira de investimentos que maximizem o retorno esperado, respeitando-se o grau de liquidez e a rentabilidade mínima necessárias ao pagamento dos benefícios aos participantes e seus beneficiários.

Como diferencial entre as políticas de investimentos, cada plano apresenta sua meta atuarial específica, definida de acordo com seus estudos de adequação da taxa de juros, com validade anual, nos moldes estabelecidos pela legislação vigente da Previc. Para o Plano CV a meta atuarial foi aumentada em 0,20%a.a. em relação ao ano de 2016, passando a ser de INPC + 5,70%a.a.. Já a Meta Atuarial do Plano BD II foi reduzida em 0,10%a.a., sendo para o ano 2017 equivalente a INPC + 5,40%a.a.. O Plano DB I teve sua Meta Atuarial inalterada com relação ao ano anterior, de INPC + 5,50%a.a.

Adicionalmente, vale destacar que as políticas de investimentos de 2017 foram elaboradas de forma mais objetiva e didática, primando pela maior transparência e clareza das informações.

Conforme diretriz da Política de Investimentos do Plano CV para 2016, o Instituto aumentou sua alocação em ativos classificados no segmento de renda variável, passando de 8,30% de participação do Recurso Garantidor do plano, na posição de dezembro de 2015, para 13,33% em dezembro de 2016. Essa estratégia foi positiva para a rentabilidade do plano, que apresentou desempenho acumulado no ano de 23,35%. Adicionalmente, foi realizada a gestão da liquidez, em decorrência dos programas de desligamentos da Infraero.

Para os planos BDI e BDII foram realizados ao longo de 2016, reinvestimentos na recomposição da carteira de títulos públicos. Os estudos de ALM desses planos não indicaram alterações nas estratégias de investimentos.

DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

O Infraprev obteve rentabilidade de 4,42% em 2016, abaixo da meta atuarial de 13,30% (INPC +5,5% ao ano). O resultado foi decorrente, principalmente, da reprecificação dos ativos investidos nos Fundos de Investimentos em Participações (FIP) Multiner e Global Equity Properties,

que fazem parte da carteira de Investimentos Estruturados, que estão em recuperação, e pela reavaliação da carteira de imóveis do Instituto.

A Renda Variável teve o melhor desempenho entre todas as carteiras com rentabilidade de 23,35%, bem acima da meta atuarial. As carteiras de Empréstimos e Renda Fixa também superaram a meta atingindo 17,73% e 14,21%, respectivamente. Imóveis teve resultado negativo de -1,55% e Investimentos Estruturados de -58,72%.

No longo prazo, o resultado é positivo, sem comprometimento no pagamento dos benefícios atuais e futuros. A rentabilidade de 2002 a 2016 ficou em 606,26% e a evolução do patrimônio foi 719,36%, para uma meta atuarial de 534,02%. O patrimônio fechou em 2016 com R\$ 3.062 bilhões.

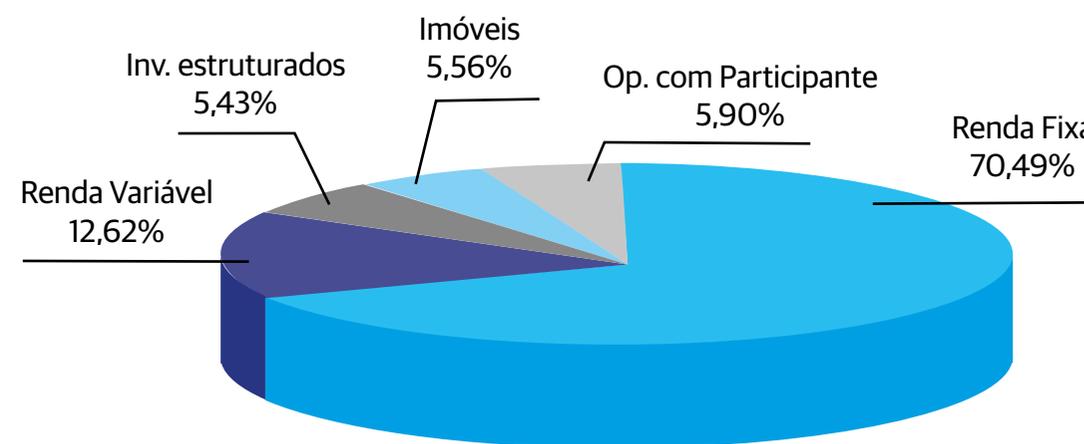
O Infraprev prioriza a diversificação dos investimentos, importante para minimizar a exposição aos riscos dos ativos investidos. As aplicações são feitas com base nas Políticas de Investimentos, disponíveis no portal para todos os participantes, obedecendo os limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN 3792/2009.

RESULTADO POR CARTEIRA

CARTEIRA	2015	2016	2002 A 2016	BENCHMARK 2016
Renda Variável	-5,57%	23,35%	376,14%	Ibovespa = 38,93%
Renda Fixa	16,99%	14,21%	633,16%	INPC+ 5,5% = 12,44%
Empréstimos	16,02%	17,73%	1.712,33%	INPC+ 5,5% = 12,44%
Imóveis	17,97%	-1,55%	1.457,22%	IGPM+5,5% = 13,09%
Investimentos Estruturados*	-5,36%	-58,72%	-29.50%	IPCA+ 8% = 14,79%

* Categoria de Investimentos constituída pela Resolução CMN 3792/2009

DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS EM 2016



Resultados alcançados com base na rentabilidade bruta dos investimentos.

DESCRIÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %	2007 %	2008 %	2009 %	2010 %	2011 %	2012 %	2013 %	2014 %	2015 %	2016 %	2002 À 2016 % ACUMULADO
Renda Fixa	29,21	22,05	15,71	12,19	14,42	12,45	10,74	7,63	11,20	14,31	17,41	2,11	14,70	16,99	14,21	633,16
Renda Variável	-20,33	72,19	16,90	27,15	27,08	49,70	-32,63	61,73	2,31	-13,08	7,98	-4,55	5,52	-5,57	23,35	376,14
Investimentos Estruturados *	-	-	-	-	-	-	-	1,66	14,90	12,81	10,39	19,68	3,66	-5,36	-58,72	-29,50
Imóveis	11,27	6,43	34,86	6,71	23,44	15,75	11,88	67,94	52,29	36,38	19,38	10,28	7,20	17,94	-1,55	1.457,22
Operações com Participantes	22,90	24,86	24,48	24,35	21,66	20,92	22,77	35,81	20,78	20,21	18,19	15,51	14,89	16,02	17,73	1.712,33
Rentabilidade Bruta	21,90	24,32	18,85	16,35	19,18	22,64	-0,24	21,95	11,60	9,32	14,73	5,19	11,08	10,99	4,42	606,26
Meta Atuarial**	21,61	17,01	12,50	11,34	8,98	11,47	13,64	10,42	12,45	12,55	12,31	10,86	11,65	17,07	13,30	534,02

(*) A rentabilidade de -29,50% de investimentos estruturados se refere a data de criação da carteira em 2009 até dezembro/2016.

(**) Rentabilidade mínima dos planos de benefícios de INPC+5,5% ao ano.

Carteira de Renda Fixa

A carteira de renda fixa encerrou o ano com rentabilidade de 14,21%, superior à meta atuarial de 13,30%, impulsionada pelo desempenho da gestão ativa de títulos públicos indexados ao IPCA, fundo de investimento multimercado, fundos de investimentos em direitos creditórios e debêntures.

Carteira de Renda Variável

O segmento de renda variável teve um desempenho de 23,58% em 2016 frente a uma meta atuarial de 13,30%. A estratégia utilizada foi diminuir a exposição em empresas exportadoras (dada a valorização do Real frente ao Dólar americano) e aumentar a posição em empresas ligadas diretamente à recuperação do Brasil (principalmente do setor automobilístico e de comércio varejista). Além disso, também foi muito importante acompanhar e tomar decisões baseadas em todos os desdobramentos da crise política enfrentada pelo País, assim como todas as possíveis pacotes e acordos que poderiam beneficiar algum ativo específico.

Carteira Imobiliária

Os investimentos imobiliários do Infraprev obtiveram a rentabilidade anual negativa 1,55%, ficando abaixo da meta atuarial em 13,03%. O principal fator que contribuiu para esse resultado, foi a reavaliação patrimonial da carteira imobiliária, apesar de ter apresentado uma queda inferior, quando comparada à média registrada no mercado imobiliário, da cidade do Rio de Janeiro.

Como estratégia de gestão, objetivando a diminuição do aumento da taxa de vacância, foi praticado a renegociação de contratos de locação, visando manter os imóveis da carteira locados.

Apesar de ano atípico e da rentabilidade negativa em 2016, o histórico acumulado da rentabilidade registra uma valorização positiva em 15 anos de 1.457,22% para uma meta atuarial no mesmo período de 534,02%.

Carteira de Empréstimos

A carteira de empréstimos, que teve rentabilidade de 17,73% em 2016, acima da meta atuarial de 13,30%, realizou 1.755 contratos de empréstimos que totalizaram valores na ordem de R\$ 29.561.186,17

O Infraprev efetuou alguns ajustes nas regras de empréstimo no ano. O prazo máximo de concessão passou de 90 para 72 meses com valor limitado a 10 vezes a remuneração do participante, observada a capacidade de margem consignável, e o fundo de investimento passou de 2% para 2,22%.

Outras medidas instituídas foram: determinação do teto máximo para prestação considerando o salário base mais o anuênio; prazo de concessão de 60 meses e a apuração da margem consignável com base no benefício hipotético para os participantes elegíveis a aposentadoria, que possuem mínimo de 58 anos e cinco anos de contribuição ao plano; escalonamento no prazo de concessão para aposentados, que vai reduzindo conforme o aumento da idade e limite de idade de 75 anos para concessão de empréstimos.

As medidas propostas pelo Comitê de Gestão de Risco foram elaboradas com base nas regras de aplicação dos recursos garantidores, pois o empréstimo é um dos segmentos de investimentos e, também na análise de riscos de crédito, para ajustar a carteira à reestruturação que está ocorrendo no patrocinador Infraero.

Carteira de Investimentos Estruturados

Os investimentos estruturados tiveram retorno negativo de 58,72%, devido ao reflexo das precificações dos investimentos que fazem parte das carteiras dos Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) Multiner e Global Equity Properties (GEP).

O Infraprev precisou contabilizar perda do FIP GEP com foco em empreendimentos imobiliários. Até 2014, o fundo tinha uma boa performance e começou a apresentar dificuldades, quando o mercado imobiliário foi afetado pela crise econômica. Foram detectados, também, problemas de gestão do fundo. Quanto a esse fato, o Instituto, em conjunto com os outros cotistas, tomou as medidas administrativas e judiciais para apurar as responsabilidades e obter o devido ressarcimento.

O FIP Multiner também foi impactado pela reavaliação das empresas que fazem parte da carteira do fundo, realizada em 2016. A Price Waterhouse Coopers (PWC), auditoria contratada pelo novo gestor do fundo, a Vinci Partners, apontou queda de aproximadamente 75% no valor da Multiner e da Mesa, empresas que integram a carteira desse FIP. Com isso, o patrimônio total do FIP passou de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 298 milhões. A posição do Infraprev corresponde a 13% deste montante.

Criado em 2008, o FIP Multiner tinha por objetivo construir pequenas centrais hidrelétricas e parques eólicos. Encerrou 2016 com três usinas em operação, sendo duas eólicas (UEE Alegria I e II) e uma termelétrica (UTE Cristiano Rocha), localizadas nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente.

Em 2009, época do investimento do Infraprev no FIP Multiner, os juros estavam em queda e, por isso, os fundos de pensão precisavam diversificar a carteira de aplicações para além dos investimentos em renda fixa, renda variável e empréstimos. E os indicadores econômicos eram bastante favoráveis aos investimentos em FIPs.

O FIP tinha o aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que atesta a legalidade da estrutura dos Fundos de Investimento. A análise técnica do Instituto demonstrou que os projetos do FIP Multiner apontavam uma expectativa de retorno superior à meta atuarial, o que se confirmou de junho de 2009 até dezembro de 2012, quando o FIP Multiner apresentou variação de rentabilidade de 67,8%, superando a meta atuarial do Infraprev de 48,4%, no mesmo período.

Outro fator que motivou a aplicação do Instituto nesse FIP foi o perfil do negócio, que incluía projetos de energia eólica. A aplicação estava alinhada aos critérios socioambientais de sua política de investimentos em 2008, em função do engajamento nas iniciativas aos Princípios para Investimento Responsável (PRI), da Organização das Nações Unidas (ONU), e ao Carbon Disclosure Project (CDP).

A Vinci Partners vem desenvolvendo ações para preservar os interesses dos cotistas, buscando soluções que proporcionem equilíbrio ao investimento. O Infraprev, assim como os outros cotistas, está monitorando os desdobramentos do trabalho do novo gestor.

Em 2016

Patrimônio

R\$ 3.062 bilhões

Rentabilidade em 15 anos

606,26%

Meta Atuarial em 15 anos

534,02%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR CARTEIRA

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	△%	2015	△%
Renda Fixa	2.139.865	72,13	1.944.272	65,53
Títulos Governamentais	1.682.535	56,71	1.361.217	45,88
Letras do Tesouro Nacional	16.993	0,57	15.331	0,52
Notas do Tesouro Nacional	1.665.542	56,14	1.345.886	45,36
Instituições Financeiras e Outros Títulos de Renda Fixa	457.330	15,41	583.055	19,65
Debêntures	49.722	1,68	56.746	1,91
Quotas de Fundos Investimentos -RF	306.293	10,32	385.920	13,01
Fundo de Direitos Creditórios	11.868	0,40	16.724	0,56
Letra Financeira de Instituição Financeira	83.977	2,83	80.332	2,71
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	0,00	34.978	1,18
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.469	0,18	8.356	0,28
Renda Variável	383.215	12,92	232.965	7,85
Ações/ Mercado a vista	294.623	9,93	136.922	4,62
Fundo de Ações	88.592	2,99	70.215	2,37
Índice Futuro	-	0,00	7.994	0,27
Empréstimos de ações	-	0,00	17.833	0,60
Investimentos Estruturados	164.716	5,55	392.073	13,22
Fundo em Participações	137.794	4,64	365.516	12,32
Fundos de Investimentos Imobiliários	26.921	0,91	26.557	0,90
Investimentos Imobiliários	168.654	5,68	183.474	6,18
Imóveis	168.654	5,68	183.474	6,18
Operações com Participantes	179.155	6,04	214.050	7,21
TOTAL	3.035.605	102,32	2.966.834	100

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR INDEXADOR

EM R\$ MIL

Ativo	Limite Legal	2016	△%	2015	△%
Renda Fixa	100	2.139.865	70,49	1.944.272	65,53
Pré-Fixada		16.993	0,56	15.331	0,52
Indexada IPCA		1.671.011	55,05	1.389.219	46,82
Quotas de Fundo de Investimentos - RF		306.293	12,85	385.920	16,19
Indexada CDI		133.699	4,40	137.078	4,62
Outros		11.868	0,00	16.724	0,00
Renda Variável	70	383.215	12,62	232.965	7,85
Ações à Vista		294.623	9,71	136.922	4,62
Fundo de Ações		88.592	3,72	70.215	2,95
Índice Futuro		-	0,00	7.994	0,34
Empréstimos de Ações		-	0,00	17.833	0,75
Investimentos Estruturados	20	164.716	5,43	392.073	13,22
Fundos de Participações		137.794	4,54	365.516	12,32
Fundos Imobiliários		26.921	0,89	26.557	0,90
Investimentos Imobiliários	8	168.654	5,56	183.474	6,18
Imóveis		168.654	5,56	183.474	6,18
Operação com Participantes	15	179.155	5,90	214.050	7,21
Empréstimos		179.155	5,90	214.050	7,21
Investimentos Totais		3.035.605	100	2.966.834	100

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	PLANO BD I		PLANO BD II		PLANO CV		PLANO PGA		PLANO PAI I	
Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
Depósitos	357,20	0,00%	602,24	0,00%	982.348,02	0,03%	2.973,01	0,00%	58,21	0,03%
Títulos de Renda Fixa	79.852.238,39	95,72%	12.427.070,00	96,86%	1.983.106.122,33	68,98%	64.317.803,87	100,00%	214.986,42	99,98%
Títulos Públicos	63.340.488,44	75,93%	9.824.895,75	76,58%	1.572.394.597,52	54,70%	37.028.231,62	57,57%	-	0,00%
Títulos Privados	1.161.141,31	1,39%	95.839,35	0,75%	137.911.199,66	4,80%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos	15.139.246,40	18,15%	2.483.940,06	19,36%	261.200.622,78	9,08%	27.254.680,84	42,37%	214.986,42	99,98%
FI Bradesco Ref DI Premium	14.140.848,98	16,95%	2.337.261,62	18,22%	167.635.981,20	5,83%	27.254.680,84	42,37%	-	0,00%
FI BRAD RF DI Federal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	214.986,42	99,98%
Lancer - FI de Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	998.397,42	1,20%	146.678,44	1,14%	78.528.870,49	2,73%	-	0,00%	-	0,00%
Modal Gaia	-	0,00%	-	0,00%	15.035.771,09	0,52%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	211.362,24	0,25%	22.394,84	0,17%	11.599.702,37	0,41%	34.891,41	0,05%	-	0,00%
FIDC Industrial Exodus III - 4ª série	-	0,00%	-	0,00%	3.039.872,17	0,11%	-	0,00%	-	0,00%
Sul Invest FIDC - Multisetorial - 5ª Série	113.362,35	0,14%	16.194,62	0,13%	734.808,42	0,03%	-	0,00%	-	0,00%
FIDC Vinci Crédito E	-	0,00%	-	0,00%	6.748.384,60	0,23%	-	0,00%	-	0,00%
FIDC Multisetorial BVA Master I	31.441,64	0,04%	1.989,24	0,02%	345.421,22	0,01%	11.194,33	0,02%	-	0,00%
FIDC Multisetorial BVA Master II	66.558,25	0,08%	4.210,98	0,03%	731.215,96	0,03%	23.697,08	0,04%	-	0,00%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	383.214.572,91	13,33%	-	0,00%	-	0,00%
Carteira Própria	-	0,00%	-	0,00%	293.022.521,77	10,19%	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos de Ações	-	0,00%	-	0,00%	1.600.519,80	0,06%	-	0,00%	-	0,00%
Derivativos	-	0,00%								
Fundos de Investimentos em Ações	-	0,00%	-	0,00%	88.591.531,34	3,08%	-	0,00%	-	0,00%
ETF ISHARES BOVA	-	0,00%	-	0,00%	55.962.990,72	1,95%	-	0,00%	-	0,00%
Sulamérica Expertise	-	0,00%	-	0,00%	7.564.158,30	0,26%	-	0,00%	-	0,00%
Patria PIPE FIC FIA	-	0,00%	-	0,00%	17.269.061,50	0,60%	-	0,00%	-	0,00%
Vinci Gas Valor Small FIC FIA	-	0,00%	-	0,00%	7.795.320,82	0,27%	-	0,00%	-	0,00%

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	PLANO BDI		PLANO BD II		PLANO CV		PLANO PGA		PLANO PAI I	
Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
Investimentos Estruturados	2.377.829,34	2,85%	349.226,27	2,72%	161.988.643,32	5,63%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos em Participações	2.377.829,34	2,85%	349.226,27	2,72%	135.067.351,50	4,68%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Bozano Educacional III	-	0,00%	-	0,00%	2.773.735,43	0,10%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Brasil Energia	336.322,13	0,40%	50.448,32	0,39%	9.505.051,84	0,33%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Caixa Ambiental	67.262,78	0,08%	10.089,42	0,08%	1.900.964,79	0,07%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Coliseu	480.399,44	0,58%	72.059,91	0,56%	13.577.686,14	0,47%	-	0,00%	-	0,00%
Florestas do Brasil FIP	943.331,81	1,13%	133.927,59	1,04%	31.657.806,36	1,10%	-	0,00%	-	0,00%
Florestas do Brasil FIP - 2ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	(4.895.169,84)	-0,17%	-	0,00%	-	0,00%
Global Equity Properties FIP	(104.121,48)	-0,12%	(15.494,17)	-0,12%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Kinea II	-	0,00%	-	0,00%	6.383.169,46	0,22%	-	0,00%	-	0,00%
Riviera GR Industrial FIP	-	0,00%	-	0,00%	28.575.884,08	0,99%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP	654.634,66	0,78%	98.195,20	0,77%	18.501.130,85	0,64%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP 2ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	4.973.890,02	0,17%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP 3ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	80.345,57	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP 4ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	14.748.338,00	0,51%	-	0,00%	-	0,00%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	-	0,00%	-	0,00%	2.419.110,00	0,08%	-	0,00%	-	0,00%
Patriarca FIP	-	0,00%	-	0,00%	807.914,88	0,03%	-	0,00%	-	0,00%
FIQ FIP Hamilton Lane	-	0,00%	-	0,00%	3.020.598,57	0,11%	-	0,00%	-	0,00%
Gávea Institucional FIQ FIP	-	0,00%	-	0,00%	878.799,55	0,03%	-	0,00%	-	0,00%
Valores a receber - Resgate GTD FIP	-	0,00%	-	0,00%	158.095,80	0,01%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%	26.921.291,82	0,93%	-	0,00%	-	0,00%
Fundo Imobiliário Panamby	-	0,00%	-	0,00%	13.056.099,99	0,45%	-	0,00%	-	0,00%
Fundo Imobiliário Via Parque Shopping	-	0,00%	-	0,00%	13.865.191,83	0,48%	-	0,00%	-	0,00%
Carteira Imobiliária	-	0,00%	-	0,00%	168.654.227,32	5,87%	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	1.191.435,03	1,43%	53.063,88	0,41%	177.910.909,02	6,19%	-	0,00%	-	0,00%
Exigível Contingencial	-	0,00%								
Valores a Pagar e Valores a Receber	(2.556,30)	0,00%	(258,67)	0,00%	(1.035.295,21)	-0,04%	(1.332,49)	0,00%	(4,58)	0,00%
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	83.419.303,66	100%	12.829.703,72	100%	2.874.821.527,71	100%	64.319.444,39	100%	215.040,05	100%

INFRAPREV - CONSOLIDADO		
Veiculo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
Depósitos	986.338,68	0,03%
Títulos de Renda Fixa	2.139.918.221,01	70,49%
Títulos Públicos	1.682.588.213,33	55,43%
Títulos Privados	139.168.180,32	4,58%
Fundos de Investimentos	306.293.476,50	10,09%
FI Bradesco Ref DI Premium	211.368.772,64	6,96%
FI BRAD RF DI Federal	214.986,42	0,01%
Lancer - FI de Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	79.673.946,35	2,62%
Modal Gaia	15.035.771,09	0,50%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	11.868.350,86	0,39%
FIDC Industrial Exodus III - 4ª série	3.039.872,17	0,10%
Sul Invest FIDC - Multisetorial - 5ª Série	864.365,39	0,03%
FIDC Vinci Crédito E	6.748.384,60	0,22%
FIDC Multisetorial BVA Master I	390.046,43	0,01%
FIDC Multisetorial BVA Master II	825.682,27	0,03%
Ações	383.214.572,91	12,62%
Carteira Própria	293.022.521,77	9,65%
Empréstimos de Ações	1.600.519,80	0,05%
Derivativos	-	0,00%
Fundos de Investimentos em Ações	88.591.531,34	2,92%
ETF ISHARES BOVA	55.962.990,72	1,84%
Sulamérica Expertise	7.564.158,30	0,25%
Patria PIPE FIC FIA	17.269.061,50	0,57%
Vinci Gas Valor Small FIC FIA	7.795.320,82	0,26%
Investimentos Estruturados	164.715.698,93	5,43%
Fundos de Investimentos em Participações	137.794.407,11	4,54%
FIP Bozano Educacional III	2.773.735,43	0,09%
FIP Brasil Energia	9.891.822,29	0,33%

INFRAPREV - CONSOLIDADO		
Veiculo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
FIP Caixa Ambiental	1.978.316,99	0,07%
FIP Coliseu	14.130.145,49	0,47%
Florestas do Brasil FIP	32.735.065,76	1,08%
Florestas do Brasil FIP - 2ª Emissão	(4.895.169,84)	-0,16%
Global Equity Properties FIP	(119.615,65)	0,00%
FIP Kinea II	6.383.169,46	0,21%
Riviera GR Industrial FIP	28.575.884,08	0,94%
Multiner FIP	19.253.960,71	0,63%
Multiner FIP 2ª Emissão	4.973.890,02	0,16%
Multiner FIP 3ª Emissão	80.345,57	0,00%
Multiner FIP 4ª Emissão	14.748.338,00	0,49%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	2.419.110,00	0,08%
Patriarca FIP	807.914,88	0,03%
FIQ FIP Hamilton Lane	3.020.598,57	0,10%
Gávea Institucional FIQ FIP	878.799,55	0,03%
Valores a receber - Resgate GTD FIP	158.095,80	0,01%
Fundos de Investimentos Imobiliário	26.921.291,82	0,89%
Fundo Imobiliário Panamby	13.056.099,99	0,43%
Fundo Imobiliário Via Parque Shopping	13.865.191,83	0,46%
Carteira Imobiliária	168.654.227,32	5,56%
Empréstimos e Financiamentos	179.155.407,93	5,90%
Exigível Contingencial	-	0,00%
Valores a Pagar e Valores a Receber	(1.039.447,25)	-0,03%
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.035.605.019,53	100%

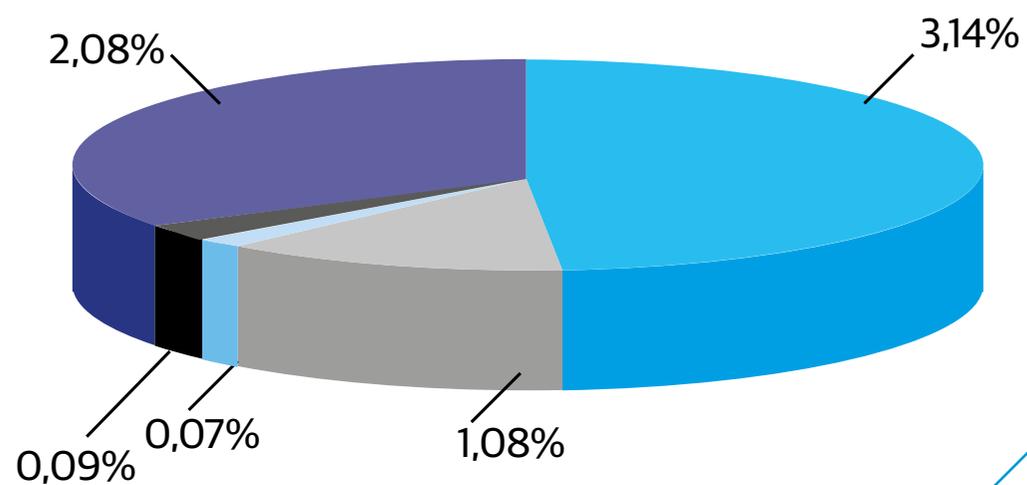
INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO	FINANCEIRO R\$	%	GESTOR
FI Bradesco Referenciado	211.368.772,64	41,01%	BRADESCO
FI Bradesco RF DI Federal Extra	214.986,42	0,04%	BRADESCO
Lancer FI Multimercado CP	79.673.946,35	15,46%	RIVIERA INVESTIMENTOS
Modal Gaia RI FIRF CP	15.035.771,09	2,92%	BANCO MODAL
FIDC Industrial Exodus III - 4ª série	3.039.872,17	0,59%	BRZ INVESTIMENTOS
Sul Invest FIDC - Multisetorial - 5ª Série	864.365,39	0,17%	GRADUAL INVESTIMENTOS
FIDC Vinci Crédito	6.748.384,60	1,31%	VINCI PARTNERS
FIDC Multisetorial BVA Master I	825.682,26	0,16%	BRASIL PLURAL
FIDC Multisetorial BVA Master II	390.046,44	0,08%	BRASIL PLURAL
Sulamérica Expertise	7.564.158,30	1,47%	SULAMERICA INVESTIMENTOS
Patria PIPE FIC FIA	17.269.061,50	3,35%	PÁTRIA INVESTIMENTOS
Vinci Gas Valor Small FIC FIA	7.795.320,82	1,51%	VINCI PARTNERS
FIP Bozano Educacional III	2.773.735,43	0,54%	BOZANO INVESTIMENTOS
FIP Brasil Energia	9.891.822,30	1,92%	BTG PACTUAL
FIP Caixa Ambiental	1.978.316,98	0,38%	MANTIQU INVESTIMENTOS
FIP Coliseu	14.130.145,49	2,74%	BANCO MODAL
Florestas do Brasil FIP	27.745.053,80	5,38%	COPA INVESTIMENTOS
Florestas do Brasil FIP 2ª Emissão	4.990.011,97	0,97%	COPA INVESTIMENTOS
Global Equity Properties FIP	-5.014.785,49	-0,97%	GLOBAL EQUITY
FIP Kinea II	6.383.169,46	1,24%	KINEA INVESTIMENTOS
Riviera GR Industrial FIP	28.575.884,08	5,54%	RIVIERA INVESTIMENTOS
Multiner FIP	19.253.960,71	3,74%	A2A ASSET / PLANNER
Multiner FIP 2ª Emissão	14.748.338,00	2,86%	A2A ASSET / PLANNER
Multiner FIP 3ª Emissão	4.973.890,02	0,97%	A2A ASSET / PLANNER
Multiner FIP 4ª Emissão	80.345,57	0,02%	A2A ASSET / PLANNER
P2 BR INF III FICFIP	2.419.110,00	0,47%	PÁTRIA INVESTIMENTOS
Patriarca FIP	807.914,88	0,16%	BRL TRUST
Gávea Institucional FIC FIP	878.799,55	0,17%	GAVEA INVESTIMENTOS
FIQ FIP Hamilton Lane	3.020.598,57	0,59%	HAMILTON LANE
Fundo Imobiliário Panamby	13.056.099,99	2,53%	BRKB DTVM
Fundo Imobiliário Via Parque Shopping	13.865.191,83	2,69%	RIO BRAVO INVESTIMENTOS
Total Gestão Terceirizada	515.347.971,12	100%	

INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

O Infraprev possui 6,46% de seu patrimônio aplicados em setores que podem gerar impactos econômicos positivos diretos e indiretos na sociedade, como por exemplo, no fomento educacional, aumento de infraestrutura, geração de energia renovável, saneamento básico e preservação de florestas e da biodiversidade.

INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS - DEZEMBRO 2016



- Carteira de Ações
- Energias Renováveis
- Florestais
- Saneamento Ambiental
- Educacionais



Deitar à noite na cama e não ter grandes preocupações e ansiedade, isso é felicidade. Durmo e acordo bem, com a sensação de que estou pronto para começar o outro dia, enfrentar e vencer. Faço 80 anos em 2017. Me sinto muito bem de vida, realizado, ativo e são. Gosto de ler, estudar, navegar nas redes sociais, fazer caminhadas, ir para academia e dirigir. E ao pensar em felicidade, faço uma correlação com o passado. Foram 20 anos na Infraero, trabalhando e viajando muito com a certeza de ter acertado na minha escolha profissional."

Wilson Matos (aposentado)
Belém - PA



CUSTOS DOS INVESTIMENTOS

Os custos com a administração dos investimentos representam as despesas com pessoal e encargos, serviços técnicos, encargos diversos, depreciações e outras despesas.

RUBRICAS	PLANO BD I	PLANO BD II	PLANO CV	PLANO PAI-1	TOTAL 2016
Pessoal e Encargos	100.303,87	14.386,47	8.734.931,71	-	8.849.622,05
Conselheiros	533,79	76,88	46.512,71	-	47.123,38
Dirigentes	11.770,03	1.689,37	1.024.208,24	-	1.037.667,64
Pessoal Próprio	87.657,56	12.571,35	7.634.422,55	-	7.734.651,46
Outras Despesas	342,49	48,87	29.788,21	-	30.179,57
Estagiários	342,49	48,87	29.788,21	-	30.179,57
Outras Despesas	-	-	-	-	-
Treinamento Congresso e Seminário	958,02	139,02	83.486,48	-	84.583,52
Viagens e Estadias	3.818,69	549,48	332.638,23	-	337.006,40
Serviços de Terceiros	26.052,20	3.737,98	2.267.980,20	-	2.297.770,38
Pessoa Física	-	-	-	-	-
Gestão do Planejamento Estratégico	-	-	-	-	-
Consultoria de Investimentos	6.081,76	873,55	529.552,73	-	536.508,04
Auditoria Externa	1.189,60	170,90	103.702,94	-	105.063,44
Consultoria Jurídica	2.282,59	323,35	198.417,42	-	201.023,36
Consultoria Contábil	-	-	-	-	-
Assessoria Técnica	2.683,32	385,85	234.168,44	-	237.237,61
Processamento de Dados	12.893,93	1.853,77	1.121.931,12	-	1.136.678,82
Microfilmagem e digitalização	921,00	130,56	80.207,55	-	81.259,11
Consultoria Imobiliária	-	-	-	-	-
Despesas Gerais	35.332,37	4.818,52	3.080.276,96	-	3.120.427,85
Despesas Gerais Comuns	35.332,37	4.818,52	3.080.276,96	-	3.120.427,85
Despesas Gerais Específicas	-	-	-	-	-
Depreciações e Amortizações	14.683,42	1.996,74	1.281.553,24	-	1.298.233,40
Tributos	7.742,89	1.107,80	674.132,49	-	682.983,18
Taffic	2.554,50	510,90	125.760,00	23,58	128.848,98
Outras Despesas	114,75	17,26	10.022,90	-	10.154,91
Total	191.560,71	27.264,17	16.590.782,21	23,58	16.809.630,67

CUSTOS DIRETOS DOS INVESTIMENTOS

RUBRICAS	PLANO BD I	PLANO BD II	PLANO CV	PLANO PAI-1	PGA	TOTAL
Custódia	3.103,45	1.387,10	87.107,15	2.018,36	477,00	94.093,06
Corretagens	-	-	501.460,50	-	-	501.460,50
Despesas Legais e Judiciais Imobiliárias	-	-	80.720,85	-	-	80.720,85
Total	3.103,45	1.387,10	669.288,50	2.018,36	477,00	676.274,41

ESCOLHER O MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO



”

Felicidade lembra a imagem de sofá cheio em família, todos rindo, brincando – mãe, pai, marido, filho. É ver minha família unida e com saúde, poder estar presente nos momentos mais especiais da vida de meu filho, proporcionar conforto aos meus pais que já são idosos, estar em paz com a vida e de bem com os amigos. É também exercer engenharia e ver o resultado do meu trabalho acontecer. É o prazer de atravessar o rio de lancha para ficar numa cidade interiorana, andando no barro, em contato com animais e a natureza. É bem perto de casa, mas o valor que dou a isso é enorme.”

Daniela Fonseca de Morais
Manaus - AM

TREINAMENTO

A Política de Treinamento do Infraprev visa o desenvolvimento individual, à melhoria da produtividade e à retenção de talentos. A avaliação de competências é que determina as necessidades individuais de desenvolvimento.

O Infraprev proporciona aos seus empregados participação em cursos de nível superior, pós-graduação, seminários, congressos e especializações, com incentivo financeiro parcial. E, apesar de ainda não custear mestrado e doutorado, possibilita a dispensa de empregados nos horários de exigência desses cursos.

O Instituto encerrou o ano de 2016 com 70 empregados, com 43% do quantitativo capacitado no ano, com carga horária total de 790 horas. Foram realizados, também, sete treinamentos para conselheiros e diretores.

CARGOS	MASCULINO - HORAS	FEMININO - HORAS
Diretor	45	25
Analista	142	35
Contador	20	44
Advogado	27	38
Atuário	26	-
Assistente	40	24
Total	300	490

CERTIFICAÇÃO

O Infraprev teve nove profissionais certificados em 2016 e passa a ter um total de 25 (conselheiros, diretores e gerentes). O processo de certificação tem o objetivo de promover o aprimoramento contínuo dos profissionais. Eles cumpriram todos os requisitos exigidos que comprovam competência para exercer as atividades nas suas áreas de atuação.

A certificação é um reconhecimento à qualificação dos profissionais, valoriza os talentos e afere as competências dos profissionais encarregados da gestão do Infraprev. São 22 profissionais certificados pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS), dois pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e um pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC). Instituições reconhecidas no mercado.

PROGRAMA DE PRÓ-EQUIDADE

O Programa de Pró-equidade, Diversidade, Gênero e Raça consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e

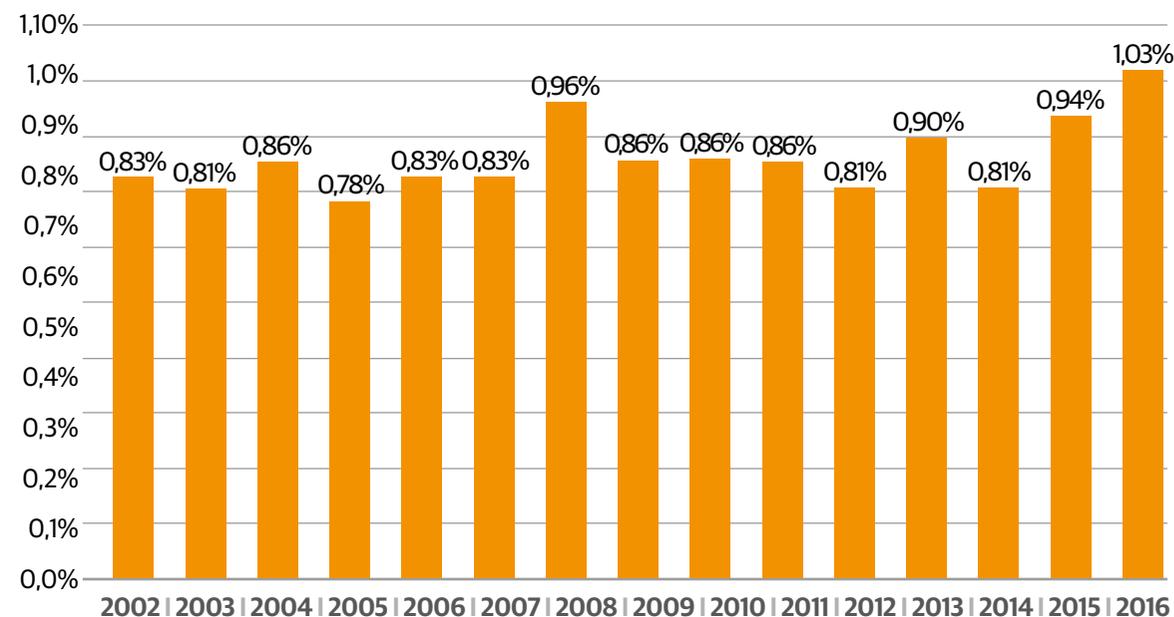
raça no mundo do trabalho. Em 2016, o Infraprev participou da organização de encontro sobre os temas com outros fundos de pensão (Petros, Real Grandeza, Eletros, Serpros, Economus e Previ) e que teve a participação de 52 pessoas.

O Comitê do Infraprev promoveu durante o ano a divulgação de datas significativas de combate a qualquer tipo de discriminação e ao tratamento de igualdade ao portador de deficiência: dia internacional da Síndrome de Down, Eliminação a Discriminação Racial, dia Mundial de Conscientização do Autismo e dia Internacional contra a Homofobia.

Temas de conscientização a saúde como câncer de mama e câncer de próstata, diabetes e dia mundial sem o tabaco também foram tratados durante o ano em mensagens por e-mail e posts nas redes sociais.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2016, as despesas administrativas totalizaram 1,03% dos recursos garantidores dos planos de benefícios. As despesas compreendem os custos previdenciais (0,48%) e de investimentos (0,55%), apresentados neste relatório, que são os gastos com pessoal, serviços de terceiros e outros encargos administrativos realizados para a operação do Infraprev.



O percentual está bem abaixo das taxas praticadas pelos planos de previdência administrados por bancos e seguradoras. As taxas são de administração financeira anual, que varia de 1,5% a 3% sobre o investimento, e de carregamento, cobrada em média 3% sobre o valor contribuído mensalmente.

ESCOLHER SER TRANSPARENTE.



”

A felicidade é algo muito simples: acordar e ver o sorriso no rosto dos meus pais Diego, 83 anos e minha mãe Anna, 79. É preparar uma receita nova que agrade a Dom Diego e dona Anna, minha maior alegria nesta fase da vida em que voltei para a capital sul-mato-grossense. É tomar café no shopping com minha mãe. É visitar minha irmã e sobrinhas e brincar com a Bella - uma Lhasa Apso. É ouvir o barulho das araras que adoram voar bem próximo à janela do meu quarto. É sentir o cheiro da chuva caindo na terra seca. Ter saúde e disposição para trabalhar. Isso é felicidade!”

Ana Patrícia Loinaz
Campo Grande - MS

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM R\$ MIL

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO					
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
DISPONÍVEL	84	20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	8.697	10.991
REALIZÁVEL	3.056.580	2.993.507	Gestão Previdencial	5.805	2.759
Gestão Previdencial	11.902	13.004	Gestão Administrativa	1.853	2.436
Gestão Administrativa	8.118	7.893	Investimentos	1.039	5.796
Investimentos	3.036.560	2.972.610	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.366	752
Títulos Públicos	1.682.588	1.366.161	Gestão Previdencial	1.366	752
Créditos privados e Depósitos	140.070	181.244	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.062.595	2.999.929
Ações	294.623	154.756	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.929.789	2.865.093
Fundos de Investimento	571.469	864.932	Provisões Matemáticas	3.072.333	2.892.900
Derivativos	-	7.994	Benefícios Concedidos	1.219.878	872.975
Investimentos Imobiliários	168.654	183.474	Benefícios a Conceder	1.852.628	2.020.124
Empréstimos	179.156	214.050	(-) Provisões Matemática a Constituir	-173	-199
PERMANENTE	15.994	18.145	Equilíbrio Técnico	-142.544	-27.807
Imobilizado	11.188	13.337	Resultados Realizados	-142.544	-27.807
Intangível	4.806	4.808	(-) Déficit Técnico	-142.544	-27.807
TOTAL DO ATIVO	3.072.658	3.011.672	Fundos	132.806	134.836
			Fundos Previdenciais	45.399	33.948
			Fundos Administrativos	86.577	88.183
			Fundos dos Investimentos	830	12.705
			TOTAL DO PASSIVO	3.072.658	3.011.672

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.999.929	2.697.786	11,20%
1. Adições	290.540	451.230	-35,61%
(+) Contribuições Previdenciais	143.271	142.464	0,57%
(+) Resultado Positivo Líquidos dos Investimentos - Gestão Previdencial	118.399	277.258	-57,30%
(+) Receitas Administrativas	20.495	17.923	14,35%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	8.098	9.397	-13,82%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	277	4.188	-93,39%
2. Destinações	-227.874	-149.087	52,85%
(-) Benefícios	-184.457	-120.003	53,71%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-1.066	-243	338,68%
(-) Despesas Administrativas	-30.476	-26.659	14,32%
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-11.875	-2.182	444,23%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	62.666	302.143	-79,26%
(+/-) Provisões Matemáticas	179.432	341.130	-47,40%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-114.737	-49.468	131,94%
(+/-) Fundos Previdenciais	11.452	7.814	46,56%
(+/-) Fundos Administrativos	-1.606	4.849	-133,12%
(+/-) Fundos dos Investimentos	-11.875	-2.182	444,23%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	3.062.595	2.999.929	2,09%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BDI			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	81.420	75.039	8,50%
1. Adições	5.745	11.341	-49,34%
(+) Contribuições	94	751	-87,48%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.651	10.590	-46,64%
2. Destinações	-4.989	-4.960	0,58%
(-) Benefícios	-4.893	-4.394	11,36%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-83	-555	100,00%
(-) Custeio Administrativo	-13	-11	18,18%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	756	6.381	-88,15%
(+/-) Provisões Matemáticas	259	6.766	-96,17%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	496	-385	-228,83%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	82.176	81.420	0,93%
C) Fundos não previdenciais	2.661	3.027	-12,09%
(+/-) Fundos Administrativos	1.951	2.310	-15,54%
(+/-) Fundos dos Investimentos	710	717	-0,98%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	12.179	10.791	12,86%
1. Adições	968	1.744	-44,50%
(+) Contribuições	125	126	-0,79%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	843	1.553	-45,72%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	65	-100,00%
2. Destinações	-429	-356	20,51%
(-) Benefícios	-410	-337	21,66%
(-) Custeio Administrativo	-19	-19	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	539	1.388	-61,17%
(+/-) Provisões Matemáticas	251	1.219	-79,41%
(+/-) Fundos Previdenciais	562	-	100,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-274	169	-262,13%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	12.718	12.179	4,43%
C) Fundos não previdenciais	800	880	-9,09%
(+/-) Fundos Administrativos	680	767	-11,34%
(+/-) Fundos dos Investimentos	120	113	6,19%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CV			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.805.222	2.513.567	11,60%
1. Adições	266.056	416.504	-36,12%
(+) Contribuições	154.177	151.163	1,99%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	111.879	265.094	-57,80%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	247	-100,00%
2. Destinações	-191.197	-124.849	53,14%
(-) Benefícios	-179.065	-115.227	55,40%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-983	-	100,00%
(-) Custeio Administrativo	-11.149	-9.622	15,87%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	74.859	291.655	-74,33%
(+/-) Provisões Matemáticas	178.928	333.093	-46,28%
(+/-) Fundos Previdenciais	10.890	7.814	39,37%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-114.959	-49.252	133,41%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.880.081	2.805.222	2,67%
C) Fundos não previdenciais	83.946	96.981	-13,44%
(+/-) Fundos Administrativos	83.946	85.106	-1,36%
(+/-) Fundos dos Investimentos	-	11.875	-100,00%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PAI I			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	220	168	30,95%
1. Adições	82	97	-15,46%
(+) Contribuições	55	75	-26,67%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	27	22	22,73%
2. Destinações	-89	-45	97,78%
(-) Benefícios	-89	-45	97,78%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-7	52	-113,46%
(+/-) Provisões Matemáticas	-7	52	-113,46%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	213	220	-3,18%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD I			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	85.544	85.048	0,58%
Disponível	-	1	-100,00%
Recebível	2.121	2.479	-14,44%
Investimento	83.423	82.568	1,04%
Títulos Públicos	63.341	55.534	14,06%
Créditos Privados e Depósitos	1.161	1.129	2,83%
Fundos de Investimento	17.729	24.618	-27,98%
Empréstimos e Financiamentos	1.192	1.287	-7,38%
2. Obrigações	707	601	17,64%
Operacional	75	46	63,04%
Contingencial	632	555	13,87%
3. Fundos não Previdenciais	2.661	3.027	-12,09%
Fundos Administrativos	1.951	2.310	-15,54%
Fundos dos Investimentos	710	717	-0,98%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	82.176	81.420	0,93%
Provisões Matemáticas	72.830	72.570	0,36%
Superávit / (Déficit) Técnico	9.346	8.850	5,60%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.027	12.670	2,82%
a) Equilíbrio Técnico	9.346	8.850	5,60%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.681	3.820	-3,64%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	13.027	12.670	2,82%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	13.528	13.063	3,56%
Disponível	1	-	100,00%
Recebível	698	788	-11,42%
Investimento	12.829	12.275	4,51%
Títulos Públicos	9.825	9.203	6,76%
Créditos Privados e Depósitos	96	88	9,09%
Fundos de Investimento	2.855	2.914	-2,02%
Empréstimos	53	70	-24,29%
2. Obrigações	9	4	125,00%
Operacional	9	4	125,00%
3. Fundos não Previdenciais	801	880	-8,98%
Fundos Administrativos	681	767	-11,21%
Fundos dos Investimentos	120	113	6,19%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	12.718	12.179	4,43%
Provisões Matemáticas	9.896	9.645	2,60%
Superávit / (Déficit) Técnico	2.260	2.534	-10,81%
Fundos Previdenciais	562	-	100,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	3.072	3.300	-6,91%
a) Equilíbrio Técnico	2.260	2.534	-10,81%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	812	766	6,01%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	3.072	3.300	-6,91%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CV			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	2.971.515	2.910.902	2,08%
Disponível	80	15	433,33%
Recebível	95.658	97.917	-2,31%
Investimento	2.875.777	2.812.970	2,23%
Títulos Públicos	1.572.395	1.266.923	24,11%
Créditos Privados e Depósitos	138.813	180.027	-22,89%
Ações	294.623	154.756	90,38%
Fundos de Investimento	523.381	807.104	-35,15%
Derivativos	-	7.994	-100,00%
Investimentos Imobiliários	168.654	183.473	-8,08%
Empréstimos	177.911	212.693	-16,35%
2. Obrigações	7.489	8.700	-13,92%
Operacional	6.755	8.503	-20,56%
Contingencial	734	197	272,59%
3. Fundos não Previdenciais	83.945	96.980	-13,44%
Fundos Administrativos	83.945	85.105	-1,36%
Fundos dos Investimentos	-	11.875	-100,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.880.081	2.805.222	2,67%
Provisões Matemáticas	2.989.394	2.810.465	6,37%
Superávit / (Déficit) Técnico	-154.150	-39.192	293,32%
Fundos Previdenciais	44.838	33.948	32,08%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-71.805	41.979	-271,05%
a) Equilíbrio Técnico	-154.150	-39.192	293,32%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	82.345	81.171	1,45%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-71.805	41.979	-271,05%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PAI I			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	217	221	-1,81%
Disponível	-	1	-100,00%
Recebível	2	3	-33,33%
Investimento	215	217	-0,92%
Fundos de Investimento	215	217	-0,92%
2. Obrigações	-4	-1	300,00%
Operacional	-4	-1	300,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	213	220	-3,18%
Provisões Matemáticas	213	220	-3,18%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	88.183	83.334	5,82%
1. Custeio da Gestão Administrativa	28.592	27.320	4,66%
1.1. Receitas	28.592	27.320	4,66%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	11.181	9.651	15,85%
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.260	8.084	14,55%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	53	135	-60,74%
Receitas Diretas	-	53	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	8.098	9.397	-13,82%
2. Despesas Administrativas	-30.475	-26.659	14,31%
2.1. Administração Previdencial	-13.666	-12.577	8,66%
Pessoal e Encargos	-6.651	-6.848	-2,88%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-77	-85	-9,41%
Viagens e Estadias	-306	-328	-6,71%
Serviços de Terceiros	-1.872	-2.217	-15,56%
Despesas Gerais	-2.835	-1.111	155,18%
Depreciações e Amortizações	-1.179	-349	237,82%
Tributos	-737	-657	12,18%
Outras Despesas	-9	-982	-99,08%
2.2. Administração dos Investimentos	-16.809	-14.082	19,37%
Pessoal e Encargos	-8.850	-7.539	17,39%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-84	-94	-10,64%
Viagens e Estadias	-337	-360	-6,39%
Serviços de Terceiros	-2.298	-2.634	-12,76%
Despesas Gerais	-3.120	-1.267	146,25%
Depreciações e Amortizações	-1.298	-384	238,02%
Tributos	-812	-723	12,31%
Outras Despesas	-10	-1.081	-99,07%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	277	4.188	-93,39%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-1.606	4.849	-133,12%
7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	-1.606	4.849	-133,12%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	86.577	88.183	-1,82%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.310	2.571	-10,15%
1. Custeio da Gestão Administrativa	240	277	-13,36%
1.1. Receitas	240	277	-13,36%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	13	11	18,18%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1	1	0,00%
Receitas Diretas	-	1	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	226	264	-14,39%
2. Despesas Administrativas	-604	-655	-7,79%
2.1. Administração Previdencial	-412	-415	-0,72%
2.1.1. Despesas Comuns	-371	-341	8,80%
Pessoal e Encargos	-186	-192	-3,13%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-2	-2	0,00%
Viagens e Estadias	-8	-9	-11,11%
Serviços de Terceiros	-45	-53	-15,09%
Despesas Gerais	-80	-31	158,06%
Depreciações e Amortizações	-33	-10	230,00%
Tributos	-17	-16	6,25%
Outras Despesas	-	-28	-100,00%
2.1.2. Despesas Específicas	-41	-74	-44,59%
Serviços de Terceiros	-39	-72	-45,83%
Tributos	-2	-2	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	-192	-240	-20,00%
2.2.1. Despesas Comuns	-189	-238	-20,59%
Pessoal e Encargos	-100	-164	-39,02%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-1	-1	0,00%
Viagens e Estadias	-4	-4	0,00%
Serviços de Terceiros	-26	-31	-16,13%
Despesas Gerais	-35	-14	150,00%
Depreciações e Amortizações	-15	-5	200,00%
Tributos	-8	-7	14,29%
Outras Despesas	-	-12	-100,00%
2.2.2. Despesas Específicas	-3	-2	50,00%
Tributos	-3	-2	50,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	5	117	-95,73%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-359	-261	37,55%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-359	-261	37,55%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	1.951	2.310	-15,54%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	767	783	-2,04%
1. Custeio da Gestão Administrativa	167	183	-8,74%
1.1. Receitas	167	183	-8,74%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19	19	0,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	27	23	17,39%
Resultado Positivo dos Investimentos	121	141	-14,18%
2. Despesas Administrativas	-256	-261	-1,92%
2.1. Administração Previdencial	-228	-238	-4,20%
2.1.1. Despesas Comuns	-198	-182	8,79%
Pessoal e Encargos	-99	-102	-2,94%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-1	-1	0,00%
Viagens e Estadias	-5	-5	0,00%
Serviços de Terceiros	-24	-28	-14,29%
Despesas Gerais	-42	-17	147,06%
Depreciações e Amortizações	-18	-5	260,00%
Tributos	-9	-9	0,00%
Outras Despesas	-	-15	-100,00%
2.1.2. Despesas Específicas	-30	-56	-46,43%
Serviços de Terceiros	-30	-56	-46,43%
2.2. Administração dos Investimentos	-28	-23	21,74%
2.2.1. Despesas Comuns	-27	-23	17,39%
Pessoal e Encargos	-15	-12	25,00%
Viagens e Estadias	-1	-1	0,00%
Serviços de Terceiros	-3	-4	-25,00%
Despesas Gerais	-5	-2	150,00%
Depreciações e Amortizações	-2	-1	100,00%
Tributos	-1	-1	0,00%
Outras Despesas	-	-2	-100,00%
2.2.2. Despesas Específicas	-1	-	100,00%
Tributos	-1	-	100,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	2	62	-96,77%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-87	-16	443,75%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-87	-16	443,75%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	680	767	-11,34%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CV			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	85.106	79.980	6,41%
1. Custeio da Gestão Administrativa	28.185	26.860	4,93%
1.1. Receitas	28.185	26.860	4,93%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	11.149	9.622	15,87%
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.233	8.061	14,54%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	52	133	-60,90%
Receitas Diretas	-	51	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7.751	8.993	-13,81%
2. Despesas Administrativas	-29.615	-25.742	15,05%
2.1. Administração Previdencial	-13.026	-11.923	9,25%
2.1.1. Despesas Comuns	-12.717	-11.634	9,31%
Pessoal e Encargos	-6.366	-6.553	-2,85%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-74	-82	-9,76%
Viagens e Estadias	-293	-313	-6,39%
Serviços de Terceiros	-1.540	-1.795	-14,21%
Despesas Gerais	-2.713	-1.063	155,22%
Depreciações e Amortizações	-1.128	-334	237,72%
Tributos	-594	-554	7,22%
Outras Despesas	-9	-940	-99,04%
2.1.2. Despesas Específicas	-309	-289	6,92%
Serviços de Terceiros	-194	-213	-8,92%
Tributos	-115	-76	51,32%
2.2. Administração dos Investimentos	-16.589	-13.819	20,04%
2.2.1. Despesas Comuns	-16.464	-13.735	19,87%
Pessoal e Encargos	-8.735	-7.362	18,65%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-83	-92	-9,78%
Viagens e Estadias	-332	-356	-6,74%
Serviços de Terceiros	-2.269	-2.599	-12,70%
Despesas Gerais	-3.080	-1.251	146,20%
Depreciações e Amortizações	-1.281	-379	237,99%
Tributos	-674	-629	7,15%
Outras Despesas	-10	-1.067	-99,06%
2.2.2. Despesas Específicas	-125	-84	48,81%
Tributos	-125	-84	48,81%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	270	4.008	-93,26%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-1.160	5.126	-122,63%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-1.160	5.126	-122,63%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	83.946	85.106	-1,36%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO PAI I			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD I			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	83.593	82.739	1,03%
1. Provisões Matemáticas	72.830	72.570	0,36%
1.1. Benefícios Concedidos	56.383	52.182	8,05%
Benefício Definido	56.383	52.182	8,05%
1.2. Benefícios a Conceder	16.585	20.537	-19,24%
Benefício Definido	16.585	20.537	-19,24%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-138	-149	-7,38%
(-) Déficit Equacionado	-138	-149	-7,38%
(-) Assistidos	-138	-149	-7,38%
2. Equilíbrio Técnico	9.346	8.851	5,59%
2.1. Resultados Realizados	9.346	8.851	5,59%
Superávit Técnico Acumulado	9.346	8.851	5,59%
Reserva de Contingências	9.346	8.851	5,59%
3. Fundos	709	717	-1,12%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	709	717	-1,12%
4. Exigível Operacional	76	46	65,22%
4.1. Gestão Previdencial	73	44	65,91%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50,00%
5. Exigível Contingencial	632	555	13,87%
5.1. Gestão Previdencial	632	555	13,87%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	12.847	12.295	4,49%
1. Provisões Matemáticas	9.896	9.645	2,60%
1.1. Benefícios Concedidos	4.289	4.227	1,47%
Benefício Definido	4.289	4.227	1,47%
1.2. Benefícios a Conceder	5.642	5.468	3,18%
Benefício Definido	5.642	5.468	3,18%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-35	-50	-30,00%
(-) Serviço Passado	-35	-50	-30,00%
(-) Patrocinador (es)	-11	-22	-50,00%
(-) Participantes	-24	-28	-14,29%
2. Equilíbrio Técnico	2.260	2.534	-10,81%
2.1. Resultados Realizados	2.260	2.534	-10,81%
Superávit Técnico Acumulado	2.260	2.534	-10,81%
Reserva de Contingências	2.105	2.122	-0,80%
Reserva para Revisão do Plano	155	412	-62,38%
3. Fundos	682	112	508,93%
3.1. Fundos Previdenciais	562	-	100,00%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	120	112	7,14%
4. Exigível Operacional	9	4	125,00%
4.1. Gestão Previdencial	9	4	125,00%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO CV			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.887.571	2.825.795	2,19%
1. Provisões Matemáticas	2.989.394	2.810.465	6,37%
1.1. Benefícios Concedidos	1.159.206	816.566	41,96%
Contribuição Definida	92.730	45.287	104,76%
Benefício Definido	1.066.476	771.279	38,27%
1.2. Benefícios a Conceder	1.830.188	1.993.899	-8,21%
Contribuição Definida	1.588.299	1.736.625	-8,54%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador (es)/Instituidor (es)	694.344	764.843	-9,22%
Saldo de contas - Parcela Participantes	893.955	971.782	-8,01%
Benefício Definido	241.889	257.274	-5,98%
2. Equilíbrio Técnico	-154.150	-39.192	293,32%
2.1. Resultados Realizados	-154.150	-39.192	293,32%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-154.150	-39.192	100,00%
3. Fundos	44.838	45.824	-2,15%
3.1. Fundos Previdenciais	44.838	33.948	32,08%
3.2. Fundos de Investimento - Gestão Previdencial	-	11.876	-100,00%
4. Exigível Operacional	6.755	8.502	-20,55%
4.1. Gestão Previdencial	5.719	2.710	111,03%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.036	5.792	-82,11%
5. Exigível Contingencial	734	196	274,49%
5.1. Gestão Previdencial	734	196	274,49%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I

Em 31 de Dezembro

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO PAI I			
DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	217	221	-1,81%
1. Provisões Matemáticas	213	220	-3,18%
1.1. Benefícios a Conceder	213	220	-3,18%
Contribuição Definida	213	220	-3,18%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador (es)/Instituidor (es)	213	220	-3,18%
4. Exigível Operacional	4	1	300,00%
4.1. Gestão Previdencial	4	1	300,00%

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev ("Entidade" ou "Infraprev"), antigo Instituto ARSA de Seguridade Social - Arsaprev, entidade fechada de previdência privada, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.030, de 29 de junho de 1982, do então Ministério da Previdência e Assistência Social, constituído, sem fins lucrativos, sob a forma de sociedade civil pela ARSA - Aeroportos do Rio de Janeiro S/A, posteriormente incorporada à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em consonância com o Decreto nº 93.609, de 21 de novembro de 1986, doravante designada simplesmente Patrocinador Instituidor.

O Infraprev, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada multipatrocinada de previdência complementar autorizada pela Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Diretoria de Análise Técnica (DITEC) nº 473, de 31 de agosto de 2011, administradora de planos múltiplos, com independência administrativa, patrimonial e financeira, constituída em 25 de maio de 1998, conforme Portaria nº 453 do Ministério da Previdência Social (MPS) na forma da legislação em vigor, com personalidade jurídica distinta de seus Patrocinadores.

São Patrocinadores do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero ("Infraero") - CNPJ: 00.352.294/0001-10, Patrocinador - Fundador, Aeroportos Brasil Viracopos S/A ("Viracopos") - CNPJ: 14.522.178/0001-07, Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A ("Guarulhos") - CNPJ: 15.578.569/0001-06, Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A ("Brasília") - CNPJ: 15.559.082/0001-86 e o próprio INFRAPREV - CNPJ: 27.644.368/0001-49 e como Instituidor, a Associação Nacional dos Empregados da Infraero - ANEI ("ANEI") - CNPJ: 10.554.578/0001-43. Encontra-se em processo de aprovação pela PREVIC a adesão de mais 2 (duas) Patrocinadoras: Concessionária do Aeroporto

Internacional de Confins ("CONFINS") - CNPJ: 19.674.909/0001-5 e Rio Galeão - Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S/A ("RIO GALEÃO") - CNPJ: 19.726.111/0001-08.

A Portaria PREVIC/DITEC nº 166, de 30 de março de 2012 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, aprova o Regulamento do Plano Associativo Infraprev I - Plano PAI-I, bem como o Convênio de Adesão da ANEI, na qualidade de instituidor deste plano, o qual passa a ser identificado pelo CNPB nº 2012.0008-19. O Plano Associativo Infraprev I - Plano PAI I visa possibilitar a ampliação ao amparo previdenciário aos familiares dos atuais participantes e assistidos da Entidade, associados da ANEI, em linha com os objetivos estratégicos do Multipatrocinio.

O Infraprev administra atualmente 04 (Quatro) Planos de benefícios: 02 (dois) planos de benefícios previdenciais na modalidade de Benefício Definido (BD), sendo um saldado, 01 (um) plano na modalidade de Contribuição Variável (CV) e 01 (um) plano instituído na modalidade de Contribuição Definida (CD), conforme registro na PREVIC, cujos custeios são estabelecidos pelo atuário com base em Avaliações Atuariais.

PLANOS	TIPO DE PLANOS	CNPB
Plano BD-I	Benefício Definido (Saldado)	1982.0007-83
Plano BD-II	Benefício Definido	1982.0018-11
Plano CV	Contribuição Variável	2000-0081-19
Plano PAI-I	Contribuição Definida	2012-0008-19

O Infraprev tem como objetivo principal instituir, executar e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, na forma da legislação vigente, com eficiência e transparência, promo-

vendo o bem-estar dos seus participantes. Apresentamos abaixo o número de participantes por plano de benefício em 31 de dezembro:

Participantes	Plano CV		Plano BD I		Plano BD II		Plano PAI-I		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos	9.810	10.772	22	35	3	4	28	41	9.863	10.852
Autopatrocinados	45	76	-	-	-	-	-	-	45	76
BPD	11	6	-	-	-	-	-	-	11	6
Assistidos - Aposentados	2.715	2.079	97	86	8	7	-	-	2.820	2.172
Assistidos - Aux. Doença	143	141	3	3	-	-	-	-	146	144
Pensionistas	767	748	57	60	12	13	-	-	836	821
Total	13.491	13.822	179	184	23	24	28	41	13.721	14.071

Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes, assistidos e autopatrocinados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Entidades Reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de Agosto de 2013 e CNPC nº 20, de 18 de junho de 2015; Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014; Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Alterada pelas Instruções MPS/PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011, MPS/PREVIC nº 06, de 13 de novembro de 2013, MPS/PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, MPS/PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015 e MPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015; Portaria PREVIC nº 465, de 29 de setembro de 2016 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assim como, as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos; são apresentadas nas Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo de Investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações e estão sendo apresentados de forma comparativa com os números do exercício de 2015.

Gestão Previdencial: Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, os institutos do resgate, do autopatrocínio e do Benefício Proporcional Diferido (art. 14 da Lei Complementar nº 109/2001), bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios (receitas e despesas administrativas), bem como o ativo permanente da Entidade.

Fluxo dos Investimentos: registro e controle referentes à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como do plano de gestão administrativa - PGA.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2014 e Instrução nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

2.1. Balanço Patrimonial - BP

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo Infraprev, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

2.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS

Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.3. Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.4. Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.5. Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

2.6. Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Mostra os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidos a seguir:

3.1. Resultado das Operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do

resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2. Realizável da Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso, contratadas ou não contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou no regulamento do plano de benefícios, até a data do balanço.

3.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4. Realizável de Investimentos

3.4.1. Renda Fixa

São operações com rendas definidas, pr  ou p s-fixadas lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

- a) Os títulos pré-fixados de qualquer natureza estão demonstrados, por ocasião de sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério "pr -rata temporis";

- b)** Os títulos pós-fixados estão demonstrados, por ocasião de sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se o valor nominal de sua emissão, atualização monetária, juros decorridos, ágio e deságio, sendo os rendimentos destes títulos apropriados mensalmente observando-se o critério "pró-rata temporis";
- c)** O ágio e deságio dos títulos pré ou pós-fixados, amortizados "pró-rata temporis" pelo critério exponencial, estão atualizados mensalmente, pelo mesmo indexador dos respectivos títulos e;
- d)** A entidade classifica os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria em "Títulos para Negociação" e "Títulos Mantidos até o Vencimento" em conformidade com a Resolução MPAS / CGPC nº. 04, de 30 de janeiro de 2002 e pela Resolução MPAS / CGPC nº. 22, de 25 de setembro de 2006, conforme demonstrado na Nota 5.5.
- e)** Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os critérios definidos no manual de precificação do Custodiante.

3.4.2. Renda Variável

a) Ações - À Vista:

As ações estão escrituradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de taxas e corretagens, ajustado ao preço de mercado determinado pela cotação de fechamento das ações, no último pregão do ano da Bolsa de Valores, Mercados e Futuros - BMFBovespa.

A variação decorrente do confronto entre o valor contábil e o da avaliação está apropriada diretamente em conta de resultado.

b) Derivativos

Os derivativos estão escriturados ao valor dos contratos de liquidação futura, utilizados na administração de riscos contra oscilações de preços e taxas.

A Entidade faz uso de derivativos apenas para proteção de sua carteira, de acordo com sua Política de Investimentos, conforme permite a Instrução SPC nº 34 de setembro de 2009.

Os ativos adquiridos ou alienados em operações a termo devem ser contabilizados, na data da operação, por seus valores de cotação no mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar ajustadas a valor presente, tomando-se por base a taxa de cada contrato.

Os prêmios pagos ou recebidos em operações com opções devem ser contabilizados, na data da operação, na respectiva conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando então deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como "Rendas/Variações Positivas" ou em "Deduções/Variações Negativas", no caso de não exercício.

3.4.3. Fundos de Investimentos

Estão demonstrados pelo valor nominal da cota, ajustados com os ganhos ou perdas correspondentes ao período.

3.4.4. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor de mercado por reavaliações e acrescida dos aluguéis a receber, deduzidas as depreciações acumuladas (exceto terrenos), calculadas pelo método linear e com as taxas ajustadas em função do prazo de vida útil remanescente constante do laudo técnico de avaliação, atendendo o disposto no Anexo "A", Item II, Subitem 19, letra "h" da IN SPC nº 34 /2009 e no caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários fica dispensado o registro da depreciação, de acordo com a Instrução PREVIC nº 15/2014.

3.4.5. Operações com Participantes

As operações com participantes representam os empréstimos contratados com os participantes e assistidos. São demonstrados pelo principal, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas as provisões para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimos com participantes e assistidos, é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A" da IN SPC nº 34/2009. Além das provisões realizadas para atendimento à legislação, procedemos os registros quando os contratos são enviados para cobrança judicial, sendo provisionados 100% do valor do saldo devedor dos contratos.

No ato das concessões é cobrada uma cota sobre o montante concedido para a constituição de fundo de investimentos a fim de garantir a cobertura de morte e inadimplência.

3.5. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para perda provável na realização dos ativos é constituída com base no valor do principal, parcelas ou de encargos da operação, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da IN SPC nº 34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Período de Atraso	% de Provisão
Entre 61 e 120 dias	25%
Entre 121 e 240 dias	50%
Entre 241 e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

3.6. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são constituídos para atendimento de objetivos diversos quais sejam: custas como perícias, diligências e emolumentos, depósitos judiciais de garantia, por exemplo, garantia do juízo para execução ou demandas tributárias, depósito judicial de condenação para pagamento da determinação judicial terminativa com encerramento e depósito judicial recursal que são os pagamentos de garantia para interposição de recurso ao Tribunal Superior.

As atualizações monetárias desses depósitos seguem critérios de atualização de acordo com o indexador adotado por cada tribunal onde tramita o processo judicial e, em caso de demandas tributárias na esfera da Justiça Federal, seguem como indexador a taxa Selic.

3.7. Permanente

Está demonstrado pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31 de dezembro de 1995, ajustados por depreciações ou amortizações acumuladas (exceto direito de uso), calculadas pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, às seguintes alíquotas:

Tabela de Alíquotas de Depreciações e Amortizações

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Instalações Elétricas	20%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Sistemas de Comunicação	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Software	20%
Implantação, Reorganização e Desenvolvimento	20%

3.8. Exigível Operacional

A Entidade adota a sistemática de constituir provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 08/2011 e IN SPC nº 34/2009 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

- Provisão para Férias;
- Provisão para 13º Salário;
- Provisão das Contribuições a Receber das Patrocinadoras e Participantes; e,
- Provisão do Abono Anual dos Benefícios Devidos.

3.9. Exigível Contingencial

A Entidade adota a sistemática de constituir provisões para contingências que são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos Contingentes e Ativos contingentes de acordo com o comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e considerando a avaliação de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da Despesa da administração que lhe deu origem e;
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado em conta do Ativo, no grupo Depósitos

Judiciais/Recursais do plano de benefício na gestão correspondente (Previdencial, Administrativa e/ou dos Investimentos).

3.10. Garantia das Provisões Matemáticas e dos Fundos

Os recursos garantidores das provisões matemáticas dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, constituídos de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, bem como, aqueles de qualquer origem ou natureza, correspondentes às demais reservas, fundos e provisões, foram aplicados conforme as diretrizes do regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.792, de 25 de setembro de 2009 assim como suas alterações subsequentes.

Consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pela entidade, as Disponibilidades (grupo 1.1), adicionados os Ativos dos Investimentos (grupo 1.2.3), deduzidos os valores a pagar classificados no Exigível Operacional (grupo 2.1.3) e Exigível Contingencial (grupo 2.2.3).

3.11. Patrimônio Social

a) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada, concedidos a seus assistidos e beneficiários em gozo de tais benefícios.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, destinam-se à cobertura de eventos futuros, com a geração atual, ou seja, participantes e beneficiários que ainda não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada.

As provisões matemáticas a constituir são parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura do Plano, decorrentes de "Serviço Passado" e "Déficit Equacionado" e representam o valor atual das Contribuições Extraordinárias futuras, na data da avaliação atuarial.

b) Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte ou inadimplência.

3.12. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08/2011 e Instrução SPC nº 34/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reversão de contingências, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos e constituição de contingências, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, o Infraprev utiliza o seguinte critério:

Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;

Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas Comuns: Administração Previdencial - Utilização de critério de rateio que considera a ponderação entre o número de participantes e assistidos, modalidade do plano e seus benefícios oferecidos, além das atividades específicas de cada área, servindo de base para apuração do percentual de participação de cada Gestão e Plano. **Administração dos Investimentos** - Uti-

lização de critério de rateio que considera o patrimônio de cada plano em relação ao patrimônio total, além das atividades específicas de cada área, servindo de base para apuração do percentual de participação de cada Gestão e Plano.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa, assim como seus limitantes, obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/2009.

3.13. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, IN SPC nº 34, de 28 de setembro de 2009 e a NBC TE 11 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as Demonstrações Contábeis do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV, relativas aos planos de benefícios, bem como o Plano de Gestão Administrativa - PGA, da Entidade.

As contas contábeis passíveis de ajustes e eliminações foram as seguintes: Participação no Plano de Gestão Administrativa, Participação no Fundo Administrativo, que registram a participação de cada plano no fundo administrativo, Superávit Técnico Acumulado e Déficit Técnico Acumulado.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações contábeis no período de 2016:

DESCRIÇÃO	2016	2015
ATIVO	86.577	88.183
Realizável	86.577	88.183
Gestão Administrativa	86.577	88.183
Participação no Plano de Gestão Administrativa	86.577	88.183

DESCRIÇÃO	2016	2015
Passivo	86.577	88.183
Patrimônio Social	86.577	88.183
Resultados Realizados	-	
Superávit Técnico Acumulado	11.607	11.385
Reserva de Contingência	11.451	10.972
Reserva Especial para Revisão do Plano	156	412
(-) Déficit Técnico Acumulado	-11.607	-11.385
(-) Déficit Técnico	-11.607	-11.385
Fundos	86.577	88.183
Fundos Administrativos	86.577	88.183
Participação no Fundo Administrativo	86.577	88.183

3.14. Custeio Administrativo

a) Gestão Previdencial

O custeio administrativo previdencial da Entidade engloba todas as despesas efetuadas com a administração previdencial, utilizando-se para sua cobertura parte dos recursos coletados correntes (grupo 3.1.1.0.00.00) para os Planos I e II de Benefício Definido, o valor das contribuições extras para o Plano de Contribuição Variável, e parte da rentabilidade para o Plano PAI-I e Plano de Contribuição Variável, todos previstos nos respectivos planos de custeio anual pelo Atuário Externo.

b) Investimentos

A entidade utiliza-se de recursos dos investimentos para cobertura das despesas com a administração e controle do Fluxo dos Investimentos de acordo com critério de rateio estabelecido e aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade.

No exercício de 2016 foi utilizada a taxa de administração que alcançou o percentual de 0,62% estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/2009, art. 6º que fixou em 1% o limite anual da taxa de administração.

3.15. Apropriações das Receitas (Adições) e Despesas (Deduções)

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto para o Plano Associativo Infraprev I - PAI I, cujo regime adotado é o de caixa conforme faculta a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.16. Resultado Líquido dos Investimentos

A remuneração dos investimentos previdenciais e administrativos é calculada proporcionalmente de acordo com a participação de cada gestão nos investimentos totais da entidade, em conformidade com a Resolução CNPC nº 08/2011 complementada pela Instrução Normativa (IN) SPC nº 34/2009.

Esta remuneração se dá pela transferência de recursos para a Gestão Previdencial e Administrativa decorrente do resultado positivo ou negativo dos investimentos, observada a participação de cada gestão no montante aplicado.

3.17. Uso de Estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos e no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4. DISPONIBILIDADES

Abaixo os valores das disponibilidades segregadas por caixa e banco.

Disponível	2016	2015
CAIXA	2	2
Fundo Fixo Tesouraria	2	2
BANCOS CONTA MOVIMENTO	82	18
Banco do Brasil S/A	3	7
Banco Bradesco S/A	75	1
Banco Santander Brasil S/A	4	10
TOTAL	84	20

5. REALIZÁVEL

5.1. Realizável - Gestão Previdencial

Demonstramos abaixo os saldos das contas do realizável da gestão previdencial que registra os valores a receber dos planos como contribuições, além dos depósitos judiciais de natureza previdencial.

Gestão Previdencial	2016	2015
Recursos a Receber	11.407	12.246
Contribuições do Mês	11.405	12.243
Patrocinador	5.235	5.554
INFRAERO	5.175	5.483
BRASÍLIA	-	15
VIRACOPOS	47	56
Ativos	6.036	6.569
INFRAERO	5.969	6.489
BRASÍLIA	15	17
VIRACOPOS	52	62
GUARULHOS	-	1
Autopatrocina	129	118
Participantes em BPD	4	2
Contribuições em Atraso	2	3
Ativos	2	3
ANEI	2	3
Adiantamentos	180	144
Adiantamentos de Benefícios	180	144
Depósitos Judiciais/Recur	243	568
Outros Realizáveis	72	46
Total	11.902	13.004

5.2. Realizável - Gestão Administrativa

Demonstramos no quadro abaixo as informações a receber da gestão administrativa (PGA). O valor de R\$ 3.208, registrado na conta outros realizáveis, se refere principalmente a adiantamentos de valores da folha de pagamentos da Entidade no valor de R\$ 52 e valores a receber para cobertura das despesas administrativas R\$ 3.156. O valor de R\$ 3.425 é referente aos depósitos judiciais, que foram realizados para garantias do Instituto para recorrer uma decisão judicial decorrentes das contingências judiciais em curso (Nota 3.6-Depósitos Judiciais e Nota 8-Exigível Contingencial).

Gestão Administrativa	2016	2015
Contas a Receber	894	952
Contribuições para Custeio	894	952
Despesas Antecipadas	591	1.870
Depósitos Judiciais/Recurais	3.425	4.192
Outros Realizáveis	3.208	879
Pagamentos por Conta de Terceiros	52	136
Devedores Diversos	3.156	743
Cobertura de Despesas Administrativas	3.153	740
Taxa de Administração de Empréstimos	3	3
Total	8.118	7.893

5.3. Realizável de Investimentos - Composição da Carteira Consolidada

Apresenta-se a seguir o Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da entidade de forma comparativa com o exercício anterior.

INVESTIMENTOS	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	1.682.588	1.366.160
Títulos Públicos Federais	1.682.588	1.366.160
Notas do Tesouro Nacional	1.665.595	1.350.829
Letras do Tesouro Nacional	16.993	15.331
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	140.070	181.244
Instituições Financeiras	90.348	124.498
Cadernetas de Poupança	902	832
Banco do Brasil	902	832
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.469	8.356
RB Capital	5.469	8.356
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	34.978
Banco Sofisa	-	21.141
Banco Pine	-	13.837
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	83.977	80.332
Letra Financeira - Banco Votorantim	3.843	10.251
Letra Financeira - Banco Bradesco	23.950	21.106
Letra Financeira - Banco Santander	7.758	6.828
Letra Financeira - Banco Safra	40.569	35.296
Letra Financeira - BTG Pactual	7.857	6.851
Companhias Abertas	49.722	56.746
Debêntures Não Conversíveis	49.722	56.746

INVESTIMENTOS	2016	2015
AÇÕES	294.623	154.756
Instituições Financeiras	68.882	48.542
Banco Bradesco - PN	22.047	12.127
Banco Itaú - PN	46.835	36.415
Companhias Abertas	224.141	88.381
Ambev - ON	-	5.712
Minerva - ON	16.213	22.096
Cosan - ON	44.040	18.300
Cia Brasileira de Distribuição - PN	27.720	6.530
Suzano Papel e Celulose - PN	9.940	17.808
Ultrapar Participações - ON	27.469	12.852
Telefônica Brasil - PN	29.131	5.083
Magazine Luiza S.A. - ON	13.367	-
Ioche Maxion S.A. - ON	11.870	-
TUPY S.A. - ON	4.004	-
Via Varejo S.A - UNT	40.387	-
Empréstimos de Ações	1.600	17.833
Ambev - ON	-	2.321
Cia Brasileira de Distribuição - PN	-	168
Suzano Papel e Celulose - PN	1.420	6.916
ISHARES IBOVSPA Fundo de Índice	180	8.428
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	571.469	864.932
Fundos de Renda Fixa	226.620	346.044
Bradesco Federal Extra	215	217
Lancer FI RF Crédito Privado	-	65.205
Bradesco DI Premium	211.369	273.203
Modal Gaia Instit Recebíveis Imob	15.036	7.419
Fundos de Ações	88.592	70.215
SULAMERICA EXPERTISE FIA	7.564	7.920
VINCI GAS VALOR SMLL FICFIA	7.796	9.863
PATRIA PIPE FICFIA	17.269	14.515
ISHARES IBOVSPA Fundo de Índice	55.963	37.917
Fundos Multimercado	79.674	39.876
Plural Capital FIC FIM	-	39.876
Lancer FI RF Crédito Privado	79.674	-
Fundos de Direitos Creditórios	11.868	16.724
Multisetorial MASTER	826	424

INVESTIMENTOS	2016	2015
Multisetorial MASTER II	390	182
SUL INVEST 5º SERIE	864	4.519
EXODUS I 13ª SERIE	3.040	4.233
VINCI Crédito e Desenvolvimento	6.748	7.366
Fundos de Participações	137.794	365.516
FIP Brasil Energia	9.892	9.725
FIP Caixa Ambiental	1.978	5.738
FIP Florestas do Brasil	27.745	27.251
FIP Florestas do Brasil 2ª Emissão	4.990	4.901
FIP Multiner (i)	19.254	81.734
FIP Multiner 2ª Emissão (i)	14.748	62.607
FIP Multiner 3ª Emissão (i)	4.974	21.114
FIP Multiner 4ª Emissão (i)	80	-
FIP Coliseu	14.130	17.055
FIP Patriarca	808	723
FIP Riviera GR Industrial	28.576	26.582
FIP Kinea II Private Equity	6.383	5.970
FIP GTD	158	308
FIQ FIP Hamilton Lane	3.021	2.568
FIP Global Equity (ii)	-5.015	97.902
FIP Bozano Educacional	2.774	114
P2 BR INFRA-ESTRUTURA FIC FIP	2.419	902
Gavea Institucional FIC FIP	879	322
Fundos Imobiliários	26.921	26.557
FI Imobiliário Via Parque Shopping	13.865	14.039
FI Imobiliário Panamby	13.056	12.518
DERIVATIVOS	-	7.994
A Termo - Venda	-	7.994
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	168.654	183.474
Imóveis em Construção	-	28.038
Aluguéis e Rendas	168.654	155.435
Uso Próprio	-	135
Terrenos	-	88
Construções	-	56
Depreciações Acumuladas	-	-9
Contas a Receber	-	1
Locadas a Terceiros	168.654	155.300

INVESTIMENTOS	2016	2015
Terrenos	101.220	98.205
Construções	79.443	66.806
Depreciações Acumuladas	-13.174	-11.200
Aluguéis a Receber	1.165	1.490
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	179.156	214.050
TOTAL	3.036.560	2.972.610

(i) O Infraprev possui investimento em 13,09% das cotas do FIP Multiner, que apresenta 100% do seu Patrimônio Líquido investido em Multiner S.A. e Mesa S.A. ("Companhias"), empresas do setor elétrico que possuem projetos de energia eólica e térmica. Em 2016, ocorreu a precificação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo. O Laudo de Avaliação foi elaborado pela Pricewaterhousecoopers Corporate Finance & Recovery Ltda. ("PwC"), auditor contratado pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., gestora do Fundo. A avaliação foi desenvolvida para a data base de 31.12.15, com base nas informações disponibilizadas pela Administração das Companhias para esta data, incluindo as demonstrações financeiras, balanços acumulados e dados gerenciais históricos. A avaliação dos ativos integrantes da carteira do FIP gerou a precificação nas cotas do Fundo. Com a nova precificação, o valor das cotas teve uma desvalorização de 76,36%.¹

Essa nota refere-se aos investimentos do FIP Multiner que encontram-se demonstrados em Títulos e Valores Mobiliários por Categoria - Segregação Real por Plano detalhados nas Notas 5.4.1.- Plano de Contribuição Variável, 5.4.2.- Plano I de Benefício Definido (saldado - BD I) e 5.4.3.- Plano II de Benefício Definido - BD II.

(ii) O Infraprev possui investimento em 13,29% das cotas do Brasil Equity Properties FIP ("FIP BEP"), nova denominação do Global Equity Properties FIP, que apresenta Patrimônio Líquido investido em Sociedades de Propósitos Específicos ("SPE") do setor imobiliário. Em 2016, os cotistas deliberaram pela troca do gestor do Fundo. No lugar da antiga gestora, Global Equity Administradora de Recursos S.A., foi contratada a Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. ("Nova Gestora").

¹Varição diária ocorrida em 19.09.2016.

Após assumir a gestão do Fundo, a Nova Gestora contratou a Cushman & Wakefield Brasil para avaliar as SPE da carteira. A consultoria apresentou o Laudo de Avaliação das SPE, com data base de janeiro/2016. Porém em julho de 2016, ocorreu a precificação dos ativos do Fundo e conseqüentemente o valor das cotas teve uma desvalorização de 119,20%.²

²Varição diária ocorrida em 01.07.2016.

O Infraprev possui investimento em 13,29% das cotas do Brasil Equity Properties FIP ("FIP BEP"), nova denominação do Global Equity

O Regulamento do FIP BEP prevê que:

"Artigo 30 - Os ativos componentes da carteira do Fundo serão avaliados e contabilizados pela Administradora e por ocasião da realização da auditoria do Fundo, conforme os seguintes critérios:

I - As ações e os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliados anualmente pelo respectivo valor econômico.

...

Parágrafo 1º - As reavaliações econômicas com base no valor econômico serão realizadas por empresa especializada indicada pela Nova Gestora, aceita pela Administradora e aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas. "

Sendo assim, o FIP encontra-se aderente ao Regulamento do Fundo, cabendo ao respectivo Administrador a implementação do processo de avaliação dos ativos.

Essa nota refere-se aos investimentos do FIP GEP que se encontram demonstrados em Títulos e Valores Mobiliários por Categoria - Segregação Real por Plano detalhados nas Notas 5.4.1.- Plano de Contribuição Variável, 5.4.2.- Plano I de Benefício Definido (saldado - BD I) e 5.4.3.- Plano II de Benefício Definido - BD II.

5.3.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Ativos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização dos elementos do seu Ativo de acordo com os critérios estabelecidos pela IN SPC nº 34/2009 alterada pela CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 Anexo C.

A demonstração dos valores em comparação ao exercício anterior encontra-se segregada por plano, nos quadros abaixo:

✓ Créditos Privados e Depósitos

a) Debêntures Não Conversíveis - Empresa ALCAR Empreendimentos e Participações

Essas debêntures foram adquiridas em dezembro/1998 e provisionadas em dezembro de 2003 na sua totalidade, por motivo de insolvência. Em 2016 o saldo é de R\$ 5.311 (R\$ 5.311 em 2015). A Entidade ingressou em 21 de novembro de 2003 com Ação de Execução das Garantias encontrando-se o processo judicial em regular andamento perante o Juízo da 9ª Vara Cível de São Paulo - Processo nº. 000.03.148422-0.

Planos	2016	2015
Benefício Saldado BD-I	341	341
Benefício Definido - BDII	114	114
Contribuição Variável - CV	4.477	4.477
Gestão Administrativa - PGA	379	379
Total	5.311	5.311

b) Debêntures Não Conversíveis - Empresa CEL Participações Ltda.

Essas debêntures foram adquiridas em março, junho, julho, agosto e setembro de 1998 e provisionadas em 100% do seu valor em dezembro de 2004, por motivo de atraso, superior a 360 dias. Em 2016 o saldo é de R\$ 14.159 (R\$ 14.159 em 2015).

A Entidade ingressou com Ação de Execução das Garantias, em 2001, na 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ, conforme Processo 2001.011.088895-1, tendo sido redistribuída, em 05 de abril de 2004, a referida Ação para a 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro - RJ, encontrando-se o processo judicial em regular andamento.

Planos	2016	2015
Benefício Saldado BD-I	425	425
Benefício Definido - BDII	142	142
Contribuição Variável - CV	13.097	13.097
Gestão Administrativa - PGA	495	495
Total	14.159	14.159

c) Cédulas de Créditos Bancários - Empresa Eletrodireto S.A.

Títulos adquiridos em junho de 2006 e provisionados em 100% do seu valor em março de 2008, em face da Declaração de Falência - Proc. nº 152.01.2007.007476-5, em tramitação junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Cotia - SP, em 20 de maio de 2008. Em 2016 o saldo é de R\$ 16.954 (R\$ 16.954 em 2015).

Anteriormente à Declaração de Falência da emitente, o Infraprev adotou as providências necessárias à defesa de seus interesses e distribuiu, em 21 de setembro de 2007, Ação de Execução contra os Avalistas da Operação - Proc. nº 583.00.2007.228369-1, em regular tramitação junto à 4ª. Vara Cível - SP, tendo em vista a frustração do pedido de Recuperação Judicial apresentado em 04 de julho de 2007.

A Entidade ingressou ainda, em abril de 2008, com habilitação de crédito na ação de recuperação judicial na 3ª Vara Cível da Comarca de Cotia - SP, conforme Processo 152.01.2007.007476-4/001, com a consequente decisão de habilitação de seu crédito naquele Juízo.

Plano	2016	2015
Contribuição Variável - CV	16.954	16.954
Total	16.954	16.954

d) Debêntures Não Conversíveis - Empresa Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Trata-se do ingresso em nossa carteira de 191 Debêntures provenientes do resgate total do fundo BB Infraprev Atuarial Plus Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado em julho de 2008 e provisionadas para perdas, por motivo de insolvência, em 100% de seu valor em agosto 2009. Em 2016 o saldo é de R\$ 112 (R\$ 112 em 2015).

A Planner Corretora de Valores S/A propôs em face da ULBRA Recebíveis S/A, Ação de Execução de Título Extrajudicial, em decorrência do descumprimento das Obrigações assumidas na Escritura de Emissão de Debêntures. O Processo Judicial encontra-se em regular tramitação perante a 1ª. Vara Cível - SP. - Proc, nº 583.00.2009.141772-0.

Plano	2016	2015
Contribuição Variável - CV	112	112
Total	112	112

e) Debêntures Não Conversíveis - Cia Aberta Construtora SULTEPA S/A

Trata-se de 440 de um total de 2.350 Debêntures Não Conversíveis da Terceira Emissão em função da Declaração de Vencimento Antecipado, emitida pelo Agente Fiduciário Planner Corretora de Valores S/A, com fulcro na cláusula 3.20, alínea "c" do Instrumento Particular de Escritura, por conta do não pagamento da parcela vencida em agosto de 2014, conforme previsto nos termos da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos. Esta provisão foi constituída inicialmente em outubro de 2014 e o seu saldo em 2016 é de R\$ 13.357 (R\$ 13.357 em 2015).

Planos	2016	2015
Benefício Saldado BD-I	486	486
Benefício Definido - BDII	91	91
Contribuição Variável - CV	12.780	12.780
Total	13.357	13.357

✓ Ações

a) Ações à Vista - Empresa Américas Empreendimentos Artísticos S/A.

Essas ações foram adquiridas em junho de 1997 e provisionadas, por motivo de insolvência, em 100% do seu valor em dezembro de 2001. O saldo provisionado é de R\$ 3.102 para os exercícios de 2016 e 2015.

Plano	2016	2015
Contribuição Variável - CV	3.102	3.102
Total	3.102	3.102

5.4. Títulos e Valores Mobiliários por Categoria - Segregação Real por Plano

A partir de 1º de janeiro de 2011, o Infraprev adotou para os seus investimentos a estrutura MULTIFUNDO, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

A metodologia e os critérios adotados na segregação real dos ativos, direitos e obrigações de cada plano de benefícios, tomou por base a posição patrimonial correspondente ao mês de dezembro do exercício imediatamente anterior. A partir de então a movimentação dos fluxos primários, ou seja, arrecadação e pagamento de benefícios são feitos de forma segregada mantendo-se a independência do patrimônio e dos investimentos.

Abaixo apresentamos os quadros dos investimentos segregados por categoria e plano de benefícios e o PGA.

5.4.1. Plano de Contribuição Variável

INVESTIMENTOS	Plano de Contribuição Variável	
	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	1.572.395	1.266.922
Títulos Públicos Federais	1.572.395	1.266.922
Notas do Tesouro Nacional	1.562.399	1.257.922
Letra do Tesouro Nacional	9.996	9.000
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	138.813	180.027
Instituições Financeiras	90.348	124.498
Cadernetas de Poupança	902	832
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.469	8.356
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	34.978
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	83.977	80.332
Companhias Abertas	48.465	55.529
Debêntures Não Conversíveis	48.465	55.529
AÇÕES	294.623	154.756
Instituições Financeiras	68.882	48.542
Companhias Abertas	224.141	88.381
Empréstimos de Ações	1.600	17.833
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	523.381	807.104
Fundos de Renda Fixa	182.672	296.823
Fundos de Ações	88.592	70.215
Fundos Multimercado	78.529	39.876
Fundos de Direitos Creditórios	11.600	15.977
Fundos de Participações	135.067	357.656
Fundos Imobiliários	26.921	26.557
DERIVATIVOS	-	7.994
A Termo - Venda	-	7.994
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	168.654	183.474
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO	-	28.038
ALUGUEIS E RENDAS	168.654	155.435
USO PRÓPRIO	-	135
Terrenos	-	88
Construções	-	56
Depreciações Acumuladas	-	-9
Contas a Receber	-	1
LOCADAS A TERCEIROS	168.654	155.300
Terrenos	101.220	98.205
Construções	79.443	66.806
Depreciações Acumuladas	-13.174	-11.200
Aluguéis a Receber	1.165	1.490
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	177.911	212.693
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.875.777	2.812.970

Outras aplicações em Instituições Financeiras referem-se às aplicações em Letras Financeiras de Instituições Financeiras e Letra Financeira Subordinada Nível II, que não possuem conta específica na planificação contábil padrão da PREVIC.

Composição dos Fundos de Investimento do Plano CV

Nome do Fundo	2016	2015
Fundos de Renda Fixa	182.672	296.823
Lancer FI RF Crédito Privado	-	64.286
Bradesco DI Premium	167.636	255.136
Modal Gaia Instit Recebíveis Imob	15.036	7.419

Nome do Fundo	2016	2015
Fundos de Ações	88.592	70.215
Sul America Expertise FIA	7.564	7.920
Vinci Gas Valor SMLL FICFIA	7.796	9.863
Patria PIPE FICFIA	17.269	14.515
ISHARES IBOVSPA Fundo de Índice	55.963	37.917

Nome do Fundo	2016	2015
Fundos Multimercado	78.529	39.876
Plural Capital FIC FIM	-	39.876
Lancer FI RF Crédito Privado	78.529	-

Nome do Fundo	2016	2015
Fundos de Direitos Creditórios	11.600	15.977
Multisetorial MASTER	731	376
Multisetorial MASTER II	346	161
SUL INVEST 5º SERIE	735	3.841
EXODUS I 13ª SERIE	3.040	4.233
VINCI Crédito e Desenvolvimento	6.748	7.366

Nome do Fundo	2016	2015
Fundos de Participações	135.067	357.656
FIP Brasil Energia	9.505	9.344
FIP Caixa Ambiental	1.902	5.514
FIP Florestas do Brasil	26.668	26.193
FIP Florestas do Brasil 2ª Emissão	4.990	4.901

FIP Multiner	18.501	78.538
FIP Multiner 2ª Emissão	14.748	62.607
FIP Multiner 3ª Emissão	4.974	21.114
FIP Multiner 4ª Emissão	80	-
FIP Coliseu	13.577	16.388
FIP Patriarca	808	723
FIP Riviera GR Industrial	28.576	26.582
FIP Kinea II Private Equity	6.383	5.970
FIP GTD	158	308
FIQ FIP Hamilton Lane	3.020	2.568
FIP Global Equity	-4.895	95.568
FIP Bozano Educacional	2.774	114
P2 BR INFRA-ESTRUTURA FIC FIP	2.419	902
Gavea Institucional FIC FIP	879	322

Nome do Fundo	2016	2015
Fundos Imobiliários	26.921	26.557
FI Imobiliário Via Parque Shopping	13.865	14.039
FI Imobiliário Panamby	13.056	12.518

5.4.2. Plano I de Benefício Definido (Saldado) - BD I

	BD I	
INVESTIMENTOS	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	63.340	55.534
Títulos Públicos Federais	63.340	55.534
Notas do Tesouro Nacional	63.340	55.534
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.161	1.129
Companhias Abertas	1.161	1.129
Debêntures Não Conversíveis	1.161	1.129
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	17.728	24.618
Fundos de Renda Fixa	14.141	17.133
Fundos Multimercado	998	-
Fundos de Direitos Creditórios	211	641
Fundos de Participações	2.378	6.844
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1.191	1.287
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	83.421	82.568

Composição dos Fundos de Investimento do Plano BD I

Nome do Fundo	2016	2015
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	17.728	24.618
Fundos de Renda Fixa	14.141	17.133
Lancer FI RF Crédito Privado	-	817
Bradesco DI Premium	14.141	16.316
Fundos Multimercado	998	-
Lancer FI RF Crédito Privado	998	-
Fundos de Direitos Creditórios	211	641
Multisetorial MASTER	67	34
Multisetorial MASTER II	31	14
SUL INVEST 5º SERIE	113	593
Fundos de Participações	2.378	6.844
FIP Brasil Energia	336	330
FIP Caixa Ambiental	67	195
FIP Florestas do Brasil	943	927
FIP Multiner	655	2.779
FIP Coliseu	481	580
FIP Global Equity	-104	2.033

5.4.3. Plano II de Benefício Definido - BD II

	BD II	
INVESTIMENTOS	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	9.825	9.203
Títulos Públicos Federais	9.825	9.203
Notas do Tesouro Nacional	9.825	9.203
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	96	88
Companhias Abertas	96	88
Debêntures Não Conversíveis	96	88
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2.855	2.914
Fundos de Renda Fixa	2.337	1.809
Fundos Multimercado	147	-
Fundos de Direitos Creditórios	22	88
Fundos de Participações	349	1.017
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	53	70
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	12.829	12.275

Composição dos Fundos de Investimento do Plano BD II

Nome do Fundo	2016	2015
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2.855	2.914
Fundos de Renda Fixa	2.337	1.809
Lancer FI RF Crédito Privado	-	120
Bradesco DI Premium	2.337	1.689
Fundos Multimercado	147	-
Lancer FI RF Crédito Privado	147	-
Fundos de Direitos Creditórios	22	88
Multisetorial MASTER	4	2
Multisetorial MASTER II	2	1
SUL INVEST 5º SERIE	16	85
Fundos de Participações	349	1.017
FIP Brasil Energia	50	50
FIP Caixa Ambiental	10	29
FIP Florestas do Brasil	134	132
FIP Multiner	98	417
FIP Coliseu	72	87
FIP Global Equity	-15	302

5.4.4. Plano Associativo Infracprev I - PAI I

	BD II	
	2016	2015
INVESTIMENTOS	215	217
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	215	217
Fundos de Renda Fixa	215	217
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	215	217

Composição dos Fundos de Investimento do Plano PAI I

Nome do Fundo	2016	2015
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	215	215
Fundos de Renda Fixa	215	215
Bradesco Federal Extra	217	217

5.4.5. Plano de Gestão Administrativa - PGA

	PGA	
	2016	2015
INVESTIMENTOS	37.028	34.501
TÍTULOS PÚBLICOS	37.028	34.501
Títulos Públicos Federais	37.028	34.501
Notas do Tesouro Nacional	30.031	28.170
Letra do Tesouro Nacional	6.997	6.331
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	27.290	30.079
Fundos de Renda Fixa	27.255	30.062
Fundos de Direitos Creditórios	35	17
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	64.318	64.580

Composição dos Fundos de Investimento do Plano PGA

Nome do Fundo	2016	2015
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	27.290	30.079
Fundos de Renda Fixa	27.255	30.062
Bradesco DI Premium	27.255	30.062
Fundos de Direitos Creditórios	35	17
Multisetorial MASTER	24	12
Multisetorial MASTER II	11	5

5.5. Títulos Marcados a Mercado e para Negociação

O Infracprev definiu através do estudo de ALM - Asset Liability Management, constante em sua Política de Investimentos para 2016, quais seriam seus ativos mantidos até o vencimento e quais os ativos elegíveis à negociação de modo a permitir o fiel cumprimento de seus compromissos atuariais.

5.5.1. Títulos para Negociação (Consolidado)

Os títulos marcados a mercado e para negociação referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, avaliados a valor de mercado, que estão demonstrados de acordo com o artigo 8.º da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006.

I - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	FAIXA DE VENCIMENTO	2016	2015
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2017	4.415	13.217
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	Acima de 31.12.2017	113.614	338.429
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	Até 31.12.2017	24.022	-
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	Até 31.12.2016	-	27.088
Fundos de Investimentos Imobiliário - FII	Acima de 31.12.2017	26.921	26.557
Fundos de Investimentos - Renda Fixa	Até 31.12.2017	306.294	385.920
Fundos de Investimentos em Ações - FIA	Até 31.12.2017	15.360	-
Fundos de Investimentos em Ações - FIA	Acima de 31.12.2017	73.232	32.298
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	Acima de 31.12.2017	11.868	16.724
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Acima de 31.12.2017	-	6.864
Caderneta de Poupança	Acima de 31.12.2017	902	832
Mercado de Ações à Vista	Até 31.12.2017	294.623	200.667
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2017	222.862	-
Notas do Tesouro Nacional-NTN-C	Acima de 31.12.2017	5.786	5.156
Total de Títulos para Negociação		1.099.899	1.053.751

A seguir apresentam-se os títulos e valores mobiliários constantes da Carteira de Ativos do Infraprev, segregados por Plano de Benefícios e consolidado, classificado na categoria "Títulos mantidos até o Vencimento".

5.5.2. Títulos Mantidos até o Vencimento (Consolidado)

Os títulos mantidos até o vencimento possuem como objetivo proteger a parcela correspondente às obrigações futuras dos planos de benefício do Instituto, sem o comprometimento da liquidez. Dessa forma, a marcação desses títulos na curva deve estar aderente a capacidade financeira da entidade, em virtude do cumprimento de seus compromissos atuariais. A alocação desses títulos mantidos até o vencimento foi baseada em estudo de ALM - Asset Liability Management da entidade, constante em sua Política de Investimentos para 2016.

A partir do exercício de 2015, o Instituto passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado, conforme estabelece a Resolução CNPC nº de 16/2014 e Instrução nº 25/2015. (Ver ajuste de precificação dos títulos públicos na Nota 10.2- Equilíbrio Técnico Ajustado)

II - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	FAIXA DE VENCIMENTO	2016	2015
Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI	Acima de 31.12.2017	5.469	8.356
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2017	45.307	43.529
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	-	34.978
Letra do Tesouro Nacional-LTN	Acima de 31.12.2017	16.993	15.331
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Até 31.12.2017	3.041	-
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Acima de 31.12.2017	56.091	51.944
Letras Financeiras de Instituições Financeiras - Subordinadas	Acima de 31.12.2017	24.846	21.524
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2016	-	70.418
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2017	71.265	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2017	1.301.775	1.212.055
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 31.12.2017	20.966	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2017	42.940	63.200
TOTAL		1.588.693	1.521.335

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Infraprev detém R\$ 1.588.693 (R\$ 1.521.335 em 2015), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da Entidade.

❖ Reclassificação de Títulos Mantidos até o Vencimento para Títulos Marcados a Mercado

No dia 13/04/2016, foi realizado o resgate antecipado do ativo CRI RB CAPITAL 34ª emissão. O resgate antecipado era prerrogativa da devedora, como registrado em termo de escritura, cabendo-a o direito de resgate sem a opção de manutenção pelos detentores do ativo. As condições do resgate atenderam o estabelecido em escritura, tendo a devedora o cumprimento do pagamento ao Preço Unitário do ativo adicionado de um prêmio.

Condições do resgate antecipado:

PU em 13/4/2016: 228.886,92926211

Prêmio unitário: 1.716,65

Total: 230.603,58123635900

Montante recebido: R\$ 2.767.242,97

5.5.3. Plano de Contribuição Variável - CV

II - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	FAIXA DE VENCIMENTO	2016	2015
Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI	Acima de 31.12.2017	5.469	8.356
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2017	44.297	42.586
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	-	34.978
Letra do Tesouro Nacional - LTN	Acima de 31.12.2017	9.996	9.000
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Até 31.12.2017	3.041	-
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Acima de 31.12.2017	56.091	51.944
Letras Financeiras de Instituições Financeiras -Subordinadas	Acima de 31.12.2017	24.846	21.524
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2016	-	70.418
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2017	67.415	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2017	1.203.958	1.120.672
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 31.12.2017	20.966	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2017	41.411	61.676
TOTAL		1.477.490	1.421.154

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano CV detém R\$ 1.477.490 (R\$ 1.421.154 em 2015), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios.

5.5.4. Plano I de Benefício Definido (Saldado) - BD I

II - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		2016	2015
Debêntures Não Conversíveis de Cia Aberta	Acima de 31.12.2017	964	900
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2017	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2017	2.589	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2017	59.381	54.167
Notas do Tesouro Nacional-NTN-F	Acima de 31.12.2017	1.370	1.367
TOTAL		64.304	56.434

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano BD-I detém R\$ 64.304 (R\$ 56.434 em 2015), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios.

5.5.5. Plano II de Benefício Definido (Saldado) - BD II

II - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		2016	2015
Debêntures Não Conversíveis de Cia Aberta	Acima de 31.12.2017	46	43
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2017	442	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2017	9.330	9.151
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2017	53	52
TOTAL		9.871	9.246

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano BD-II detém R\$ 9.871 (R\$ 9.246 em 2015), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios.

5.5.6. Plano de Gestão Administrativa - PGA

II - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		2016	2015
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Acima de 31.12.2017	6.997	6.331
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2017	819	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2017	29.106	28.065
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2017	106	105
TOTAL		37.028	34.501

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano PGA detém R\$ 37.028 (R\$ 34.501 em 2015), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano.

5.6. Investimentos Imobiliários

No exercício de 2016, em atendimento à legislação vigente, foram procedidas reavaliações dos investimentos imobiliários, conforme laudos técnicos emitidos por profissionais e/ou empresas legalmente habilitados.

Os valores registrados refletem a posição patrimonial dos imóveis em 2016, cuja última reavaliação imobiliária ocorreu em novembro de 2016.

Em conformidade com a IN MPS/PREVIC nº 15/2014, o processo das avaliações imobiliárias devem ser realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos, e no caso de realização da reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação.

A seguir apresentamos a composição da Carteira Imobiliária.

Imóvel	Data da Contabilização Reavaliação	Valor Contábil Antes da Reavaliação	Valor Reavaliado	Incremento Patrimonial	Valor Contábil 2016	Valor Contábil 2015	Vida Útil Remanescente
Imóveis em Construção						28.038	
Porto Atlântico - em construção	-	-	-	-	-	28.038	-
Alugueis e Rendas					167.480	153.936	
Porto Atlântico, 6º andar	27/12/2016	29.001	31.300	2.299	31.300	-	588 meses
R. da Assembléia, 10 sala 1412	22/12/2016	2.457	1.500	-957	1.500	2.481	300 meses
R. da Assembléia, 10 sala 1413	22/12/2016	2.468	2.300	-168	2.300	2.492	300 meses
R. da Assembléia, 10 sala 2412	22/12/2016	2.457	1.500	-957	1.500	2.481	300 meses
R. da Assembléia, 10 sala 2613	22/12/2016	3.562	2.300	-1.262	2.300	3.596	300 meses
R. Conde de Baependi, 24	22/12/2016	6.940	8.100	1.160	8.100	7.120	360 meses
R. das Marrecas, 39 - 233	23/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 262	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 263	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 264	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 286	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 287	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 310	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 312	22/12/2016	44	45	1	45	45	240 meses
Pr. de Botafogo, 501 - Bloco II	22/12/2016	34.193	35.000	807	35.000	34.575	396 meses
Pr. de Botafogo, 501 - Bloco I	22/12/2016	34.193	34.000	-193	34.000	34.575	396 meses
R. Primeiro de Março, 23/6º andar	22/12/2016	3.596	2.860	-736	2.860	3.649	300 meses
R. Primeiro de Março, 23/7º andar	22/12/2016	3.197	2.860	-337	2.860	3.244	300 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2301º andar	22/12/2016	6.342	5.200	-1.142	5.200	6.406	276 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2302º andar	22/12/2016	6.170	5.000	-1.170	5.000	6.233	276 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2401º andar	22/12/2016	6.342	5.200	-1.142	5.200	6.406	276 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2402º andar	22/12/2016	6.170	5.000	-1.170	5.000	6.233	276 meses
Av. Rio Branco, 103/19º andar	22/12/2016	4.633	3.000	-1.633	3.000	4.690	300 meses
Av. Rio Branco, 116/11º andar	22/12/2016	5.197	3.000	-2.197	3.000	5.246	300 meses
Av. Rio Branco, 116/12º andar	22/12/2016	5.197	3.000	-2.197	3.000	5.246	300 meses
Av. Rio Branco, 116/16º andar	22/12/2016	5.197	3.000	-2.197	3.000	5.246	300 meses
Av. Santo Amaro, 526 - São Paulo	22/12/2016	13.312	13.000	-312	13.000	13.659	300 meses
TOTAL		180.972	167.480	-13.492	167.480	181.974	

O total do investimento imobiliário alocado totalmente ao Plano CV é de R\$ 168.654 (R\$ 183.474 em 2015). Soma-se ao valor da carteira o montante de R\$ 1.174 (R\$ 1.500 em 2015) referentes a valores a receber de alugueis e encargos.

A conclusão do processo de reavaliação imobiliária acarretou uma redução patrimonial no montante de R\$ 13.492, que foi contabilizado no Ativo - Investimentos Imobiliários, em contrapartida à conta de Rendas/Variações Positivas e/ou Deduções/Variações Negativas.

A empresa avaliadora de todos os imóveis esta detalhada abaixo:

Analítica Engenharia de Avaliações

Rua Anfilóbio de Carvalho, nº 29 - Grupo no 1.112 - Centro - Rio de Janeiro -RJ - CEP 20.030-060
Engenheiro Civil Paulo Roberto Furtado Junger - CREA 46.053-D-RJ.

5.7. Operações com Participantes

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, deduzidas as amortizações.

Em 31 de dezembro, o saldo das operações com participantes líquido da provisão para perdas é de R\$ 179.156 (R\$ 214.050 em 2015).

Plano	2016	2015
Benefício Definido BD-I	1.192	1.287
Benefício Definido BD-II	53	70
Contribuição Variável - CV	177.911	212.693
Total	179.156	214.050

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos a participantes dos planos de benefícios administrados pelo Infracprev foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Além das provisões realizadas para atendimento da legislação, procedemos o registro quando os contratos são enviados para cobrança judicial, sendo provisionados 100% do valor do saldo devedor dos contratos.

O valor da provisão em 2016 é de R\$ 15.773 (R\$ 8.445 em 2015). O aumento da inadimplência é decorrente do processo de desligamento dos participantes funcionários da Infraero e participantes ativos que migraram para a condição de Assistidos ou tiveram perda de gratificação, gerando

uma queda da margem consignável. O montante de R\$ 15.773 representa 8,80% do saldo da carteira que no mesmo período totalizava o de R\$ 179.156. A provisão de empréstimos em cobrança judicial é referente aos contratos encaminhados ao escritório jurídico para as distribuições das ações judiciais de cobrança e recuperação dos respectivos créditos.

Benefício Definido BD-I	2016	2015
Provisão Empréstimos Inadimplentes	12	8
Provisão Empréstimos em Cobrança Judicial	49	37
Total	62	45

Contribuição Variável - CV	2016	2015
Provisão Empréstimos Inadimplentes	1.716	694
Provisão Empréstimos em Cobrança Judicial	13.995	7.706
Total	15.711	8.400
Total Consolidado	15.773	8.445

6. PERMANENTE

A composição dos saldos e das movimentações desta rubrica é demonstrada a seguir com as respectivas taxas de depreciações/amortizações:

IMOBILIZADO	Taxa Deprec. ao ano	2015 Valor Líquido	2016			
			Entradas /Saídas	Reavaliação	Depreciação e Amortização	Valor Líquido
BENS MÓVEIS	-	1.441	154	-	-307	1.288
Instalações	10%	23	-	-	-4	19
Móveis e Utensílios	10%	577	-	-	-104	473
Máquinas e Equipamentos	10%	218	-38	-	-18	162
Veículos	20%	24	-	-	-15	9
Computadores e Periféricos	20%	586	191	-	-163	614
Sistema de Comunicações	10%	14	-	-	-3	11
BENS IMÓVEIS	-	11.896	1.646	-3.581	-61	9.900
Terrenos	-	8.054	-	-3.124	-	4.930
Construções	2%	3.842	1.646	-457	-61	4.970
Total do Imobilizado	-	13.337	1.800	-3.581	-368	11.188
INTANGÍVEL	-	4.808	2.089	-	-2.092	4.806
Software	20%	238	298	-	-114	421
Desenvolvimento de Sistemas	20%	3.180	1.287	-	-1.470	2.997
Reorganização de Setores	20%	963	505	-	-380	1.087
Organização/Implantação de Entidade	20%	428	-	-	-127	301
Total do Intangível	-	4.808	2.089	-	-2.092	4.806
TOTAL DO PERMANENTE	-	18.145	3.889	-3.581	-2.459	15.994

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional registra as obrigações ou dívidas conhecidas e determinadas dos Planos. A composição das contas que compõem esta rubrica do Exigível Operacional está demonstrada como segue:

Descrição	2016	2015
Gestão Previdencial	5.805	2.759
Benefícios de Renda Continuada	32	3
Benefícios de Prestação Única	-	24
Retenções Tributárias	1.395	868
Retenções Trabalhistas	277	138
Outras Exigibilidades (i)	4.101	1.726
Gestão Administrativa	1.853	2.436
Pessoal e Encargos	1.459	1.391
Fornecedores	158	499
Encargos Diversos	1	275
Créditos de Patrocinadoras	-	2
Retenções Tributárias	233	267
Outras Exigibilidades	2	2
Investimentos	1.039	5.796
Ações	-	3.538
Imóveis em Construção	-	1.359
Alugueis e Rendas	907	837
Empréstimos	79	11
Outras Exigibilidades	53	50
Total	8.697	10.991

- i. O saldo da rubrica Outras Exigibilidades de R\$ 4.101 contempla o registro do repasse dos planos para o PGA, contabilizado na conta 2.11.9.01.01 e contrapartida nas contas 4.1.1.1.01.01, 4.1.2.1 e 4.1.2.2 dos planos, referente ao custeio administrativo previdencial e de investimentos do mês.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial registra as possíveis perdas que os Planos venham a sofrer, especialmente, em razão de decisões judiciais que lhes sejam desfavoráveis. A administração do Infraprev, com base em informações de seus assessores jurídicos e das demandas judiciais pendentes, considerou necessário constituir a provisão para os processos ajuizados, relacionados às áreas trabalhistas, previdenciais e investimentos, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O valor provisionado em 2016 é de R\$ 1.366 (R\$ 752 em 2015).

Os depósitos judiciais, classificados no Ativo, montam a importância de R\$ 3.668 (R\$ 4.759 em 2015).

Foram provisionados os valores das ações de natureza cíveis e trabalhistas de acordo com a classificação de assessores jurídicos externos, segregados por gestão e por plano, conforme abaixo:

Posição em Dezembro/2016

Descrição	Dezembro/2016					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Previdenciais						
Revisão de Benefícios	166	65	-101	-	BD-I	Provável
Revisão de Benefícios	71	732	661	4	CV	Provável
Reintegração ao Plano de Benefício	6	2	-4	-	CV	Provável
Suspensão de Contribuições	-	567	567	3	BD-I	Provável
Total da Gestão Previdencial	243	1.366	1.123	7	-	

Descrição	Dezembro/2016					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Administrativas						
PIS/COFINS - Lei nº 9.718	3.425	-	-3.425	-	PGA	Remota
Total da Gestão Administrativa	3.425	-	-3.425	-	-	
Total	3.668	1.366	-2.302	-	-	

Posição em Dezembro/2015

Descrição	Dezembro/2016					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Previdenciais						
Revisão de Benefícios	166	56	-109	13	BD-I	Provável
Revisão de Benefícios	396	195	-201	114	CV	Provável
Reintegração ao Plano de Benefício	6	2	-5	1	CV	Provável
Suspensão de Contribuições	-	498	499	133	BD-I	Provável
Total da Gestão Previdencial	568	752	184	261	-	

Descrição	Dezembro/2016					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Administrativas						
Cobrança de Contribuições Previdenciárias	766	-	-766	-	PGA	Possível
PIS/COFINS - Lei nº 9.718	3.425	-	-3.425	-	PGA	Remota
Total da Gestão Administrativa	4.191	-	-4.191	-	-	
Total	4.759	752	-4.007	-	-	

8.1. Contingências Previdenciais

a) Revisão de Benefícios

Trata-se de reclamações judiciais promovidas contra o patrocinador do Plano e contra a entidade questionando revisão de benefício por desconformidade com alteração do Regulamento do Plano.

b) Reintegração ao Plano de Benefícios

São ações demandadas contra a entidade por ex-participantes que já se desligaram dos patrocinadores e do plano de benefícios e que agora questionam sua reintegração ao plano novamente como participantes.

8.2. Contingências Administrativas

a) Cobrança de Contribuições Previdenciais

A Receita Federal do Brasil questiona administrativamente a cobrança de contribuições sociais sobre os benefícios concedidos a seus empregados. O Infraprev efetuou depósito judicial, interpondo recurso e em abril/2016 foi realizado o levantamento do depósito de garantia, finalizando a tramitação do processo.

b) PIS e COFINS - Lei 9.718

O Infraprev Impetrou Mandado de Segurança contra a Receita Federal do Brasil pleiteando a devolução das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS recolhidas indevidamente nos exercícios de janeiro de 2006 a setembro de 2009 e a compensação dos valores recolhidos de outubro de 2009 até abril de 2010, obtendo êxito de acordo com o acórdão datado de 31 de julho de 2007.

Não havendo a interposição de recursos pela União, sobreveio o trânsito em julgado do acórdão, ocorrido no dia 24 de abril de 2008. Em seguida, os autos foram baixados à instância de origem, pelo que o Instituto deu início à execução do título judicial transitado em julgado, tendo requerido:

- no processo judicial, o levantamento do saldo integral e atualizado existente nas contas de depósito judicial do PIS e da COFINS, realizados a partir de janeiro de 2006;
- e, administrativamente, ingressou com o "Pedido de Habilitação de Créditos decorrentes de Decisão Judicial Transitada em Julgado", para fins de devolução do indébito recolhido desde janeiro de 2002.

Não obstante as alegações da União, foi indeferido o seu pedido de conversão em renda e, por consequência, autorizada a devolução dos depósitos do PIS e da COFINS em prol do Instituto, conforme decisão abaixo:

"I - Indeferido o requerimento de fls. 599/605, uma vez que o acórdão transitado em julgado reconheceu a inexigibilidade da incidência do PIS e da COFINS sobre a base de cálculo prevista pelo art. 3, § 1º da Lei n. 9.718/98, e o direito do impetrante de compensar o indébito tributário apurado a partir de janeiro de 2002 (fls. 401/414, 559/565)".

Em 2012, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou recurso de agravo de instrumento e posteriormente, submetido o agravo a julgamento pela Turma julgadora, negou-se provimento ao recurso da União, sob o entendimento que a Entidade sagrou-se vencedora na ação e, portanto, à ela cabe o levantamento dos depósitos judiciais.

Atualmente o instituto está empenhado na recuperação dos valores frente à Receita Federal do Brasil, pois aguardamos o julgamento final do agravo de Instrumento interposto pela União federal, cuja probabilidade de perda pode ser classificada como “remota”, em vista de qualquer revisão do referido acórdão, configuraria ofensa à coisa julgada, em razão do trânsito em julgado.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas e os Fundos Previdenciários foram constituídos e consignados contabilmente de acordo com a Resolução CNPC nº 08/2011 e IN nº 34/2009, com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, conforme pareceres atuariais dos planos administrados pelo Infraprev, datados de 04 de abril de 2017 para o Plano I de Benefícios (Saldado), o Plano II de Benefícios - BD II e o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - CV e o Plano Associativo Infraprev I.

Com relação as Provisões Matemáticas dos planos previdenciários podemos afirmar que:

- Para o encerramento do exercício de 2016, apenas a hipótese de taxa real de juros sofreu alteração nos Planos BD II e CV, as demais hipóteses foram mantidas
- A alteração na taxa de juros foi embasada no estudo de adequação realizado pela Consultoria Atuarial Mercer, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 23/2015.

Premissas Atuárias - Plano BD I		
Descrição	2016	2015
Duration do Passivo	10,31 anos	10,80 anos
Taxa real de juros	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas Agravada em 50%	Alvaro Vindas Agravada em 50%
Composição familiar	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Benefícios concedidos	149	146
Aposentados	93	87
Pensionistas	56	59
Benefícios a conceder		
Cônjuge	90%	90%
Filhos (quantidade)	2	2

Premissas Atuárias - Plano BD II		
Descrição	2016	2015
Duration do Passivo	11,27 anos	12,00 anos
Taxa real de juros	5,40%	5,50%
Crescimento real de salários	2%	2%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas Agravada em 50%	Alvaro Vindas Agravada em 50%
Composição familiar	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Benefícios concedidos	19	20
Aposentados	7	7
Pensionistas	12	13
Benefícios a conceder		
Cônjuge	90%	90%
Filhos (quantidade)	2	2

Premissas Atuárias - Plano CV		
Descrição	2016	2015
Duration do Passivo	10,92 anos	10,60 anos
Taxa real de juros	5,70%	5,50%
Crescimento real de salários	Por Patrocinadora	2%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas Agravada em 50%	Alvaro Vindas Agravada em 50%
Composição familiar	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Benefícios concedidos	2.600	2.748
Aposentados	1.847	2.009
Pensionistas	753	739
Benefícios a conceder		
Cônjuge	90%	90%
Filhos (quantidade)	2	2

9.1. Composição das Provisões Matemáticas

PROVISÕES MATEMÁTICAS - CONSOLIDADA		
DESCRIÇÃO	2016	2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.219.878	872.976
Benefícios do Plano	1.219.878	872.976
Contribuição Definida	92.730	45.287
Benefício Definido	1.127.148	827.689
BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.852.628	2.020.124
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.852.628	2.020.124
Contribuição Definida	1.588.512	1.736.846
Benefício Definido	264.116	283.278
BD Estrut. em Regime de Capit. Programado	22.171	25.926
BD Estrut. em Regime de Capit. Não Programado	241.945	257.352
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-173	-199
(-) Serviço Passado	-35	-50
(-) Déficit Equacionado	-138	-149
TOTAL	3.072.333	2.892.900

10. RESULTADOS REALIZADOS

10.1. Equilíbrio Técnico

a) Plano I de Benefício Definido (Saldado)

O Plano I de Benefício Definido (Saldado) apresenta Superávit Técnico no encerramento de 2016 no montante de R\$ 9.346.

O Plano encerra o exercício mantendo a situação superavitária, entretanto em um patamar superior na última Avaliação Atuarial.

b) Plano II de Benefício Definido

No encerramento do exercício de 2016, para o Plano BD II, a situação superavitária foi mantida.

O Plano II de Benefício Definido apresenta Superávit Técnico em 2016 no montante de R\$ 2.260.

O valor de excesso do Patrimônio de Cobertura do plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para a constituição da reserva de contingência, conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Considerando que o Superávit Técnico existente é superior ao limite permitido pela artigo 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para constituição da Reserva de Contingência, dado pela fórmula, mínimo $\{25\%; [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})]\} \times \text{Provisão Matemática}$. O excedente foi utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano.

A Resolução CNPC nº 22/2015, dispõe que:

“Caso o plano adote hipóteses atuariais cuja aplicação resulte em provisões matemáticas inferiores às obtidas com a aplicação das hipóteses especificadas a seguir, anteriormente à destinação deverão ser deduzidos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e aquelas calculadas com as seguintes hipóteses:”

- Tábua de Mortalidade: AT 2000 suavizada em 10%
- Taxa de Juros de 4,72%

Sendo assim, foi identificado o valor das Provisões Matemáticas no montante de R\$ 10.051 com a tábua de mortalidade geral AT-2000, suavizada em 10%, uma vez que a taxa de juros adotada é inferior à taxa real de 5,61% (um ponto percentual abaixo de 6,61%, o teto estabelecido no item 4 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, considerando a duração do passivo deste Plano).

Dessa forma, apurou-se que as provisões matemáticas com as hipóteses efetivamente adotadas no Plano II (R\$ 9.896) são inferiores àquelas calculadas com a AT-2000, suavizada em 10% (R\$ 10.051), no montante correspondente a R\$ 155. Considerando que o excedente à reserva contingência é superior a este montante, deverá ser distribuído até o final do encerramento do exercício de 2017, o valor alocado na conta Fundo de Revisão de Plano correspondente a R\$ 562.

c) Plano de Contribuição Variável - CV

O Plano CV encerrou o exercício de 2016 com Déficit Técnico de R\$ 154.151.

É importante registrar que a nova legislação, Resolução CNPC nº 22, de novembro de 2015, dispõe que deverá ser elaborado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, somente se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

O cálculo do limite do déficit do Plano CV foi de aproximadamente R\$ 90.539, dessa forma, considerando que o déficit técnico acumulado do Plano CV seria necessário elaborar Plano de Equacionamento para o referido Plano.

Entretanto, é importante destacar também, que o ajuste de precificação nos títulos públicos federais pode ser acrescido ou deduzido do resultado, para fins de equacionamento. O ajuste de precificação para os títulos que compõem a carteira do Plano CV foi de aproximadamente R\$ 82.345, ou seja, este valor seria suficiente para reversão do déficit apurado, de forma que o Equilíbrio Técnico ajustado do Plano é de aproximadamente R\$ 71.806, abaixo do limite permitido.

É importante destacar também, que no encerramento do exercício de 2016, pela primeira vez as Provisões Matemáticas e resultado do plano foram calculados de forma segregada por Patrocinador.

d) Plano Associativo Infraprev I - PAI I

Não ocorreram variações significativas nas Provisões Matemáticas do Plano Associativo Infraprev I.

Ao longo do exercício de 2016, não houve concessão de benefícios, dessa forma, não houve constituição de Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

10.2. Equilíbrio Técnico Ajustado

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados

pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento do déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A Instrução PREVIC nº 19/2015, tratou das questões da Resolução CPNC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação do superávit técnico.

A partir do exercício de 2015, o Instituto passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16/2014 e Instrução nº 25/2015. (Ver quadros 7 a 10- Demonstração do Ativo Líquido - DAL)

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

Os ajustes de precificações dos títulos públicos de 31 de dezembro de 2016 dos planos seguem discriminados a baixo:

a) Ajuste de Precificação - Plano I de Benefício Definido (Saldado)

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº 708, de 22/12/2015, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 3.681 (R\$ 3.820 em 2015).

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano I de Benefício Definido resultou em 10,31 anos, com uma taxa de juros real anual de 5,50% ao ano.

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano BD I								
Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil 31/12/2016	Valor Contábil 31/12/2015	Valor Ajustado 31/12/2016	Valor Ajustado 31/12/2015	Ajuste Precificação 2016	Ajuste Precificação 2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	873	2.589	2.405	2.604	2.454	14	49
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	110	334	315	335	315	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	1.235	3.693	3.457	3.789	3.569	96	112
Notas do Tesouro Nacional - Série B	16/08/2022	750	2.208	2.064	2.319	2.183	111	119
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	2.171	6.000	5.581	6.757	6.360	757	779
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.560	7.656	7.180	8.097	7.614	441	434
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	45	117	110	142	133	24	24
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	4.900	14.782	13.870	15.764	14.809	981	940
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	2.369	6.530	4.641	7.785	5.660	1.255	1.019
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	618	-	1.507	-	1.853	-	346
TOTAL		15.631	43.911	41.129	47.592	44.950	3.681	3.820

b) Ajuste de Precificação - Plano II de Benefício Definido

A adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução PREVIC nº 23/2015, foi objeto de estudo técnico elaborado pela Mercer, e teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, de 5,40%, utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano II de Benefício Definido resultou em 11,27 anos, com uma taxa de juros real anual de 5,40% ao ano e o valor calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 812 (R\$ 766 em 2015).

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano BD II								
Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil 31/12/2016	Valor Contábil 31/12/2015	Valor Ajustado 31/12/2016	Valor Ajustado 31/12/2015	Ajuste Precificação 2016	Ajuste Precificação 2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	149	442	411	445	419	3	8
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	219	659	618	674	633	15	15
Notas do Tesouro Nacional - Série B	16/08/2024	375	1.036	964	1.174	1.098	138	135
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	131	386	362	418	390	32	28
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2035	469	1.245	1.164	1.493	1.388	248	224
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2040	730	2.267	2.129	2.378	2.206	110	78
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2045	480	1.287	1.125	1.553	1.346	266	221
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	116	-	291	-	348	-	57
TOTAL		2.669	7.323	7.062	8.135	7.828	812	766

c) Ajuste de Precificação - Plano de Contribuição Variável - CV

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano de Contribuição Variável resultou em 10,92 anos, com uma taxa de juros real anual de 5,70% ao ano e o valor calculado conside-

rando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 82.345 (R\$ 81.171 em 2015).

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano CV								
Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil 31/12/2016	Valor Contábil 31/12/2015	Valor Ajustado 31/12/2016	Valor Ajustado 31/12/2015	Ajuste Precificação 2016	Ajuste Precificação 2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	22.729	67.415	62.621	67.745	63.903	330	1.282
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	7.500	22.507	21.041	22.756	21.505	249	465
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2019	8.000	23.568	22.017	23.989	22.696	422	679
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	25.212	75.535	70.738	76.882	72.857	1.348	2.120
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	16.600	50.509	47.441	50.865	48.320	355	878
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2023	5.000	14.452	-	15.134	-	682	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	35.630	101.726	66.594	109.627	75.078	7.901	8.484
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	10.000	30.228	-	30.869	-	642	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	20.530	61.802	57.977	63.792	61.059	1.990	3.082
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	46.575	124.002	115.989	143.530	137.860	19.529	21.871
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	26.170	78.913	74.040	82.149	79.093	3.236	5.054
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	64.327	145.649	221.089	173.089	260.129	27.441	39.040
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	64.200	189.418	11.593	202.747	12.205	13.329	612
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2055	31.000	91.857	-	96.750	-	4.893	-
TOTAL		383.473	1.077.580	908.958	1.159.925	986.763	82.345	77.805

11. FUNDOS

11.1. Gestão Previdencial

Registra a constituição/reversão dos fundos calculados atuarialmente para atender a Gestão Previdencial dos planos de benefícios administrados pela entidade.

Plano II de Benefício Definido

O recurso alocado ao Fundo Previdencial em 2016, no montante de R\$ 562, tem como finalidade o registro referente à constituição do Fundo Revisão de Plano, que deverá ser distribuído até o final de encerramento do exercício de 2017.

Plano de Contribuição Variável - CV

Os recursos alocados ao Fundo Previdencial em 2016, no montante de R\$ 44.838 (R\$ 33.948 em 2015), têm como finalidade o registro referente à constituição do Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

11.2. Gestão Administrativa

Plano de Benefícios. O Fundo Administrativo é constituído ou revertido para cada plano pela diferença positiva ou negativa entre os valores aportados de custeio administrativo adicionado dos rendimentos da aplicação dos recursos deste fundo administrativo, em relação às despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício.

Conforme determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, ao final de cada mês, registra-se nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a participação do plano de benefícios previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

O Fundo Administrativo reverteu o montante de R\$ 1.606 em 2016 (constituição de R\$ 4.849 em 2015), que deduzidos do saldo do exercício anterior totaliza R\$ 86.577 este exercício (R\$ 88.183 em 2015).

DESCRIÇÃO	2016	2015
(+) Custeio Administrativo Previdencial	11.181	9.651
(+) Custeio Administrativo Investimentos	9.313	8.219
(+) Receitas Administrativas	-	52
(-) Despesas da Administração Previdencial	-13.666	-12.576
(-) Despesas da Administração Investimentos	-16.809	-14.082
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-
(=) Sobras (Insuficiências) do Custeio Administrativo	-9.981	-8.736
(+/-) Contingências Administrativas	277	4.188
(+/-) Resultado Investimentos Administrativos	8.098	9.397
(=) Formação (Reversão) Fundo Administrativo	-1.606	4.849

11.3. Investimentos

O Fundo de Investimentos representa os recursos necessários à cobertura de eventuais perdas decorrentes de morte ou inadimplência dos mutuários com empréstimos concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

O Fundo registrou em 2016 uma reversão de R\$ 11.875 (reversão de R\$ 2.182 em 2015) e apresentou para este exercício, saldo de R\$ 830 (R\$ 12.705 em 2015).

O Fundo de Investimento apresentou uma redução de 93,47%, em relação ao ano anterior de R\$ 12.705 para R\$ 830, em função da reversão do fundo para cobertura da provisão para perda da carteira de empréstimos, de acordo com a determinação da Norma Interna de Concessão de Empréstimos Consignado nº GEEMP/01.17, aprovada pela Ata Ordinária do CONDE nº 413/2016, com implementação a partir de 01/04/2016.

12. RESULTADO ADMINISTRATIVO

12.1. Receitas Administrativas

DESCRIÇÃO	2016	2015
Receitas	20.494	17.923
Gestão Previdencial	11.181	9.651
Investimentos	9.313	8.219
Diretas	-	53

No exercício houve um aumento na receita de custeio previdencial em razão da variação das parcelas que compõem a base de cálculo sobre as contribuições do Infraprev (adicionais, parcelas de férias e horas extras) e na receita do custeio de investimentos em função do plano de custeio do Plano CV definido em parecer atuarial anual.

12.2. Despesas Administrativas

Rubricas	2016	2015
Pessoal e Encargos	15.500	14.387
Conselheiros	90	86
Dirigentes	1.980	1.985
Pessoal Próprio	13.372	12.200
Estagiários	58	116
Treinamento Congresso e Seminário	161	179
Viagens e Estadias	643	688
Serviços de Terceiros	4.170	4.895
Pessoa Física	-	5
Consultoria Atuarial - Específica	262	341
Gestão/Planejamento Estratégico	-	51
Consultoria de Investimentos	537	628
Auditoria Externa	210	283
Consultoria Jurídica - Comum	384	504
Outras	2.777	3.083
Assessoria Técnica	453	587
Processamento de Dados	2.169	2.409
Microfilmagem	155	84
Consultoria Imobiliária	-	3
Despesas Gerais	5.955	2.335
Depreciações e Amortizações	2.478	733
Tributos	1.549	1.380
Outras Despesas	19	2.063
Perdas na Alienação de Bens	19	2.063
Total	30.475	26.659

No exercício o percentual das despesas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios foi de 1,03% contra um percentual de 0,94% no exercício de 2015.

O aumento em Despesas Gerais ocorreu pela reavaliação negativa do imóvel-sede situado na Av. República do Chile, 230 - 18º andar - Centro - RJ, no valor de R\$ 1.161.

13. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Demonstramos a seguir o resultado dos investimentos, por segmentos.

13.1. Resultado Bruto

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas deduzidas das variações negativas do período, conforme abaixo:

SEGMENTOS	2016	2015
Títulos Públicos	194.674	184.350
Créditos Privados e Depósitos	23.322	37.426
Ações	56.423	-15.772
Fundos de Investimentos	-172.471	21.432
Derivativos	979	5.161
Investimentos Imobiliários	-2.465	28.541
Empréstimos e Financiamentos	23.568	31.358
Relacionados com o Disponível	-94	-115
TOTAL	123.936	292.380

13.2. Resultado Líquido

O resultado líquido dos investimentos está representado pelo resultado acima deduzido do custo administrativo, conforme segue:

SEGMENTOS	2016	2015
Títulos Públicos	180.647	178.643
Créditos Privados e Depósitos	21.642	36.267
Ações	52.357	-15.284
Fundos de Investimentos	-160.044	20.768
Derivativos	909	5.001
Investimentos Imobiliários	-2.288	27.657
Empréstimos e Financiamentos	23.515	31.224
Relacionados com o Disponível	-94	-115
TOTAL	116.644	284.161

13.3. Resultados do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2016 monta a importância de R\$ 128.519 (R\$ 286.656 em 2015). Sendo proveniente da Gestão Previdencial R\$ 120.421 (R\$ 277.259 em 2015) e da Gestão Administrativa R\$ 8.098 (R\$ 9.397 em 2015).

MIGUEL ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO DAVID

Diretor Superintendente

CPF: 496.736.377-68

MAURICIO RAVIZZINI MONTEIRO

Diretor de Administração e Finanças

CPF: 783.774.987-15

ANA LUCIA ESTEVES

Diretora de Benefícios

CPF: 672.298.917-87

MARIA SELMA DA COSTA LIMA

Contadora - CRC-RJ 073.582/0-4

CPF: 014.303.977-64

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev (“Entidade” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Nota 5.3 às demonstrações contábeis apresenta os investimentos da Entidade em fundos de investimentos (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados nas Notas 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3), os quais estão avaliados pelo último valor da cota informado pelos administradores de cada fundo. Para parte desses investimentos, que totaliza aproximadamente R\$ 34.042 mil não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, que pudessem comprovar a posição patrimonial e financeira dos fundos investidos nessa data-base, assim como as suas demonstrações financeiras auditadas mais recentes. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos detidos pela Entidade nos fundos investidos em 31 de dezembro de 2016, bem como em relação aos resultados por eles produzidos no exercício findo nessa data-base.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordos com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtida, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160-O-5"F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda

Contador CRC 1RJ 087128/O-0

PARECER ATUARIAL

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável, administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infracprev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S.A., Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., Instituto Infraero de Seguridade Social e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária em 31 de dezembro de 2016.

As Patrocinadoras Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. celebraram, por meio das Portarias 155, 156 e 157, respectivamente, no dia 26/03/2014, convênio de adesão não solidário ao Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Deste modo, o presente parecer atuarial apresenta as posições das provisões matemáticas e a situação financeira do plano segregadas para essas patrocinadoras.

2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2016.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pelo Infracprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Infracprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas ao lado:

Participantes Ativos

Descrição	Infraero / INFRAPREV	Viracopos	Guarulhos	Inframérica
Número ⁽¹⁾	10.443	103	103	18
Idade Média (anos)	46,3	41,9	40,4	45,0
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	16,7	4,7	5,9	5,3
Tempo de Contribuição Médio (anos)	14,5	11,5	10,8	14,2
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	8.393,08	7.500,56	6.774,96	12.710,81
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	1.139.436.157,34	10.043.252,96	9.071.670,40	2.974.330,06

(1) Inclui 143 participantes em auxílio doença.

Participantes Autopatrocinados

Descrição	Infraero / INFRAPREV	Viracopos	Guarulhos	Inframérica
Número	58	-	-	-
Idade Média (anos)	39,2	-	-	-
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.126,37	-	-	-
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	4.619.280,51	-	-	-

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	Infraero / INFRAPREV	Viracopos	Guarulhos	Inframérica
Número	19			
Idade Média (anos)	51,7			

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	Infraero / INFRAPREV	Viracopos	Guarulhos	Inframérica
Aposentados				
Número	1.913	1	-	-
Idade Média (anos)	67,9	59,4	-	-
Benefício Mensal Médio em R\$	2.691,03	2.755,94	-	-
Aposentados Inválidos				
Número	314	-	1	-
Idade Média (anos)	59,1	-	51,6	-
Benefício Mensal Médio em R\$	2.348,84	-	1.925,72	-
Beneficiários				
Número	756	-	-	-
Idade Média (anos)	65,7	-	-	-
Benefício Mensal Médio em R\$	1.594,40	-	-	-
Total				
Número	2.983	1	1	-
Idade Média (anos)	66,5	59,4	51,6	-
Benefício Mensal Médio em R\$	2.377,09	2.755,94	1.925,72	-

Salientamos que, para a definição do número de Beneficiários, foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016 considerando as novas concessões após a data base dos dados, refletindo o conceito de capacidade.

3 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,7% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	Por patrocinadora
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Por patrocinadora
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 BASIC, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas Agravada em 50%
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁵⁾	Entrada em Aposentadoria, Opção pelos Institutos e Composição Familiar

(1) O indexador utilizado para fins de definição da hipótese de inflação para a meta atuarial é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a sua expectativa futura de concessão de aumentos salariais reais de longo prazo, conforme segue:

InfraPrev e Infraero: 2,00%

Viracopos: 0,20%

Guarulhos: 0,20%

Inframérica: 0,00%

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura da Patrocinadora, conforme segue:

InfraPrev e Infraero: Experiência InfraPrev

Viracopos: 0,30%

Guarulhos: 0,30%

Inframérica: 0,30%

Pela experiência Infraprev, a rotatividade varia de acordo com a idade:

- Até 30 anos: 2,5% a.a.;
- De 31 a 40 anos: 1% a.a.;
- De 41 a 58 anos: 0,5% a.a.;
- Demais idades: Nula.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000-BASIC, segregada por sexo.

(5) Entrada em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade ao benefício integral. Adota-se a hipótese de que o Participante já é elegível ao INSS na primeira elegibilidade ao benefício integral. Foi utilizada a hipótese de que 100% dos Participantes que irão se desligar do Plano, antes de atingir a elegibilidade ao benefício de aposentadoria, optarão pelo Benefício Proporcional Diferido. Composição Familiar: percentual de Participantes Ativos casados na data da aposentadoria de 90% e diferença de idade entre os cônjuges de 4 anos.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura, na mortalidade geral e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia, o pecúlio e os benefícios a conceder, nos casos de morte ou invalidez.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 2014, 2015 e 2016, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo Infraprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.3 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado no Infraprev.

O estudo completo de adequação das premissas realizado no ano de 2014 permanece vigente para fins do fechamento do exercício de 2016, sendo que a Entidade vem desenvolvendo estudos complementares de acompanhamento das premissas. No ano de 2016 as análises realizadas indicaram que os eventos efetivamente observados permaneceram dentro do intervalo de confiança, conforme metodologia adotada.

Tendo em vista a adesão não solidária das Patrocinadoras Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. e a recente definição da massa de participantes que as integram, fez-se necessária a definição das hipóteses de crescimento salarial e rotatividade para as mesmas. Como estas hipóteses devem estar de acordo com o planejamento da empresa, de curto, médio e longo

prazos, foi solicitado pelo Instituto posicionamento da Patrocinadora sobre as hipóteses a serem consideradas para fins da avaliação atuarial de 2016.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 23/2015, foi objeto de Estudo Técnico elaborado pela Mercer. O Estudo Técnico teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a alteração da taxa real anual de juros para 5,7% a.a., que se encontra dentro do intervalo permitido de 4,34% a.a. a 6,60% a.a..

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,7% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado para avaliação dos benefícios de Aposentadoria, Benefício por Desligamento, Portabilidade e Resgate foi Capitalização Individual. O método atuarial adotado para a avaliação dos benefícios de Invalidez, Pensão por Morte, Pecúlio por Morte, Auxílio-Doença, assim como a avaliação dos benefícios dos Participantes Assistidos foi o Agregado. O benefício de Auxílio Reclusão foi considerado imaterial para fins da Avaliação Atuarial, em função da experiência do Instituto.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pelo Infraprev, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

Conta	Nome	Infraero / Infraprev	Viracopos	Guarulhos	Inframérica	TOTAL
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.939.228.524,05	12.232.277,37	8.614.700,89	3.951.109,67	2.964.026.611,98
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.810.548.309,54	12.129.354,08	8.614.700,89	3.951.109,67	2.835.243.474,18
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.963.986.991,21	12.437.125,94	9.006.543,77	3.963.340,72	2.989.394.001,64
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.158.275.112,09	376.393,57	354.701,00	199.786,00	1.159.205.992,66
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	92.353.284,95	376.393,57	0,00	0,00	92.729.678,52
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	92.353.284,95	376.393,57	0,00	0,00	92.729.678,52
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.065.921.827,14	0,00	354.701,00	199.786,00	1.066.476.314,14
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	784.462.700,96	0,00	0,00	199.786,00	784.662.486,96
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	281.459.126,18	0,00	354.701,00	0,00	281.813.827,18
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.805.711.879,12	12.060.732,37	8.651.842,77	3.763.554,72	1.830.188.008,98
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	1.566.914.907,36	10.572.951,25	7.556.660,80	3.254.123,58	1.588.298.642,99
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	685.868.659,35	4.210.269,07	3.010.713,16	1.254.080,15	694.343.721,73
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	881.046.248,01	6.362.682,18	4.545.947,64	2.000.043,43	893.954.921,26
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	238.796.971,76	1.487.781,12	1.095.181,97	509.431,14	241.889.365,99
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	357.144.373,12	2.641.215,26	2.464.573,33	846.723,50	363.096.885,21
	Fundador	173.026.979,56	706.657,37	343.865,76	245.948,08	174.323.450,77
	Não Fundador	184.117.393,56	1.934.557,89	2.120.707,57	600.775,42	188.773.434,44
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	59.173.700,68	576.717,07	684.695,68	168.646,18	60.603.759,61

Conta	Nome	Infraero / Infraprev	Viracopos	Guarulhos	Inframérica	TOTAL
	Fundador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Não Fundador	59.173.700,68	576.717,07	684.695,68	168.646,18	60.603.759,61
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	59.173.700,68	576.717,07	684.695,68	168.646,18	60.603.759,61
	Fundador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Não Fundador	59.173.700,68	576.717,07	684.695,68	168.646,18	60.603.759,61
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-153.438.681,67	-307.771,86	-391.842,88	-12.231,05	-154.150.527,46
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-153.438.681,67	-307.771,86	-391.842,88	-12.231,05	-154.150.527,46
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	153.438.681,67	307.771,86	391.842,88	12.231,05	154.150.527,46
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	128.680.214,51	102.923,29	0,00	0,00	128.783.137,80
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	44.734.736,52	102.923,29	0,00	0,00	44.837.659,81
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	44.734.736,52	102.923,29	0,00	0,00	44.837.659,81
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	83.945.477,99	0,00	0,00	0,00	83.945.477,99
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2016.

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável no exercício de 2016.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, assim como acerca dos valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pelo Infraprev.

Em relação à estruturação das Provisões, observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);

- e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano de Contribuição Variável mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e que foram efetuados estudos pelo Infraprev que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº 29, de 16/01/2017, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, de forma que o referido ajuste, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 82.344.998,25.

Variação nas Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas de Contribuição Definida do plano evoluíram com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates, portabilidades, etc.) e rentabilidade auferida.

Relativamente à parcela de Benefício Definido, não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

O principal fator que levou ao aumento do déficit em 31/12/2016 foram perdas decorrentes da rentabilidade do Plano não ter alcançado a meta atuarial, sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Equacionamento do Déficit

Anteriormente ao equacionamento, em atendimento ao Artigo 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008, foi deduzido o montante de R\$ 82.344.998,25, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, conforme a seguir:

Do Equacionamento do Déficit	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado do Plano	154.150.527,46
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido do Plano	1.308.365.680,13
c) Duração do Passivo	10,92 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $[1\% \times (c) - 4] \times b$	90.538.905,06
e) Déficit Remanescente (a - d)	63.611.622,40
f) Ajuste de Precificação	82.344.998,25
g) Déficit a equacionar máximo $[(e - f); 0]$	-

Considerando que o déficit remanescente, apresentado no item (e) acima, é inferior ao ajuste de precificação, não há valor a ser equacionado em 31/12/2016.

Variação do Resultado

A situação deficitária do Plano foi agravada em função da rentabilidade não ter atingido a meta atuarial no exercício de 2016.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com os recursos provenientes das contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da mesma antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano.

5 - PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Patrocinadora Infraero e Infraprev

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Principal	Conforme Art. 32 do Regulamento do Plano	59.563.513,11
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,64% da folha salarial total, sendo: - 0,7367% sobre a folha salarial dos Participantes Fundadores - 0,5525% sobre a folha salarial dos Participantes Não Fundadores	6.611.046,65
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	979.885,96
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio Doença e Pensão por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	2.759.152,58

Patrocinadora Viracopos - ABV

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Principal	Conforme Art. 32 do Regulamento do Plano	532.390,38
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,61% da folha salarial total, sendo: - 0,7367% sobre a folha salarial dos Participantes Fundadores - 0,5525% sobre a folha salarial dos Participantes Não Fundadores	55.582,74
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	8.081,57
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio Doença e Pensão por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	27.310,13

Patrocinadora Guarulhos - GRU

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Principal	Conforme Art. 32 do Regulamento do Plano	404.865,18
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,58% da folha salarial total, sendo: -0,7367% sobre a folha salarial dos Participantes Fundadores -0,5525% sobre a folha salarial dos Participantes Não Fundadores	50.808,15
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	11.794,43
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio-Doença e Pensão por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	41.449,00

Patrocinadora Inframérica

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Principal	Conforme Art. 32 do Regulamento do Plano	154.608,07
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,60% da folha salarial total, sendo: -0,7367% sobre a folha salarial dos Participantes Fundadores -0,5525% sobre a folha salarial dos Participantes Não Fundadores	15.237,12
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	2.190,93
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio-Doença e Pensão por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	10.027,71

Participantes Ativos Não Fundadores

Patrocinadora Infraero e Infraprev

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	35.045.464,90
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,5525% da folha salarial	3.086.855,67
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	X * 0,028% do Salário, onde X equivale ao valor escolhido pelo Participante, conforme Artigo 93 do Regulamento do Plano	979.885,96
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio-Doença e Pensão por Morte)	2,045% parcela do Salário que exceder o Teto de Contribuição do INSS	2.759.152,58

Patrocinadora Viracopos - ABV

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	396.017,16
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,5525% da folha salarial	33.359,69
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	X * 0,018% do Salário, onde X equivale ao valor escolhido pelo Participante, conforme Artigo 93 do Regulamento do Plano	8.081,57
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio-Doença e Pensão por Morte)	1,97% parcela do Salário que exceder o Teto de Contribuição do INSS	27.310,13

Patrocinadora Guarulhos - GRU

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	363.848,12
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,5525% da folha salarial	40.339,76
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	X * 0,020% do Salário, onde X equivale ao valor escolhido pelo Participante, conforme Artigo 93 do Regulamento do Plano	11.794,43
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio-Doença e Pensão por Morte)	2,57% parcela do Salário que exceder o Teto de Contribuição do INSS	41.449,00

Patrocinadora Inframérica

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	95.323,42
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,5525% da folha salarial	10.087,40
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	X * 0,017% do Salário, onde X equivale ao valor escolhido pelo Participante, conforme Artigo 93 do Regulamento do Plano	2.190,93
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio-Doença e Pensão por Morte)	1,47% parcela do Salário que exceder o Teto de Contribuição do INSS	10.027,71

Contribuições de Participantes Ativos Fundadores

Patrocinadora Infraero e Infraprev

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	37.423.986,77
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,3683% da folha salarial	1.762.095,49

Patrocinadora Viracopos - ABV

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	233.641,36
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,3683% da folha salarial	11.111,52

Patrocinadora Guarulhos - GRU

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	107.449,09
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,3683% da folha salarial	5.234,19

Patrocinadora Inframérica

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	106.627,72
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,3683% da folha salarial	2.574,86

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, destinada ao custeio de seu benefício, e a contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas, observando as características de Participantes Fundadores e Não Fundadores descritos neste Plano de Custeio.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes Vinculados deverão efetuar as contribuições efetuadas por Participantes Ativos e Patrocinadoras para custeio das despesas administrativas, observando-se as características de Participantes Fundadores e Não Fundadores descritas neste Plano de Custeio, em conformidade com o regulamento do Plano.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos não deverão efetuar contribuições para o Plano ao longo do próximo exercício.

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 17, do regulamento do Plano não há incidência das contribuições Especial, Específica e Administrativa sobre o 13º salário.

A contribuição total de participantes e patrocinadora para custeio das despesas administrativas é de 1,11% da folha de participação do exercício, que corresponde a aproximadamente 50% das despesas orçadas. Os demais 50% do custeio administrativo previdencial do Plano serão financiados com recursos do resultado dos investimentos e do Fundo Administrativo.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de maio de 2017, permanecendo no período de janeiro/2017 a abril/2017 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2015.

6 - Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o

limite anual para as destinações vertidas a título de despesas administrativas pelo conjunto dos Planos de Benefícios administrado pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7 - Conclusão

Certificamos que o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável do Infraprev está deficitário em 31/12/2016. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário no exercício de 2017 dado que a parcela excedente ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, é inferior ao ajuste de precificação apurado em 31/12/2016.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2017

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Valéria Pimentel
M.I.B.A. nº 812

Daphinie Campos Martins
M.I.B.A. nº 2.541

PARECER ATUARIAL

PLANO I DE BENEFÍCIOS SALDADO

1- INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano I de Benefícios Saldado administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infracprev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2016.

2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2016.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pelo Infracprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos accertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Infracprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	29
Idade Média (anos)	55,9
Tempo de Contribuição Médio (anos)	24,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	26,5
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	7.798,34
Benefício Saldado Médio (R\$)	3.052,74
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	2.939.973,53

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	93
Idade Média (anos)	67,7
Benefício Mensal Médio em R\$	2.972,64
Aposentados Inválidos	
Número	3
Idade Média (anos)	55,1
Benefício Mensal Médio em R\$	3.262,28
Beneficiários	
Número	56
Idade Média (anos)	70,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1.126,88
Total	
Número	152
Idade Média (anos)	68,4
Benefício Mensal Médio em R\$	2.298,34

Não há participantes autopatrocinados nem em Benefício Proporcional Diferido na data base dos dados.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.

3 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 BASIC, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽²⁾	Entrada em Aposentadoria, Opção pelos Institutos e Composição Familiar

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

(2) Entrada em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade ao benefício integral. Adota-se a hipótese de que o Participante já é elegível ao INSS na primeira elegibilidade ao benefício integral. Foi utilizada a hipótese de que 100% dos Participantes que irão se desligar do Plano, antes de atingir a elegibilidade ao benefício de aposentadoria, optam pelo Benefício Proporcional Diferido. Composição Familiar: percentual de Participantes Ativos casados na data da aposentadoria de 90% e diferença de idade entre os cônjuges de 4 anos.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do Plano I de Benefícios Saldado estão concentrados na rentabilidade auferida pelas aplicações dos recursos garantidores não atingir a meta atuarial e na sobrevivência dos participantes e assistidos ser superior à projetada pela tábua de mortalidade.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 2014, 2015 e 2016, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo Infraprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.3 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado no Infraprev.

O estudo completo de adequação das premissas realizado no ano de 2014 permanece vigente para fins do fechamento do exercício de 2016 sendo que a entidade vem desenvolvendo estudos complementares de acompanhamento das premissas. No ano de 2016 as análises realizadas indicaram que os eventos efetivamente observados permaneceram dentro do intervalo de confiança, conforme metodologia adotada.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 23/2015, foi objeto de Estudo Técnico elaborado pela Mercer. O Estudo Técnico teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

Com base nos resultados dos estudos supracitados a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros em 5,5% a.a., que se encontra dentro do intervalo permitido de 4,34% a.a. a 6,60% a.a..

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano. O benefício de Auxílio-Reclusão foi considerado imaterial para fins da Avaliação Atuarial, em função da experiência do Instituto.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano I de Benefícios Saldado.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2016.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	84.836.289,77
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	82.175.610,08
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	72.829.204,68
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	56.382.452,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	56.382.452,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	42.463.558,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	13.918.894,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	16.585.153,68
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	16.585.153,68
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	16.585.153,68
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	0,00
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	0,00
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir (-)	138.401,00

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado (-)	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinadores (-)	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Participantes (-)	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado (-)	138.401,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador (-)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participante (-)	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistido (-)	138.401,00
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	9.346.405,40
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	9.346.405,40
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	9.346.405,40
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	9.346.405,40
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	Déficit Técnico Acumulado (-)	0,00
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	2.660.679,69
2.3.2.1.00.00.00	Fundo Previdencial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundo Administrativo	1.951.492,50
2.3.2.3.00.00.00	Fundo dos Investimentos	709.187,19

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano I de Benefícios Saldado vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano I de Benefícios Saldado no exercício de 2016.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pelo Infraprev.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas

na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido e de pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano I de Benefícios Saldado mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e que foram efetuados estudos pelo INFRAPREV que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº29, de 16/01/2017, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que, em 31/12/2016 corresponde a R\$ 3.680.588,20.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

O principal fator que levou à manutenção do Superávit em 31/12/2016, com relação ao superávit de 31/12/2015, foi um pequeno ganho nas Provisões Matemáticas que foi compensado por uma perda correspondente aos ativos do plano, sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para constituição da Reserva de Contingência, identificamos se o Superávit Técnico existente no Plano I de Benefícios Saldado em 31/12/2016 excederia o Limite da Reserva de Contingência dado pela fórmula, mínimo $\{25\%; [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})]\} \times \text{Provisão Matemática}$, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	(R\$)
a) Superávit Técnico Acumulado	9.346.405,40
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	72.829.204,68
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	10,31
d) Limite da Reserva de Contingência $\{25\%; [10\% + (1\% \times c)]\} \times b)$	14.791.611,47

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que o Superávit Técnico existente é inferior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, este valor foi mantido integralmente na Reserva de Contingência no encerramento do exercício de 2016.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi levemente reduzida com relação ao resultado obtido em 2015 atualizado para 31/12/2016. Essa variação se deu em função da rentabilidade abaixo da meta atuarial.

5 - PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

As Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano I de Benefícios Saldado nos seguintes níveis:

Contribuições dos Participantes Ativos, Autopatrocinados e Vinculados

A partir da Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado, não haverá contribuições dos Participantes Ativos, Vinculados e Autopatrocinados.

No entanto, sobre o valor do Benefício Saldado do Participante Ativo, Autopatrocinado e Vinculado foi aplicado um Fator Redutor de Equilíbrio correspondente a 0,9455, de forma a levar o Plano à situação de equilíbrio na Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado. Dessa forma, ocorreu o equacionamento do Déficit de responsabilidade deste grupo na Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado.

Contribuições dos Participantes Assistidos

Os Assistidos que obtiveram essa condição até a Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado recolherão ao INFRAPREV uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação de taxa fixada no plano de custeio anual sobre o valor do benefício complementar.

Descrição	Contribuição em % do valor do benefício pago pelo Infraprev	Contribuição em R\$
Contribuição Normal		
Previdenciária	1,853%	20.713,78
Administrativa	0,327%	3.655,37
Contribuição Extraordinária	0,603%	6.740,64

Nota: A contribuição extraordinária para a amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado tem prazo remanescente correspondente a 14 anos, em 01/5/2017.

Os Assistidos que obtiverem essa condição a partir da Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado, recolherão ao Infraprev uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação de taxa fixada no plano de custeio anual sobre o valor do benefício saldado após aplicação do Fator Redutor de Equilíbrio.

Descrição	Contribuição em % do valor do benefício pago pelo Infraprev	Contribuição em R\$
Contribuição Normal		
Previdenciária	-	-
Administrativa	0,327%	11.350,22

Joia

A joia calculada na data de inscrição do Participante em função da idade, remuneração, tempo de serviço prestado à Patrocinadora e tempo de afastamento voluntário será mantida até a data em que o participante for elegível a um benefício de aposentadoria por tempo de serviço pelo Plano.

A parcela da despesa administrativa não coberta pelas contribuições será custeada pela rentabilidade do Plano.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de maio de 2017, permanecendo no período de janeiro/2017 a abril/2017 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2016.

6 - LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7 - CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano I de Benefícios Saldado do Infraprev está superavitário. O valor do excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, considerando o limite permitido pelo Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2017

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Valéria Pimentel
M.I.B.A. nº 812

Daphinie Campos Martins
M.I.B.A. nº 2.541

PARECER ATUARIAL

PLANO II DE BENEFÍCIOS

1- INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Benefícios, administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infracprev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2016.

2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2016.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pelo Infracprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Infracprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	4
Idade Média (anos)	56,8
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	28,6
Tempo de Contribuição Médio (anos)	28,5
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	10.902,80
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	566.945,34

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	4
Idade Média (anos)	73,0
Benefício Mensal Médio em R\$	2.280,82
Aposentados Inválidos	
Número	3
Idade Média (anos)	56,8
Benefício Mensal Médio em R\$	610,51
Beneficiários	
Número	12
Idade Média (anos)	77,9
Benefício Mensal Médio em R\$	1.170,94
Total	
Número	19
Idade Média (anos)	73,5
Benefício Mensal Médio em R\$	1.316,11

Não há Participantes Autopatrocinados e nem em Benefício Proporcional Diferido na data base dos dados.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.

3 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,4% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Experiência Infraprev
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 BASIC, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas Agravada em 50%
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁴⁾	Entrada em Aposentadoria, Opção pelos Institutos e Composição Familiar

(1) O indexador utilizado para fins de definição da hipótese de inflação para a meta atuarial é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a sua expectativa futura de concessão de aumentos salariais reais de longo prazo.

(3) Pela experiência INFRAPREV, a rotatividade varia de acordo com a idade:

- Até 30 anos: 2,5% a.a.;
- De 31 a 40 anos: 1% a.a.;
- De 41 a 58 anos: 0,5% a.a.;
- Demais idades: Nula.

A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura da Patrocinadora.

(4) Entrada em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade ao benefício integral. Adota-se a hipótese de que o Participante já é elegível ao INSS na primeira elegibilidade ao benefício integral. Foi utilizada a hipótese de que 100% dos Participantes que irão se desligar do Plano, antes de atingir a elegibilidade ao benefício de aposentadoria, optarão pelo Benefício Proporcional Diferido. Composição Familiar: percentual de Participantes Ativos casados na data da aposentadoria de 90% e diferença de idade entre os cônjuges de 4 anos.

Principais Riscos Atuariais

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 2014, 2015 e 2016, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo Infraprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.3 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado no Infraprev.

O estudo completo de adequação das premissas realizado no ano de 2014 permanece vigente para fins do fechamento do exercício de 2016 sendo que a entidade vem desenvolvendo estudos complementares de acompanhamento das premissas. No ano de 2016 as análises realizadas indicaram que os eventos efetivamente observados permaneceram dentro do intervalo de confiança, conforme metodologia adotada.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 23/2015, foi objeto de Estudo Técnico elaborado pela Mercer. O Estudo Técnico teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

Com base nos resultados dos estudos supracitados a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a alteração da taxa real anual de juros para 5,4% a.a., que se encontra dentro do intervalo permitido de 4,35% a.a. a 6,61% a.a..

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,4% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano. O benefício de Auxílio-Reclusão foi considerado imaterial para fins da Avaliação Atuarial, em função da experiência do Instituto.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2016.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.518.430,36
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	12.156.193,45
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.895.781,54
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	4.289.264,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	4.289.264,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.665.333,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	2.623.931,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	5.641.629,26
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.585.524,52
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.690.326,64

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	52.401,06
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	52.401,06
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	56.104,74
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	57.246,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	570,63
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	570,63
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	35.111,72
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	35.111,72
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	11.369,84
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	23.741,88
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.260.411,91
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	2.260.411,91
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	2.260.411,91
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	2.104.832,73
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	155.579,18
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.362.236,91
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	561.472,13
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	561.472,13
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	680.443,18
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	120.321,60

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Benefícios vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Benefícios no exercício de 2016.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pelo Infraprev.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano II de Benefícios mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e que foram efetuados estudos pelo Infraprev que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº29, de 16/01/2017, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que, em 31/12/2016 corresponde a R\$ 812.172,07.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

O principal fator que levou à manutenção do Superávit em 31/12/2016 está relacionado aos ganhos atuariais e financeiros de exercícios anteriores, sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para constituição da Reserva de Contingência, identificamos se o Superávit Técnico existente no Plano II de Benefícios em 31/12/2016 excederia o Limite da Reserva de Contingência dado pela fórmula, mínimo $\{25\%; [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})]\} \times \text{Provisão Matemática}$, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	(R\$)
a) Superávit Técnico Acumulado	2.821.884,04
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	9.895.781,54
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	11,27
d) Limite da Reserva de Contingência $\{25\%; [10\% + (1\% \times c)]\} \times b)$	2.104.832,73

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 29/2017.

Considerando que o Superávit Técnico existente é superior ao limite estabelecido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, em atendimento ao §2º do Art. 9º da Resolução CGPC 26/2008, o excedente foi objeto de estudo para identificarmos se haveria reserva especial a ser destinada no exercício de 2017.

Sendo assim, foi identificado o valor das Provisões Matemáticas no montante de R\$ 10.051.360,72 com a tábua de mortalidade geral AT-2000, suavizada em 10%, uma vez que a taxa de juros adotada é inferior à taxa real de 5,61% (um ponto percentual abaixo de 6,61%, o teto estabelecido no item 4 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, considerando a duração do passivo deste Plano).

Dessa forma, apurou-se que as provisões matemáticas com as hipóteses efetivamente adotadas no Plano II (R\$ 9.895.781,54) são inferiores àquelas calculadas com a AT-2000, suavizada em 10% (R\$ 10.051.360,72), no montante correspondente a R\$ 155.579,18. Considerando que o excedente à reserva contingência é superior a este montante, deverá, ser distribuído até o final do encerramento do exercício de 2017, o valor alocado na conta Fundo de Revisão de Plano correspondente a R\$ 561.472,13.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida, em patamar ligeiramente superior ao resultado obtido em 2015.

5 - PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Benefícios com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Contribuições Previdenciais	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Normal	Equivalente ao total das contribuições normais efetuadas pelos Participantes Ativos.	50.628,22
Contribuição Extraordinária Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado	3,55% da folha salarial dos Participantes	10.885,35

Os pagamentos correspondentes à amortização poderão variar entre o mínimo exigido de 3,55% da folha de salário de participação e o máximo de R\$ 11.369,84, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir - Patrocinadora na data da avaliação.

O prazo de amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado corresponde a 1,33 anos, em 31/12/2016, e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores, de acordo com o item 39 da Resolução MPAS/CPC 01/78 (20 anos a contar de 01/05/1998).

Participantes Ativos

Contribuições Previdenciais	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Normal, de acordo com a faixa salarial:		50.628,22
Salário de Participação	Mínimo (1,65% + (0,055% * (Idade de Inscrição no Plano - 18; 3,3%))	
Salário de Participação - Teto do INSS/2	2,2%	
Salário de Participação - Teto do INSS	7,7%	
Contribuição Extraordinária, de acordo com a faixa salarial:		
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado		22.677,81
Salário de Participação	Mínimo (0,85% + (0,03% * (Idade de Inscrição no Plano - 18; 1,75%))	
Salário de Participação - Teto do INSS/2	1,15%	
Salário de Participação - Teto do INSS	4%	

O prazo de amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado corresponde a 1,33 anos, em 31/12/2016, e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores, de acordo com o item 39 da Resolução MPAS/CPC 01/78 (20 anos a contar de 01/05/1998).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, destinada ao custeio de seu benefício, e a contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes Vinculados deverão efetuar contribuições para custeio das despesas administrativas, de acordo com regras que deverão ser estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Infraprev.

Observamos, ainda, que 15% de todas as contribuições efetuadas serão destinadas para o custeio administrativo do Plano. A parcela da despesa administrativa não coberta pelas contribuições será custeada pela rentabilidade do Plano.

As despesas administrativas de investimentos serão cobertas com recursos do resultado dos investimentos.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de maio de 2017, permanecendo no período de janeiro/2017 a abril/2017 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2015.

6 - LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual para as destinações vertidas a título de despesas administrativas pelo conjunto dos Planos de Benefícios administrado pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7 - CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano II de Benefícios do Infraprev está superavitário. O valor do excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, considerando o limite permitido pelo Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008. A Reserva Especial para Revisão do Plano será destinada neste exercício, pois a diferença para as provisões matemáticas avaliadas com a hipótese mínima de AT2000 suavizada em 10% resultaram em valores inferiores ao contabilizado na reserva especial.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2017

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Valéria Pimentel

M.I.B.A. nº 812

Daphinie Campos Martins

M.I.B.A. nº 2.541

PARECER ATUARIAL

PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I - PAI I

1-INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano Associativo Infraprev I - PAI I, administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, apresento o parecer sobre a situação atuarial do citado Plano, posicionado em 31 de dezembro de 2016.

Tendo em vista Instrução PREVIC nº 12/2014, que dispensa as Entidades Fechadas de Previdência Complementar de elaborarem e enviarem as Demonstrações Atuariais - DA referentes aos Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida - Plano CD e que não estejam sujeitos a riscos atuariais, para o encerramento do exercício 2016, não será elaborada Demonstração Atuarial para o Plano Associativo Infraprev I - PAI I.

2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos utilizados para fins de estatística no presente estudo foi 31/12/2015.

Os dados individuais utilizados para as estatísticas abaixo apresentadas foram fornecidos pela Gerência de Seguridade do Infraprev, via e-mail, em 21/01/2016.

As principais características do grupo, na data base dos dados, estão resumidas na tabela a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Quantidade	28
Idade Média (anos)	36
Tempo de Plano Médio (anos)	4

Considerando que o Plano ora avaliado é um Plano de Instituidor, constituído na modalidade de Contribuição Definida, onde os benefícios estão vinculados ao saldo de conta acumulado e as contribuições são livremente escolhidas pelo participante, não há vinculação deste Plano com o Salário do Participante e, portanto, este valor não foi objeto de análise.

3 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo,

o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes que já recebem benefícios, quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Conforme determinado pela Resolução CGPC nº 12/2002, o Plano avaliado foi totalmente estruturado na modalidade de Contribuição Definida e, portanto, não há hipóteses atuariais e econômicas aplicáveis na apuração das Provisões Matemáticas, conforme segue:

Taxa real anual de juros	Não Aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não Aplicável
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	Não Aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

O método atuarial adotado para todos os benefícios foi Capitalização Individual.

As provisões matemáticas consideram a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios, estruturado na modalidade de contribuição definida conforme disposto na Resolução CGPC nº 12/2002.

As hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções CNPC nº 09/2012, CNPC nº 15/2014,

e pela Resolução CNPC Nº 22/2015 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

Vale lembrar que o Regulamento do Plano Associativo Infraprev I, permite concessão de benefício por prazo indeterminado, calculada atuarialmente com base no Saldo de Conta Total e sua expectativa média de sobrevivência.

A Resolução CNPC nº 15, de novembro de 2014, determina que para Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida e que utilizem taxa de juros real anual em cálculos de benefícios, a Entidade deverá adotar taxa de juros real anual dentro do intervalo estabelecido por meio de portaria divulgada anualmente pela PREVIC, considerando a duração de dez anos.

De acordo com a Portaria nº 191, a taxa máxima permitida para o Plano, considerando a duration de 10 anos, é de 6,59% a.a.

Desta forma, caso haja alguma concessão de benefício ao longo do exercício de 2017, a taxa de juros e tábua de mortalidade utilizadas para a transformação de saldo de conta em benefícios serão respectivamente: 5,00% a.a, e AT - 2000, segregada por sexo.

4 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 determinada respeitando-se a legislação vigente, é a seguinte:

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	213.428,10
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	213.428,10
213.428,10	PROVISÕES MATEMÁTICAS	213.428,10
213.428,10	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	213.428,10

Conta	Nome	R\$
213.428,10	Contribuição Definida	213.428,10
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	213.428,10
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Associativo Infraprev I vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em manutenção.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nos valores dos saldos de conta e do Patrimônio Social, fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2016.

5 - PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Associativo Infraprev I com base nos seguintes níveis:

Contribuições de Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 14 do Regulamento do Plano	Não Dimensionável
Contribuição Voluntária	Conforme Artigo 15 do Regulamento do Plano	Não Dimensionável
Contribuição de Risco	Conforme Artigo 17 do Regulamento do Plano	Não Aplicável

O custo total da despesa administrativa será financiado com recursos do resultado dos investimentos.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2017, permanecendo no período de janeiro/2017 a março/2017 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015.

6 - LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual para as destinações vertidas a título de despesas administrativas pelo conjunto dos Planos de Benefícios administrado pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7 - CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano Associativo Infraprev I está equilibrado, dependendo do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter o equilíbrio.

Ressaltamos que não será elaborada as Demonstrações Atuariais - DA do Plano Associativo Infraprev I - PAI I, conforme permitido através do artigo 3º da Instrução PREVIC nº 12 de 13/10/2014, conforme:

Art. 3º Ficam dispensados da elaboração e encaminhamento das Demonstrações Atuariais - DA os planos de benefícios constituídos na modalidade de contribuição definida cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas "Benefício Definido" do grupo de contas das provisões matemáticas.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2017

GUSTAVO FILGUEIRAS VIANA

Atuário

M.I.B.A: 2.684

ATA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Às 14h (catorze horas) do dia 26 de abril de 2017, de acordo com o artigo 41 do Estatuto do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva, na sede do Instituto, à Avenida República do Chile, 230, 18º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Reunião contou com a participação do Diretor-Superintendente, Miguel Alexandre da Conceição David, e do Diretor de Administração e Finanças, Mauricio Ravizzini Monteiro, e da Diretora de Benefícios, Ana Lúcia Esteves. Foi tratado, extraordinariamente, o seguinte assunto:

ITEM 1 - MEMORANDO Nº 076/DIRAF(GECOT)/17, de 26/04/2017 - Assunto: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2016 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2016 E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS; PARECERES ATUARIAIS E APROVAÇÃO DOS PLANOS DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 - A Diretoria Executiva procedeu à análise do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como dos Pareceres Atuariais do Plano I de Benefício Definido Saldado - Plano BDI Saldado; Plano II de Benefício Definido - Plano BDII; Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV, elaborados pela empresa de Consultoria Actuarial *Mercer Human Resource*; e do Plano Associativo INFRAPREV I - PAI I, em conformidade com a legislação vigente, bem como do Parecer das Demonstrações Contábeis - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, elaborado pela *PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes*. Concluída a análise, a Diretoria Executiva aprovou as Demonstrações Contábeis do Encerramento do Exercício de 2016 e respectivas Notas Explicativas, bem como os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios para o exercício 2017, na forma das disposições legais aplicáveis, encaminhando o expediente à apreciação e aprovação pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada esta Ata, lida, aprovada e assinada pelos Diretores presentes.

**MIGUEL ALEXANDRE
DA CONCEIÇÃO DAVID**
Diretor-Superintendente

MAURÍCIO RAVIZZINI MONTEIRO
Diretor de Administração e Finanças

ANA LÚCIA ESTEVES
Diretora de Benefícios

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao teor da INSTRUÇÃO MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009, alterada pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 01, de 22/03/2011, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 05, de 08/09/2011, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 06, de 13/11/2013, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 15, de 12/11/2014, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 21, de 23/03/2015 e pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 25, de 17/12/2015 e, em conjunto com o artigo 63 do Estatuto Social do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2016, consubstanciado pelo Parecer Actuarial da *Mercer Human Resource Consulting Ltda* e no Relatório dos Auditores Independentes da *PriceWaterhouseCoopers*, este Conselho, em Reunião Extraordinária, representado por seus membros abaixo assinados, manifesta-se pela APROVAÇÃO das referidas Demonstrações Contábeis, anexas a este Parecer, observada a RESSALVA registrada no Relatório dos auditores independentes, referente à falta de evidência de auditoria apropriada e suficiente para comprovar a posição patrimonial e financeira dos fundos Multiner e Brasil Equity Plural.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2017.

ÁNETE VIANA DAMASCENO
Titular/Presidente

CRISTIANE DIAS SILVA
Titular

JOEL ALVES RAMIRES
Suplente

ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Às 15h (quinze horas) do dia 04 de maio de 2017, de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo, na sede do Instituto, à Avenida República do Chile, 230 - 18º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ. A Reunião contou com a participação dos Membros Titulares: Flávio Rodrigues e Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias e do Membro Suplente: Jairo Resende. Justificadas as ausências dos Conselheiros Indicados, Ivan Oliveira Souto (Titular) e Carlos Alberto Vilela de Andrade Filho (Suplente), estas em razão da tramitação, ainda não concluída, do processo de suas habilitações junto à PREVIC, do Conselheiro Eleito Titular, Washington Santana Silva (Titular), em razão do processo de sua habilitação junto à PREVIC ter sido concluída no último dia 28, não havendo tempo hábil para a programação de sua posse. Na qualidade de Presidente da Mesa assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Flávio Rodrigues. Iniciados os trabalhos, deliberaram sobre o seguinte tema:

PAUTA ÚNICA: APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, DOS PARECERES ATUARIAIS E DOS PLANOS DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017: Nos termos do artigo 34, alínea XIV, do Estatuto Social do INFRAPREV, levando em consideração o Balanço Patrimonial e as Demons-

trações Contábeis do exercício de 2016; os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios administrados pelo Instituto: Plano I de Benefícios – Plano BD I, Plano II de Benefícios – Plano II e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – Plano CV e Plano Associativo Infraprev I – Plano PA I, elaborados pela empresa de assessoria atuarial externa, *Mercer Human Resource Consulting*; o Parecer das Demonstrações Contábeis, elaborado pela empresa *PricewaterhouseCoopers – PWC*, datado de 25/04/2017; a aprovação da Diretoria Executiva, conforme Ata de Reunião Extraordinária nº 007, de 26/04/2017; bem como a aprovação do Conselho Fiscal, conforme item 1 da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal nº 002/2017, de 04/05/2017, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 04/05/2017, o Conselho Deliberativo APROVA o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016, observada a ressalva registrada pelos auditores independentes, e os respectivos Planos de Custeio para o exercício de 2017 dos Planos I de Benefícios – Plano BD I; Plano II de Benefícios – Plano BD II, Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – Plano CV e Plano Associativo Infraprev I – PAI 1 administrados pelo Infraprev.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada esta Ata, lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Secretariou a reunião a Sra. Rejane Loureiro dos S. Saldanha.

FLÁVIO RODRIGUES
Membro Titular/Presidente

**KEYLA REGINA DA SILVA
TORRES BOSCO MATIAS**
Membro Titular

JAIRO RESENDE
Membro Suplente



Coordenação Editorial Gerência de Comunicação | **Projeto Gráfico e Diagramação**
Nós da Comunicação | **Fotografia** Banco de Imagens e Arquivo Pessoal

Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev

Av. República do Chile, 230 - 18º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil 20031-170

Telefone (21) 2156-8150 | 0800-707-1273

comunicacao@infraprev.org.br | www.infraprev.org.br | facebook.com/infraprev

twitter.com/infraprev | youtube.com/infraprev